

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O BANCO É BRANCO, O DINHEIRO É NEGRO:  
GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DO FINANCIAMENTO DO BNDES  
A ODEBRECHT EM ANGOLA

Fernanda Lira Goes

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF: Junho/ 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O BANCO É BRANCO, O DINHEIRO É NEGRO:  
GEPOLÍTICA BRASILEIRA DO FINANCIAMENTO DO BNDES  
A ODEBRECHT EM ANGOLA

Fernanda Lira Goes

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Geografia da  
Universidade de Brasília para obtenção de  
título de Mestre.

Brasília - DF: Junho / 2016

## DEDICATÓRIA

À minha mãe branca e ao meu pai negro, que nas suas identidades me mostraram o caminho da resistência por meio do estudo, dos saberes e da fé.

## AGRADECIMENTO

À família; aos amigos e às amigas; ao orientador Professor Doutor Rafael Sanzio de Araújo dos Anjos; aos professores e às professoras, aos servidores e às servidoras do Departamento de Geografia da UnB; às e aos colegas na pós-graduação em Geografia; às e aos colegas do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA); às e aos colegas na Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça, e demais colegas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; às companheiras do Grupo de Estudo Mulheres Negras; à fé como a preservo; meus sinceros agradecimentos, obrigada.



## RESUMO

Enquanto vivemos em um país segregado pelo racismo, entendo por premissa ampliar e aprofundar os debates sobre as desigualdades resultantes da discriminação e do preconceito racial. O tema deste trabalho propõe-se a criticar o território do dinheiro, como consequência da intervenção da geopolítica brasileira por meio do estímulo de um banco público às ações da grande empresa com fins de acúmulo de capital. O objetivo pressupõe analisar as relações de poder vinculadas à geopolítica brasileira do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para Odebrecht em Angola. Para tanto, as análises se estabelecem em três escalas. A primeira, cujo método de reflexão está posto em Franz Fanon, por meio da percepção de que sem uma transformação, o sistema de colonização, de dominação, de subordinação permanece por meio de uma substituição de elites que negociam a exploração da natureza, e, portanto, das pessoas, por interesses imputados ao território. Torna-se estratégico estar em posição de liderança na reconstrução de países destruídos por conflitos, como guerras civis, somente naqueles que há benefícios estratégicos, petróleo, gás, minérios. Em Milton Santos, o método considera o território usado, o território do dinheiro, da globalização perversa, como categorias de análise nas quais a experiência de opressão e racismo vividos pelo sujeito é, sim, o problema importante no pensamento da disputa de poder. A segunda, a política externa africanista executou uma reprodução de geopolítica do Brasil para África, especialmente em Angola. Por meio da substituição de uma elite colonizadora por outra dominadora, há uma continuidade da exploração da natureza em benefício de um grupo específico. Se os períodos de afastamento entre Brasil e África fortaleceram o discurso racista referente ao continente, a reaproximação após 2003 reproduziu a política externa tradicionalmente executada por nações colonizadoras vindas do hemisfério Norte. A terceira, sobre o financiamento do BNDES como mecanismo para a internacionalização de empresas brasileiras, proeminentemente nos países do Sul, especialmente em África, apoiada na manutenção de uma política estratégica de fortalecimento de determinados grupos empresariais e na ausência de transparência de informações. O modelo de exploração no Brasil e do Brasil para África é o mesmo usado pelos colonizadores brancos na exploração dos ciclos econômicos e no processo contemporâneo de industrialização. O acúmulo de capital no Brasil em mais de quinhentos anos é realizado pelo trabalho do povo negro, entretanto, o acesso a esse dinheiro negro parte do poder decisório de uma elite branca. No período de 2003 a 2015, a Odebrecht concentrou aportes de crédito do BNDES para obras e serviços em países da América do Sul e África. Angola foi o país que mais acessou o financiamento. Nas minhas considerações finais, aponto que o dinheiro ideológico mantido pelo racismo reproduz a exploração de um povo negro por uma elite branca com uso do dinheiro público em prol de interesses privados. No ensejo da política externa africanista, o país reproduz o lugar de colonizador ao explorar a natureza em África. Assim, quando o BNDES concentra o financiamento na Odebrecht, o Brasil assume a disputa pelo poder em Angola. Recomendo, então, a inclusão do posicionamento de resistência negra na política externa, a ampliação no acesso ao financiamento do BNDES, com o uso de políticas de transparência.

## ABSTRACT

Living in a country segregated by racism, I understand the importance to enlarge and to deepen debates about inequalities resulted from racial discrimination and prejudice. This work theme intends to criticize territory of money, as result of Brazilian geopolitics intervention thru engaging a public bank financial support in large enterprises actions to capital accumulation. This research objective is to analyze power relationship linked to Brazilian geopolitics due to financial support of BNDES (Brazilian National Bank of Social and Economic Development) to Odebrecht at Angola. Therefore, these analyses are set in three scales. First, the method of reflection is due to Franz Fanon ideas, in accord to his perspective without a transformation, colonization system, domination, subordination, become maintained by elite's substitution whom negotiate nature and people exploration by interests imputed to the territory. It is strategic to be in leadership position in the reconstruction of countries destroyed by conflict, like civil war. Mainly in those that are available strategic benefits as petroleum, gas, minerals. Based on Milton Santos, the method in case consider territory of uses, territory of money, territory of perverse globalization as categories of analyses in which oppression and racism experiences lived by individuals are important problems in the debate of dispute of power. Second, Africanist foreign policy reproduced Brazil to Africa geopolitics, mainly at Angola. Thru substitution of colonizer elite to another colonized one, there is a continuity of nature exploration in benefit for chosen group of people. If leave of absence period between Brazil and Africa strengthen racist talks referred to the African continent, 2003 approach reproduced traditional foreign policy used to be executed by colonizers nations from North Hemisphere. Third, about BNDES financial support as instrument of Brazilian enterprises internationalization, mainly in Africa, based on maintenance of strategic politics to strengthen some groups of large companies and in the absence of information transparency. The exploration model in Brazil and from Brazil to Africa was the same produced by white colonizers during economic cycles and in contemporary industrialization process. Brazilian capital accumulation during more than five hundred years is due to the work of black people. However, access to this black money comes from the power of a white elite decision. From 2003 to 2015, Odebrecht concentrated BNDES credit contribution for services and construction in South America and Africa countries. Angola was the country that mostly accessed BNDES financial support. My final considerations point that ideological money kept by racism reproduces black people exploration likewise white elite domination by using public money with private interest. Into African foreign policy, Brazil reproduces the colonizer place when explores African nature. Therefore, when BNDES concentrates financial support in Odebrecht, Brazil takes on the dispute for power in Angola. I sincerely recommend the inclusion of black people resistance ideas in foreign policy, the enlargement to access for BNDES financial support, using transparency policies.

[ficha catalográfica,]

GOES, FERNANDA LIRA

O Banco é branco, o dinheiro é negro: geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola, p. 116, 297 mm, (UnB-Departamento de Geografia, Mestre, Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, 2016).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Geopolítica brasileira

2. Racismo

3. Financiamento do BNDES

4. Odebrecht em Angola

I. UnB-Departamento de Geografia

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Fernanda Lira Goes

## **Sumário**

|  |            |
|--|------------|
| <b>LISTA DE MAPAS .....</b>  | <b>9</b>   |
| <b>LISTA DE QUADROS.....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>  | <b>13</b>  |
| <b>LISTA DE FOTOS .....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>16</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS BASEADOS NO<br/>MÉTODO .....</b>                                       | <b>21</b>  |
| <b>1.1 Um método em Franz Fanon e Milton Santos .....</b>  | <b>23</b>  |
| <b>CAPÍTULO 2 UMA BREVE PERSPECTIVA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA<br/>AFRICANISTA NO PERÍODO DE 2003 A 2015 .....</b> | <b>41</b>  |
| <b>2.1 Panorama dos primeiros passos da política externa brasileira para África .....</b>                        | <b>45</b>  |
| <b>2.2 Política externa africanista dos governos Lula (2003 a 2010) .....</b>                                    | <b>47</b>  |
| <b>2.3 O período da política africanista da Presidenta Rousseff.....</b>   | <b>57</b>  |
| <b>CAPÍTULO 3 PODER BRASILEIRO PELO BNDES EM ÁFRICA.....</b>   | <b>62</b>  |
| <b>3.1 BNDES como concentrador de poder .....</b>  | <b>62</b>  |
| <b>3.2 BNDES: território de empresas brasileiras em África.....</b>  | <b>76</b>  |
| <b>3.2.1 Odebrecht, cliente tradicional .....</b>  | <b>79</b>  |
| <b>3.4 Brasil e Angola: território do dinheiro .....</b>   | <b>88</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>   | <b>101</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>105</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>108</b> |

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 Representações africanas no Brasil (2015)

Mapa 2 Representações brasileiras em África (2015)

Mapa 3 Empresas brasileiras clientes do financiamento do BNDES para internacionalização no mundo

Mapa 4 Financiamento do BNDES a empresas brasileiras em África

Mapa 5 Financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola

Mapa 6 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Uige

Mapa 7 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Benguela

Mapa 8 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Malange

Mapa 9 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Kwanza Norte

Mapa 10 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Kwanza Sul

Mapa 11 Financiamento do BNDES a Odebrecht – Luanda

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Visitas do Presidente Lula e da Presidenta Dilma a África (2003 – 2014)

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 Esquema de metodologia pretendida

Figura 2 Resposta do BNDES ao pedido de informação, parte 1

Figura 3 Resposta do BNDES ao pedido de informação, parte 2

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 Resultado do intercâmbio comercial Brasil e África, corrente

Gráfico 2 Intercâmbio comercial Brasil e Angola

Gráfico 3 Financiamento do BNDES ao exportador brasileiro por país (2003-2015)

Gráfico 4 Financiamento do BNDES para empresas brasileiras em Angola (2007-2015)

Gráfico 5 Financiamento ao exportador brasileiro para Angola e mundo (2003-2015)

Gráfico 6 Financiamento ao exportador brasileiro para Angola por exportador (2007-2015)



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Valor total dos subcréditos do BNDES a Odebrecht (2003-2015)

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1 Comércio em Luanda, Belas Shopping (2010)

Foto 2 Praça de Alimentação no Belas Shopping em Luanda (2010)

Foto 3 Um Brasil em Luanda (2010)

Foto 4 Luanda que eu vi em 2010: Guerreira Rainha Ginga; pátio interno do prédio do governo; sede da empresa pública de petróleo, Sonangol; copiadora; presença de carros estrangeiros; ouro negro na praia (2010)

Foto 5 Presença da Odebrecht em Luanda (2010)

Foto 6 Obra de infraestrutura da orla de Luanda (2010)

## **Alienação**

**Ilê Aiyê**

**Compositor: Mario Pam & Sandro Teles**

**Se você esta de ofender  
É só chamá-lo de moreno pode crê  
É desrespeito a raça é alienação  
Aqui no Ilê Aiyê a preferência é ser chamado  
de negão**

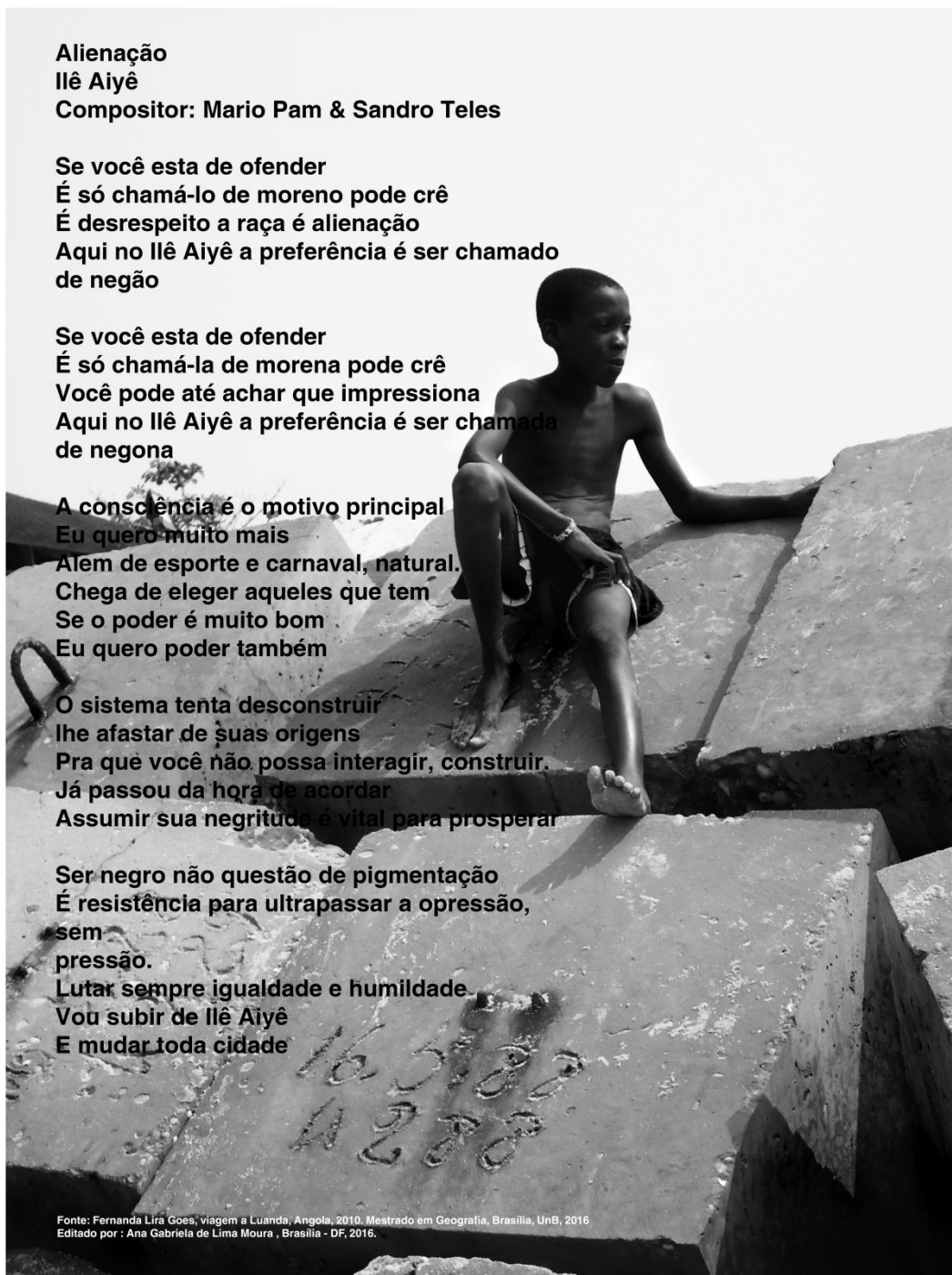
**Se você esta de ofender  
É só chamá-la de morena pode crê  
Você pode até achar que impressiona  
Aqui no Ilê Aiyê a preferência é ser chamada  
de negona**

**A consciência é o motivo principal  
Eu quero muito mais  
Além de esporte e carnaval, natural.  
Chega de eleger aqueles que tem  
Se o poder é muito bom  
Eu quero poder também**

**O sistema tenta desconstruir  
Ihe afastar de suas origens  
Pra que você não possa interagir, construir.  
Já passou da hora de acordar  
Assumir sua negritude é vital para prosperar**

**Ser negro não questão de pigmentação  
É resistência para ultrapassar a opressão,  
sem  
pressão.**

**Lutar sempre igualdade e humildade.  
Vou subir de Ilê Aiyê  
E mudar toda cidade**



## INTRODUÇÃO

Em 2010, ao descer no aeroporto de Luanda, capital de Angola, motivada por uma viagem a trabalho, observei que as filas da imigração se dividiam em três: uma para angolanos, outra para estrangeiros e a terceira para Odebrecht. Estava acostumada com a divisão pela nacionalidade, pelo trabalho da tripulação, pela política de atendimento preferencial a pessoas com necessidades especiais, idosos e idosas, gestantes e pessoas com bebês e crianças. Foi a primeira vez que vi uma entrada especial em um país para uma empresa. E naquela situação, a Odebrecht era minha conhecida de Salvador. Nascemos na Bahia e construímos nossas histórias a partir daquele lugar. A pergunta que me instigou foi: por que a Odebrecht uma empresa brasileira tem entrada privilegiada com status de Estado em Angola?

No primeiro instante, quis fotografar, mas o segurança ou policial se aproximou e impediu. Não era autorizado fazer um retrato. Continuei em busca das respostas para aquela situação. O que fazia a Odebrecht em Angola que possibilitava uma situação homóloga as relações desenvolvidas entre Estados? A placa não identificava Brasil, ou empresas brasileiras, estava escrito exatamente o nome Odebrecht. Portanto, a primeira conclusão foi que a Odebrecht era uma empresa brasileira privilegiada em Angola.

Em seguida, quis saber quais eram os mecanismos que facilitavam a empresa atuar no território estrangeiro ao Brasil, em Angola. Identifiquei duas circunstâncias. A primeira, o processo histórico que permitiu aproximação entre a empresa e o governo angolano. A Odebrecht estava em Angola ao tempo das lutas de libertação da colonização portuguesa, nas décadas de 1960 e 1970, antes do conflito eclodir em guerra civil; e permaneceu no país durante a guerra até os dias de hoje, com sede em Luanda. A segunda, a Odebrecht era uma grande empresa brasileira com acesso a crédito para internacionalização. Um dos mecanismos de crédito era disponibilizado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Questionei então porque outras empresas brasileiras não estavam em situação semelhante a Odebrecht? Como a Odebrecht conseguiu acesso ao financiamento para atuar em Angola? Por que o financiamento do BNDES era interessante para a Odebrecht e talvez a outras empresas brasileiras com atuação em países em África,

especialmente em Angola? Por que a Odebrecht e outras empresas brasileiras, com acesso ao financiamento do BNDES, não preferiam crédito no mercado privado de bancos nacionais ou mesmo nos bancos internacionais? Porque as empresas brasileiras que estavam em Angola, em África<sup>1</sup>, usavam o financiamento do BNDES? Porque o Brasil estimulava, por meio do financiamento do BNDES, a internacionalização de empresas brasileiras em África? E assim, diante de tantas inquietações e dúvidas, chega-se ao problema de pesquisa: como se configura a geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola?

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho busca analisar as relações de poder vinculadas à geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola.

Tem-se como proposição de pesquisa que a política externa africanista brasileira se constitua em uma política indutora e de manutenção de um cenário favorável para que grandes empresas brasileiras explorem a natureza africana. Nesse aspecto, a substituição da elite colonizadora, portuguesa, por elites que negociam com as elites da colônia, as elites dos países que exploram, as elites brasileiras, constituiria um mecanismo facilitador para que as grandes empresas brasileiras se apropriem do financiamento subsidiado, do dinheiro público, do território do dinheiro.

Sendo assim, essa pesquisa é importante, pois lança um olhar crítico a respeito desse processo de financiamento do BNDES e tenta desmistificar a geopolíticas e os atores envolvidos nessa disputa.

No seu percurso este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, compartilho a metodologia e o método de pesquisa. No empirismo observador de uma sujeita que é quem pesquisa, mas também é sujeito da realidade observada. Em Franz Fanon, em Milton Santos, toda a pesquisa está posta na percepção de que o racismo se desdobra quando limita os métodos e as metodologias. Deste modo, a própria linguagem aferida tem como essência se afastar da norma e do padrão estabelecidos e propor alternativa a manifestação da escrita de uma dissertação de mestrado. Não é que

---

<sup>1</sup> África aqui se exprime como um conceito para identificar que no continente africano há diversos Estados, povos e etnias com formações sociais, políticas e culturais diferentes. Portanto, não é que se queira eximir a identificação destas singularidades e especificidades, por não ser o cerne do trabalho, o objetivo é deixar o respeito expresso aos povos africanos em suas diversidades. Para tanto, neste trabalho usa-se “em África”, referente a diversidade, em oposição a expressão “a África”, que unifica os Estados, como se o continente africano fosse um único país.

se queira desacreditar as outras possibilidades de linguagem, ao contrário, o ensejo é tão somente de aceitar a diversidade. Um meio de afirmar que a norma culta existe, mas é a norma branca, de um grupo da elite que estabeleceu um padrão, esta versão representa outra voz. Como a sociedade brasileira é constituída a partir da disputa de poder entre o colonizador branco e o colonizado negro, a configuração social e, portanto política confere um racismo estrutural nas diversas instancias das relações de poder. Fanon cumpre a leitura de que uma elite negra ao se colocar a disposição do colonizador, da elite branca, ocupa para a manutenção, a inveja do colonizador. Em contraposição, realizar a transformação é o processo revolucionário. Em Milton Santos, há as referências geopolíticas nos conceitos de poder, território usado, dinheiro, território do dinheiro, globalização.

No segundo capítulo, faz-se um panorama da política externa brasileira para África, a política externa africanista, do período de uma década de 2002 a 2012. A insistência do capítulo é de que após o governo de Cardoso, os anos do mandato Lula intensificaram a aproximação do Brasil com o continente, especialmente com Angola, um pensamento mais consensual, *grosso modo*, entre interessados pelo tema. Entretanto, o discurso de cooperação Sul-Sul, sem condicionalidades, por uma construção mais equânime de desenvolvimento com crescimento inclusivo foi defendido com as mesmas formas que se alinharam a violência do colonizador contra o colonizado. O Brasil que se aproxima de África é o Brasil apropriado por uma elite, pelo dominador, com objetivos explícitos no grande lucro e na exploração da natureza. A tal ponto, que apesar de uma insatisfação pelo menor uso da diplomacia presidencial por Rousseff, o intercâmbio comercial entre Brasil e África, no geral, e entre Brasil e Angola, especificamente, se manteve. A frustração, então, remete a ausência de uma transformação revolucionária na execução da política externa africanista de um governo no qual havia uma expectativa.

No terceiro capítulo, apresento os instrumentos do BNDES para a internacionalização de empresas brasileiras. Ofereço um questionamento acerca dos instrumentos, das regras, das dificuldades, das operações, das garantias exigidas que cercassem o financiamento do BNDES e transformam um possível crédito em privilégio acessível apenas a algumas grandes empresas brasileiras, e indiretamente, a determinados governos estrangeiros. Ainda, por meio dos dados de financiamento do BNDES a projetos da Odebrecht em Angola, mostro como a empresa esteve em

situação privilegiada no acesso ao crédito. De certo modo, um mecanismo que facilitou transferência do dinheiro brasileiro a Angola, pois se o responsável pelo pagamento do financiamento é o Estado estrangeiro, então apesar do benefício do lucro relacionado às obras e ao empréstimo de um dinheiro subsidiado ir para Odebrecht, Angola também recebeu o benefício do auxílio subsidiado, pois tanto Odebrecht, quanto Angola se usasse financiamento ou empréstimo no mercado privado pagaria valor maior pelo dinheiro.

Nas considerações finais, apresento um apanhado conciso do argumento que defendo em todos os três capítulos anteriores. O método em Franz Fanon me possibilita analisar a política externa brasileira para África como mecanismo de reprodução da opressão dos povos negros brasileiros e angolanos. Quando a elite política ocupa o poder para executar uma política externa que privilegia o acúmulo e a mais valia das empresas brasileiras, com o privilégio da Odebrecht, em prol da exploração da natureza angolana, nega-se o avanço no caminho da transformação. O BNDES é o instrumento facilitador da disputa de poder do Brasil no território de Angola. Não é apenas a Odebrecht que está presente em Angola, é o Brasil que usa o território angolano e modifica conforme o território do dinheiro.

Por fim, ofereço algumas recomendações de como o Brasil poderá executar parcerias com países africanos sem a intermediação de um modelo colonialista. De como uma política externa africanista pode ser construída a partir da libertação de um povo, em contrapartida a apropriação, a exploração, a submissão e a dominação. Nesse sentido, aponto sugestões do uso do financiamento do BNDES como instrumento facilitador de equidade no território do dinheiro produzido entre Brasil e Angola, Um novo modelo de regras iniciadas na proposta de transparência de um banco público.



**Canto Ao Pescador  
Olodum**

Jogou sua rede  
Oh pescador  
Se encantou com a beleza  
Deste lindo mar

É dois de fevereiro  
É dia de lemanjá  
Levo-te oferendas  
para lhe ofertar

E sem idolatria  
o Olodum seguirá  
É, como dizia Caymmi  
Insigne o homem cantando a encantar

Minha jangada vai sair pro mar  
Vou trabalhar  
meu bem querer

Sei que o mar da história  
é agitado  
E o Olodum a onda que virá  
Em forma de dilúvio vem  
me despertar amor  
Em forma de dilúvio vem  
Exterminar

Com sequelas racistas  
E trazendo ideais de amor e paz  
Com sequelas racistas  
E trazendo ideais

Oloxum, Inaê  
Janaina  
E mara, mara, mara,  
marabôcaiala, sobá  
Viaja é  
Se baila

Me leva Olodum em sua onda  
que eu quero ir (viajar...) - 2a. vez  
Viaja é,  
Se baila

Me leva Olodum em sua onda  
Que eu quero ir  
Olodum, Navio Negroiro  
Atracou em Salvador

Trouxe a música emitindo  
Ideais da negra flor  
E hoje eu sou do mar  
Condutor da embarcação  
E hoje é sal do mar  
Condutor da embarcação

Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016  
Editado por : Ana Gabriela de Lima Moura , Brasília - DF, 2016.



## **CAPÍTULO 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS BASEADOS NO MÉTODO**

Os procedimentos metodológicos para chegar ao objeto de pesquisa estão estabelecidos principalmente em dados secundários e conceituais. Surge a partir de uma observação empírica de um fato real, o privilégio de acesso da Odebrecht em Angola, para depois iniciar uma investigação a partir das perguntas iniciais de pesquisa. Primeiro, foi elaborada uma revisão bibliográfica focalizada na leitura de autores africanistas brasileiros e africanos, portanto, na apropriação do conhecimento sobre África e Angola a partir da perspectiva de brasileiros e africanos, sujeitos de sua própria narrativa social. Em seguida, a revisão bibliográfica contemplou, principalmente, pesquisadores que analisam o contexto contemporâneo da política externa africanista do Brasil; as relações políticas, econômicas e sociais entre Brasil e Angola e seus desdobramentos geopolíticos. Os principais conceitos para explicar o problema de pesquisa são o território usado, o território do dinheiro, a globalização, o poder e a geopolítica. Em seguida, há que se incluir a busca de dados oficiais disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo BNDES para se verificar quais empresas brasileiras usam os mecanismos de financiamento do BNDES como uma forma de favorecer a atuação internacional. Também para compreender como a Odebrecht se apropria do financiamento do BNDES para as atividades no exterior, especialmente em Angola. A organização desses dados é a base para a análise, mapeamento dos subcréditos, para se chegar às conclusões.

Cabe salientar que a ideia inicial desta pesquisa foi incluir um conjunto de entrevistas guiadas por roteiro com atores e agentes da política externa africanista brasileira, portanto, do Itamaraty, do BNDES, da Odebrecht e do Governo de Angola. Entretanto, diante da situação política no Brasil que envolvia diversos atores e agentes relacionados à Odebrecht e ao BNDES, optou-se pela não aplicação das entrevistas.<sup>2</sup> Pelo mesmo motivo, decidiu-se cancelar qualquer planejamento a respeito de uma possível pesquisa de campo para mapear as obras e serviços executados pela Odebrecht

---

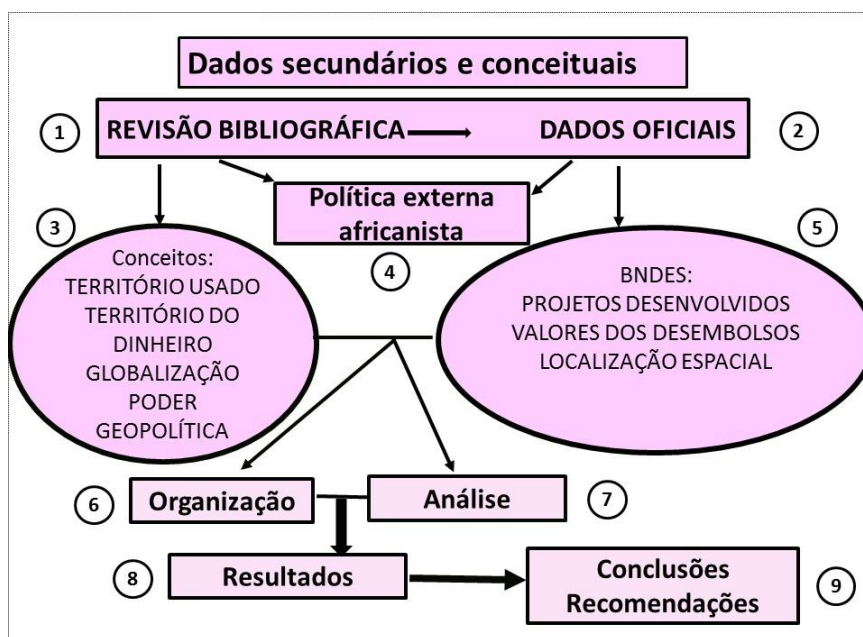
<sup>2</sup> Para informações sobre o processo político, cabe acessar os sites de mídias alternativas como Jornalistas Livres (<https://jornalistaslivres.org/>); Brasil de fato (<https://www.brasildefato.com.br/>) e Mídia Ninja (<https://ninja.oximity.com/>), além do site oficial da Operação Lava Jato (<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/lava-jato>).

em Angola. O mapeamento estabelecido no capítulo 3 está inserido em uma perspectiva ilustrativa, não configura localização georeferenciada. Entendendo que a ausência das entrevistas guiadas e da pesquisa de campo não compromete o objetivo principal deste trabalho. Nesse sentido, o texto se propõe a assumir dois movimentos, o de que há uma alienação estabelecida pela elite dominadora e excludente que reproduz um modelo exploratório colonizador disposta a produzir o território do dinheiro e o de uma consciência pelo Brasil e África de apropriação do simbólico afro-brasileiro para legitimar as desigualdades.

Para compreender este processo e analisar as vicissitudes do tema desta pesquisa, buscou-se um procedimento metodológico compatível com a disponibilidade de informações não apenas relacionadas à questão, mas principalmente seguras, do ponto de vista da origem oficial dos dados. Outro aspecto bastante respeitado foi o momento político no Brasil, no qual após a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se um golpe político movido pela ambição de romper com o mandato da Chefe do Executivo para invadir o lugar de Chefe de Estado brasileiro. Some-se a isso as investigações acerca da empresa Odebrecht diante de obras e serviços prestados ao governo brasileiro e, possivelmente, no estrangeiro. Por decisão, este trabalho não analisa o cenário doméstico político no Brasil, tampouco qualquer aspecto relacionado a vícios da Odebrecht. Entendo que o objetivo da pesquisa não é refutado pelo contexto político, mas deixo às futuras análises a capacidades para perceber de modo mais coerente a questão. Compreendo que é um dos limites de se pesquisar um objeto contemporâneo.

O trabalho está estruturado em dados secundários e conceituais. Os conceitos escolhidos para estabelecer o diálogo com os dados secundários oficiais empíricos foram selecionados por meio de revisão bibliográfica. Os cinco conceitos são “território usado”, “território do dinheiro”, “globalização”, “poder” e “geopolítica”. A estrutura da política externa africanista para África serve de base entre o método desenhado em Franz Fanon e os dados oficiais. Por meio da organização do material coletado, da análise das informações disponíveis, há resultados que lideram as conclusões e algumas recomendações.

FIGURA 1  
Esquema da metodologia pretendida



### 1.1 Um método em Franz Fanon e Milton Santos

Aproximei-me de alguns modos de pensar acerca das problemáticas apresentadas, e foi em Franz Fanon (2005) que me apropriei da perspectiva que compartilhava o olhar mais próximo ao pretendido. Sendo assim, o método da pesquisa está estruturado nesse importante intelectual martinicano, especialmente na obra “Os condenados da terra”. A história de vida desse médico psiquiatra, em especial a sua participação no movimento pela libertação da Argélia contra a colonização francesa e o Doutorado na França, propiciou em sua formação as apropriações teóricas e a linguagem da militância, que ressaltam a análise a respeito do racismo estrutural, abstrato, como instrumento da geopolítica francesa sobre o território usado de Argélia. Fanon denunciava a manutenção da dominação pelo colonizador a partir das relações de negociação entre as elites africanas e as estrangeiras durante as lutas de libertação e independência do povo argelino. Fanon observava o poder como variável conservadora sobre a dominação, uma força escondida no racismo.

Os questionamentos elaborados acerca da descolonização real são uma “substituição total, completa e absoluta de uma espécie de homens, por uma outra espécie de homens, sem transição”, similar à uma negociação entre elites dominadoras.

Diante das demandas do povo dominado, ou seja, da “reivindicação mínima do colonizado”, Fanon demarca que “o sucesso seria um panorama social inteiramente modificado por uma transformação, um programa de desordem absoluta, com um conflito de duas forças antagônicas” (FANON, 2005, p. 53). Confronto, nesse sentido, signo da violência: exploração do colono pelo colonizado; na exigência de um questionamento integral da situação colonial. A descolonização ocorre quando a coisa colonizada se torna homem no processo pelo qual se liberta.

[...] o colonizado que decide realizar esse programa, que decide fazer-se o seu motor está preparado desde sempre para a violência. Desde o seu nascimento, está claro para ele que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta (FANON, 2005, p. 53).

Nesse véis, o mundo colonial é um mundo compartimentado. Assim é o mundo para Milton Santos, o mundo da globalização perversa, que, vivenciado por meio do território do dinheiro, define o espaço geográfico a partir da compartimentação e da fragmentação. “Hoje com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Nenhuma fração do planeta escapa a essa influência” (SANTOS, 2015, p. 81). Antes que soem os alarmes dos fiscais do anacronismo, lembro que as diferenças temporais cronológicas não são impedimento algum ao diálogo que Fanon e Santos imprimem. Santos percebe o poder político como o causador da perversidade das relações entre os povos, entre as comunidades, entre sociedades. Neste mundo atual, a compartimentação também é a fragmentação, que não deixa de ser o modo de uso deste território. Um território universalmente usado, pois “[t]oda superfície da Terra se tornou ecúmeno” (SANTOS, 2015, p. 81).

Nas sociedades capitalistas, o ensino religioso ou leigo, os reflexos morais, a honestidade exemplar, o amor à harmonia e à sabedoria, as formas estéticas de respeito à ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças de ordem. Os intermediários do uso da força, como por exemplo, a polícia a mando do colonizador, são donos do

monopólio legítimo da força. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder da elite interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de desorientadores. E assim também o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência, não disfarça a opressão, tampouco a dominação (FANON, 2005, p. 54).

Fanon já observava o que Santos confirmou, que a sociedade capitalista usava a violência legítima como instrumento de dominação. Santos responsabilizou a violência da informação, do dinheiro, uma violência ideológica, a violência alinhada ao imperialismo, globalitarismo, uma perversidade sistêmica (SANTOS, 2015). O território da colonização produzido pela violência remete ao território usado produzido no processo da globalização perversa, enquanto não houve uma real transformação do da opressão e da exploração. A substituição das elites dominadoras colonizadoras por outra dominadora segue o processo espaço-tempo até que haja uma descolonização, uma transformação, aquela em que o colonizado, o dominado, reivindica uma revolução completa, utópica, por meio da violência absoluta. Ou seja, por meio do questionamento total do território usado, do território do dinheiro.

Fanon (2005) enxerga a cidade do colonizado como uma cidade agachada, de joelhos, prostrada, de pretos. Essa poderia ser a cidade de Santos. Também apresenta uma fotografia do colonizado, e o colono conhece essa imagem: “[...] eles querem o nosso lugar [...], não há um colonizado que não sonhe, ao menos uma vez por dia, instalar-se no lugar do colono” (FANON, 2005, p. 56). O colono sabe que, a qualquer momento, uma negociação poderá colocá-lo no lugar do colonizador, do dominador, da elite. Ao colonizado resta a esperança de ocupar o lugar de opressor em algum momento; o colono quer esse lugar. Quando as elites dialogam com os colonizados, não é que queiram assegurar o fim de uma colonização, até porque a descolonização depende da luta dos colonizados: a elite colonizadora quer tão somente conhecer melhor possíveis sujeitos colonizados para a substituírem.

Nessa sociedade, a causa é consequência: alguém é rico, porque é branco. Fica resguardado o lugar privilegiado ao colonizador. Se o colono substitui o colonizador, então porque tornou-se branco, tornou-se rico, foi branqueado. Para Fanon a classe dirigente, a elite, “é primeiro aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os

autóctones, ‘os outros’” (FANON, 2005, p. 57). Apesar da domesticação bem sucedida, apesar da apropriação, o colono continua sempre sendo um estranho. O bizarro de seu próprio território, o estrangeiro de seu território usado.

O caráter totalitário não basta: o colono insere o colonizado na visão dualista entre o bem e o mal, principalmente quando o colonizado começa a resistir à violência. O colonizado resistente em busca de emancipação, essa resistência é uma luta que inquieta o colono. Por isso o colonizador fica desconfortável quando um colonizado negro ocupa o lugar privilegiado do colonizador branco, do estrangeiro, do que vem de fora.

A violência responde alinhada à influência dos fetiches, dos valores ocidentais, do jeito de viver do colonizador como uma perspectiva do bem. No caso real vemos na foto 1 que dentro do Belas Shopping, em Luanda, há uma explicação sobre os procedimentos, logo, os costumes do uso do território de um shopping. O próprio shopping é um território do colonizador, um território do estrangeiro, um território que vem de fora. A burguesia do país colonizado é quem vai usar o território do colonizador. O shopping não é de uso comum, mas serve apenas à elite que negociou com o colonizador. O colonizador é bonzinho. E o diálogo surge na bondade entre o dominado e o dominador.

A violência é mascarada. Durante o período de descolonização, os colonizados estabeleceram um diálogo com a burguesia do país colonialista. A população autóctone é percebida como massa indistinta. No período de libertação, a burguesia colonialista procura contatos com “as elites” (FANON, 2005, p. 28).

A alternativa usada pela burguesia colonialista é uma negociação com o colonizado. “Diante da impossibilidade de manter a dominação, a burguesia passa a combater no campo da cultura, dos valores, das técnicas. Porém, para o povo colonizado o valor mais essencial é a terra, é o território, o pão, a dignidade”. Fanon (2005) distingue a dignidade do povo em sua terra, em seu território usado, daquela dignidade imposta, sob uma ótica de um conceito de dignidade da pessoa humana, uma dignidade estrangeira. Essa pessoa humana ideal, representante da dignidade da pessoa humana, é desconhecida ao colonizado, ao dominado. O motivo da distinção entre a dignidade do colonizado e a dignidade da pessoa humana consiste no processo de elaboração da

categoria para um público determinado, depois de um fato específico na Europa. Portanto, dignidade da pessoa humana está relacionada ao humano europeu, branco.

Para o colonizado, ser moralista é calar a arrogância do colono, é quebrar a sua violência ostensiva, expulsá-lo simplesmente do território. O intelectual que seguiu o colonialista no plano do universal abstrato vai lutar para que o colono e o colonizado, que é invejoso, possam viver em paz num mundo novo. Nessa segurança nova e revolucionária, a vida do colonizado tem o mesmo peso que a do colono, o colono não incomoda mais o colonizado. “Não só sua presença não mais me constrange, mas já estou lhe preparando tais emboscadas que logo ele não terá outra saída, senão fugir” (FANON, 2005, p. 62). E para que os últimos se tornem os primeiros, Fanon (2005) convida a intelectualidade para a africanização dos quadros. Necessário, então, o refluxo dos intelectuais para as bases populares. A língua do colonizado, o saber do colonizado, o individualismo é a verdadeira riqueza do pensamento. Este é o método escolhido para este estudo. O método do intelectual africanizado nas bases populares. Um método em Fanon.

A linguagem buscada continuamente neste trabalho é simples, evitou-se propositalmente o português culto, ou seja, a língua do intelectual branco da elite. A linguagem está posta na relação do sujeito como pesquisador e pesquisado. Não à toa, as fotos em preto e branco, símbolo da possível relação sem racismo entre as raças negras e brancas, que inauguram cada sessão, trazem letras de músicas de protesto cantadas pelas bases.

Na primeira música, “Alienação”, cantada pelo Ilê Aiyê, introduz a questão e assume o racismo pressuposto do capitalismo no Brasil, assim como estabelece que está superada qualquer tentativa de manifesto à democracia racial. Para não ofender, use a identidade da raça/cor, negro, negra. Morenizar é um ato de alienação. E para essas ações, a resistência está posta em ser negro, ser negra. Ao assumir a identidade como sujeito de luta, pesquisado e pesquisador, relaciona-se o modelo da opressão do colonizador também à raça/cor que o identifica. Afinal Fanon nos lembra que o colonizado é o estrangeiro, é o que vem de fora.

Na segunda música, “Canto ao Pescador”, cantada pelo Olodum, estamos dispostos a manter o processo histórico em nossas lembranças. Os navios negreiros de africanos vítimas do genocídio do povo negro ainda estão nas sequelas de uma

sociedade estruturada no racismo. São os ideais da negra cor que buscam africanizar o intelectual nas bases negras.

A terceira música é um pagode da periferia de Salvador do grupo Fantasmão. Quando canta “Sou negão”, nos remete às disputas das elites que imprimem a dualidade entre o branco, o colono bom, e o negro colonizado do mal. Negro correndo é ladrão? Tem branco de gravata roubando? Questiona o corpo negro como corpo suspeito dos atos que não sejam as ações do bem. Remete também à retomada pelas bases negras, o sujeito veio de lá, do gueto.

A quinta música, “Conceito”, também na voz da periferia negra, identifica que a renovação do conceito se dá com a africanização pelas bases negras, pelo respeito exigido por uma nação. A nação que assume a racialidade, ser filho de preto. E responde, ser filho de preto, morar no gueto não é ser ladrão. O colonizador não é bonzinho. A dualidade não está posta na raça/cor do sujeito, a dualidade está posta por meio do colonizado que explora o oprimido e com medo da resistência, impõe os simbolismos para executar qualquer possibilidade de convite à revolução racial, *simbora, negão? Simbora, negona?*

Encerro com a música “Que bloco e esse”, cantada por Criolo. Onde em sua fala amorosa amplia o convite ao branco, se você soubesse o valor que temos ao sermos negros e negras, tu, branco, se banhava em negrume, tomava banho de piche, pra virar negro também. Um convite à tolerância, à compreensão, à paz nas relações raciais, categoria que acredito ser o objetivo essencial de qualquer luta. Condiciono, então, a paz a uma realidade inerente ao fim das desigualdades, das discriminações, dos preconceitos. Não há paz com racismo.

Para além da situação de sujeito, Fanon adentra a situação das relações de troca e venda. Fanon dialoga com Milton Santos sem que se conheçam. Fanon descreve o território do dinheiro, do dinheiro ideológico. A nacionalização dos negócios comerciais seria uma pilhagem. O populismo é um vulgar oportunista que se aventura a militar no meio do povo. O encanto seria composto por posições globais, tudo em comum. Assim, o bem é aquilo que faz mal ao colono. E a verdade não existe no sistema colonial. Desse modo, o lugar é apenas aquele que o colono impõe, é ficar no seu lugar, não passar dos limites (FANON, 2005). Para esse autor, o problema teórico resume-se a: quando se pode dizer que a situação está madura para um movimento de libertação nacional? Pois,



nas formas emprestadas de partidos políticos, as elites intelectuais ou comerciantes negociam uma falsa sensação de libertação. O colonialismo é a violência em estado natural, e só pode se inclinar diante de uma violência maior. Com medo dessa violência maior, a burguesia introduz a não violência, o acordo. A negociação da paz que em verdade reflete o uso de mais violência estruturada essencialmente sobre os mesmos dominados. A negociação da paz é o discurso da violência seletiva, legítima de uso pelos dominadores para oprimir. O instrumento de violência da guerra é usado contra o povo que luta por libertação. O opressor na representação de industriais e financistas espera do governo que não dizime as populações, mas que salvasse, por meio de convenções econômicas, seus interesses legítimos. Nesta guerra, a cumplicidade do capitalismo é com as forças violentas. O colonizado se aproxima das forças progressistas, de ajuda política e diplomática. Na situação de violência atmosférica, os revolucionários se unem aos camponeses e lutam pela libertação por meio da força. Mas as forças empenham-se em desarmar a crise, por meio do neutralismo. Para o colonizado o impossível é o sonho da liberdade (FANON, 2005).

Pensar o colonizado e o colonizador em uma estrutura contemporânea que os alunhe de povo e elite é nada mais do que abstrair os conceitos vocativos entendidos no espaço-tempo. Não me interessa se a elite não é colonizadora porque a colonização oficial, ou a colonização temporal, acabou. O debate do anacronismo, nesta situação, serve à violência estrutural e sistêmica. Se para Fanon há uma substituição da elite colonizadora pela elite colonizada, então há uma substituição de elites colonizadas que servem às elites colonizadoras por muitos anos. Portanto, colonização para este trabalho é um processo, uma estrutura, uma perspectiva identificada pela dominação, pela exploração, pela opressão, pela subordinação de um povo de raiz do território usado, por um grupo outro estrangeiro. Esse processo de descolonização é a reprodução da colonização, a essência da continuidade da colonização, escondida na falsa sensação de liberdade. A lógica imposta é de poder, e poder para explorar.

A exploração se dá no território. O território que dialoga com o método em Fanon, um território que tem colonizador e colonizado; que é usado pelo poder da opressão para satisfazer objetivos do capital. Nesta pesquisa, que é contemporânea à globalização, em que as empresas brasileiras, como atores de geopolítica, se internacionalizam, falamos do território usado, do território do dinheiro, do território em tempos de globalização, do território do poder como elemento de geopolítica. Um

território usado por um povo negro, em constante luta de resistência a violência do estrangeiro colonizador branco. Um território do dinheiro ideológico que serve aos interesses do enriquecimento de um determinado grupo próximo à elite colonizadora. A tendência é assumir que o Brasil, um ator público, é ciente da disputa implícita nas relações de poder. O país compreende o movimento posto pela geopolítica que executa em África por meio do dinheiro como mecanismo disponível aos agentes privados, ou seja, às grandes empresas brasileiras. Neste sentido, o território usado é estabelecido por Milton Santos, ao afirmar que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2015, p. 96).

Apono duas observações ao território usado. Primeiro, o cuidado que se faz é de evitar o território do Estado. Aquele território que define o poder de intervenção do Estado, que limita a soberania do Estado. O Estado e a soberania são inerentes em sua formação. Não há que se discutir. Não se diminui soberania do Estado, não se separa soberania e Estado e não há perda de soberania. Entendendo que qualquer debate a respeito é ultrapassado. Assim, está posto que soberania seja o próprio Estado. Território não é Estado. Um debate sobre território pode estar relacionado ao limite físico do Estado, mas não compreende o Estado. O território como definido por Steinberger, não sendo apenas aquele de caráter jurídico:

[...] O território não é propriedade do Estado e sim de todos os agentes e atores sociais que têm o poder do 'agir político' na sociedade. Não pode ser capturado pelo Estado, nem pelos que detêm o direito de propriedade. O território não é um mero recipiente morto que abriga a ação do Estado. O território é ativo e esta atividade está no uso que os agentes e atores sociais fazem dele. Está em permanente ação com a sociedade e com o próprio Estado (STEINBERGER, 2013, p. 63).

Haesbaert também denuncia outros aspectos das contradições das territorialidades em tempos de globalização, “[...] (o) mundo contemporâneo ao mesmo tempo em que se abre a fluxos como o do capital financeiro globalizado, exhibe inúmeros exemplos de fortalecimento dos controles territoriais (...)” (HAESBAERT & LIMONAD, 2007, p. 44).

Nesse sentido, avança ao propor alguns aspectos pertinentes a uma caracterização acerca dessas “novas-antigas territorialidades da globalização”:

[...] 1 - a formação simultânea de uma elite globalizada *vis a vis* a uma enorme massa de excluídos que buscam reconstruir seus territórios, muitas vezes de forma extremamente reacionária e que ainda mais discriminatória; 2 - o fortalecimento dos processos de âmbito local frente ao regional e ao nacional – seja como meio de fortalecer condições para competir no mercado, seja como forma de resistência cultural; 3 - o aparecimento de vínculos complexos de ordem concomitantemente local e global, sintetizados nos processos de globalização analisados por Robertson (1995), e, mais radicalmente, na formação de translocalidades, tal como proposto por Appadurai (1997); 4 - o recrudescimento de regionalismos e nacionalismos de ordem político-cultural – enquanto movimentos pelo menos parcialmente contraglobalizadores; 5 - a constituição de novas modalidades político-institucionais reguladoras do território através, por exemplo, de entidades supranacionais e de organização (HAESBAERT & LIMONAD, 2007, p. 48).

Esses autores indicam a possibilidade de um território-mundo, ainda que no campo do simbólico, como facilitador para a construção de uma identidade-mundo, e exemplifica com as reservas naturais e os patrimônios da humanidade. Contudo, no território do dinheiro as identidades não são exclusivas, são dinâmicas, e buscam os mesmos objetivos do dinheiro. Portanto, não há que se falar em coletivo, em mundo. A disputa no território do dinheiro é pela identidade, pelo pertencimento, pelo uso. A dialética posta, por um lado, aborda a identidade como mecanismo de negação ao acesso do dinheiro, por outro lado, convive com uma noção de identidade esvaziada, como privilégio para assumir e dominar o dinheiro. Ou seja, não existe território mundo. O território usado, ainda que na perspectiva da globalização, tem identidade. Na foto 1, a identidade brasileira está construída no território usado, no Belas Shopping em Luanda, com um parque infantil que tem as configurações dos parques infantis nos shoppings brasileiros, que por sua vez, também nos foram trazidos pelo estrangeiro, pelo colonizador. O território do dinheiro é a loja brasileira Dumond no shopping em

Angola. O Brasil captura o pertencimento a partir dos valores de beleza brasileiros. Do jeito brasileiro de usar sapatos, bolsa, acessórios. Esta forma não é privilégio do Brasil, aprendeu-se com o colonizador, com o colonizador da elite branca que negociou a continuidade do mesmo modelo explorador.

Quando relato que há um modelo branco, não apenas pela origem no branco colonizador, mas pela proposta abstrata de cumprir a opressão no processo das relações sociais desiguais. O instrumento concentrador da desigualdade poderá ser representado pelo dinheiro. Aqui a propriedade privada é o dinheiro, a dívida é o dinheiro, o crédito facilitado é o dinheiro, os juros negociados são dinheiro. O fetiche proposto nas vontades e nos valores e nos sonhos, em realidade tornam-se o dinheiro. Sigo o conceito de dinheiro em Milton Santos, quando o definiu como: “o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos resultados” (SANTOS, 1999, p. 8). Santos examinava o dinheiro e o território, aquele “que tudo busca desmanchar”, este “que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” neste mundo contemporâneo globalizado (SANTOS, 1999, p. 1). Desde então, Santos já afirmava que “é o território usado que é a categoria de análise” (SANTOS, 1999, p. 2). Esse é o território referenciado, que produz o “dinheiro da globalização” (SANTOS, 1999, p. 10). Ainda para o autor:

[...] essas técnicas da informação que, afinal, a partir do planeta, produzem um mundo (e é por isso que se fala de globalização), e que nos levam a ilusão da velocidade, como matriz de tudo, como necessidade indispensável e que certamente criam uma fluidez potencial transformada nessa fluidez efetiva a serviço de capitais globalizados, de tal modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história (SANTOS, 1999, p. 10).

Santos aponta que, no mundo globalizado, “o dinheiro que comanda é o dinheiro global, o território ainda resiste”. Para exemplificar cita o mapa do dinheiro no Brasil e indica São Paulo como lugar para todas as possibilidades do dinheiro. Nessa divisão territorial das possibilidades do dinheiro, se há todas as possibilidades para alguns, para outras a única é o dinheiro como meio de troca. Ao reciclar o pensar do território do dinheiro percebo que todas as possibilidades estão presentes no território dos bancos,

das grandes empresas, do Estado, dos que dominam; mas, no território das pessoas, dos povos, dos que resistem, o dinheiro é único, o território é dominado, o dinheiro domina o território. Ao dominar o território, o dinheiro produz o território do dinheiro, do dinheiro global.

O dinheiro global, fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. [...] Um dinheiro sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral a ele próprio (SANTOS, 1999, p. 10).

O dinheiro ideológico é aquele que se insere na lógica das empresas.

A lógica do dinheiro das empresas é a lógica da competitividade, que faz com que cada empresa tornada global busque aumentar a sua esfera de influência e de ação para poder crescer. [...] essas empresas globais necessitam dos mercados, por mais mínimos que sejam, porque a perda do menor grama de atividade inflete o poder de uma em benefício da outra. Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais – isso também é globalização” (SANTOS, 1999, p. 11).

Essa “globalização perversa”, que produz um território com desigualdades, que tem “malefícios” (STIGLITZ, 2003), que se coloca como “novo imperialismo” (HARVEY, 2003. p. 15-20), pode ser caracterizada de maneira mais simples. Pode ser entendida apenas pela continuidade da exploração da natureza pelos dominadores. A foto 2 apresenta a praça de alimentação no Belas Shopping, em Luanda, composta por restaurantes brasileiros. Portanto, geopolítica. Geopolítica de Estado, de empresas, com um território do dinheiro. Não assumir a geopolítica brasileira perpetrada pelo Estado, aliado ao capital, ao banco, às grandes empresas, para exploração de natureza em um território estrangeiro como projeção de poder, não exclui a geopolítica brasileira do cenário político internacional. A foto 3 apresenta outra proposta do território do dinheiro produzido pelo Brasil em Angola. Talvez o discurso possa tentar mascarar, o discurso da solidariedade, da cooperação, dos laços de amizade. As máscaras até se sustentam por muito tempo. Um exemplo de geopolítica imiscuída foi aquela exercida pelos americanos que não quiseram assumir sua geopolítica, questionaram Spykman quando este geógrafo apontou percepções sobre a geopolítica norte-americana durante a

Segunda Guerra Mundial. A geopolítica americana e a projeção de poder estava posta (COSTA, 2013, p. 164), assim como a geopolítica brasileira para África, e a projeção de poder do território do dinheiro do Brasil está estabelecido por meio de uma instituição do Estado brasileiro que apoia a atuação das empresas brasileiras em África. E, mais especificamente, em Angola.

O espaço-tempo desta projeção de poder está definido, falamos de um espaço-tempo processo estabelecido por meio da globalização. Grimm aponta que, para Milton Santos, “a globalização significava mais que um termo fartamente utilizado na mídia e nos discursos de então e que era preciso efetivamente estudá-la como processo e como período histórico” (GRIMM, 2011, p. 194). Retoma Santos que analisou a dualidade de desigualdades do processo incompleto de sociedade industrial para informacional (GRIMM, 2011, p. 195). Santos, à frente de seu tempo, já refletia sobre a globalização como processo e crise em períodos anteriores à década de 1990: “já na década de 1970, principalmente com o impacto das modernizações em territórios com distintas configurações” (GRIMM, 2011, p. 196). “Milton Santos caracterizava a ‘nova fase histórica’, entre outros aspectos, pela multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito; os novos papéis do estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fato essencial da acumulação; a grande revolução da informação graças aos progressos da informática” (GRIMM, 2011, p. 198-199). Portanto, não seria anacrônico afirmar que no processo de globalização há continuidade da colonização como processo inerente à exploração capitalista diante da produção do território do dinheiro.

Quando relaciona ao território o dinheiro – “o dinheiro e o território: situações históricas” – Santos estabelece que “o território usado pela sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro” (SANTOS, 2015, p. 98). O território do dinheiro concentra as relações entre Brasil e Angola, estruturadas no financiamento do BNDES à Odebrecht para atividades naquele país. Muitas das pessoas que estão nesses territórios dos Estados não têm acesso ao dinheiro que possibilita as relações estabelecidas pela empresa brasileira com o Estado africano. Quando analisa as “metamorfoses das duas categoriais ao longo do tempo”, Santos (2015) afirma ainda que:

[...] o território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção presente em cada lugar como às possibilidades e realidades da circulação. O dinheiro é, cada vez mais, um dado essencial para o uso do território (SANTOS, 2015, p. 99).

Os efeitos do dinheiro acometem o território usado: “[...] o dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional” (SANTOS, 2015, p. 100). Essas distorções do dinheiro acompanham as territorialidades da globalização quase que de modo inerente em Angola, a presença da venda de um modo de alimentação comum nos shoppings brasileiros é a importação do Brasil (ver foto 2). A globalização possibilita que Estado e empresas modifiquem o uso do território a partir de interesses definidos de acordo com o dinheiro. Há, portanto, uma reprodução do território brasileiro em Angola. O Brasil se coloca como colonizador de Angola quando a relação está posta sobre o dinheiro ideológico para a produção do território do dinheiro (ver foto 4).

FOTO 1  
Comércio em Luanda, Belas Shopping (2010)



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.



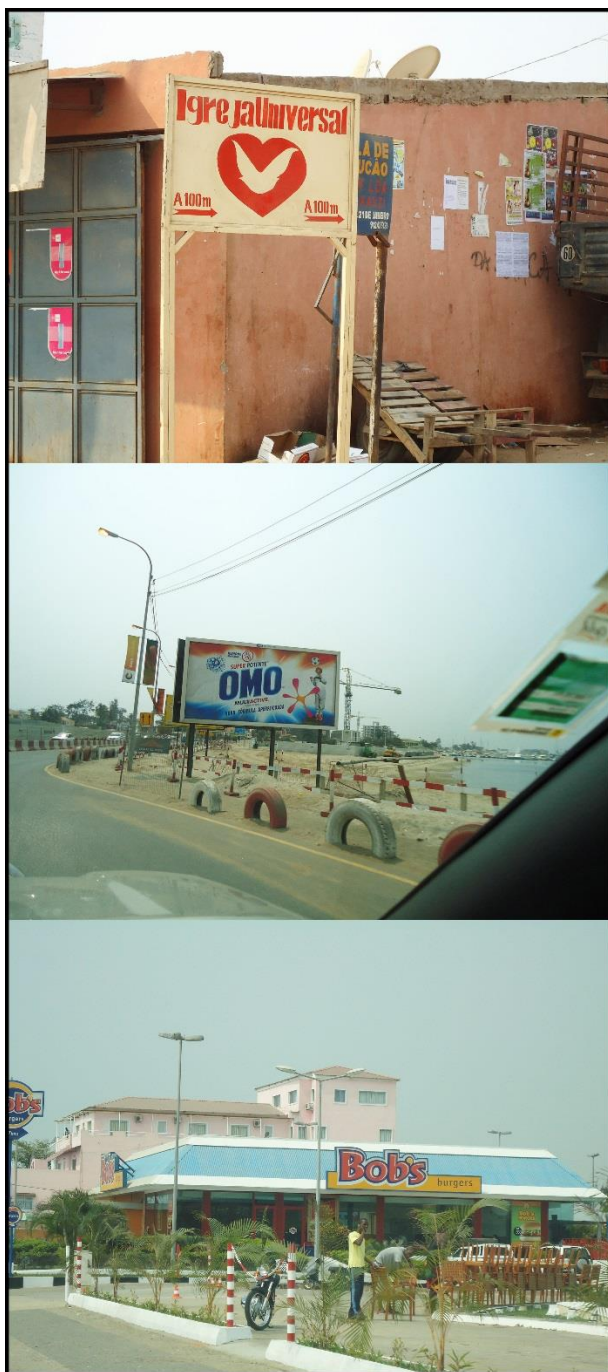
FOTO 2

Praça de Alimentação no Belas Shopping em Luanda (2010)



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, na UnB, 2016.

FOTO 3  
Um Brasil em Luanda (2010)



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

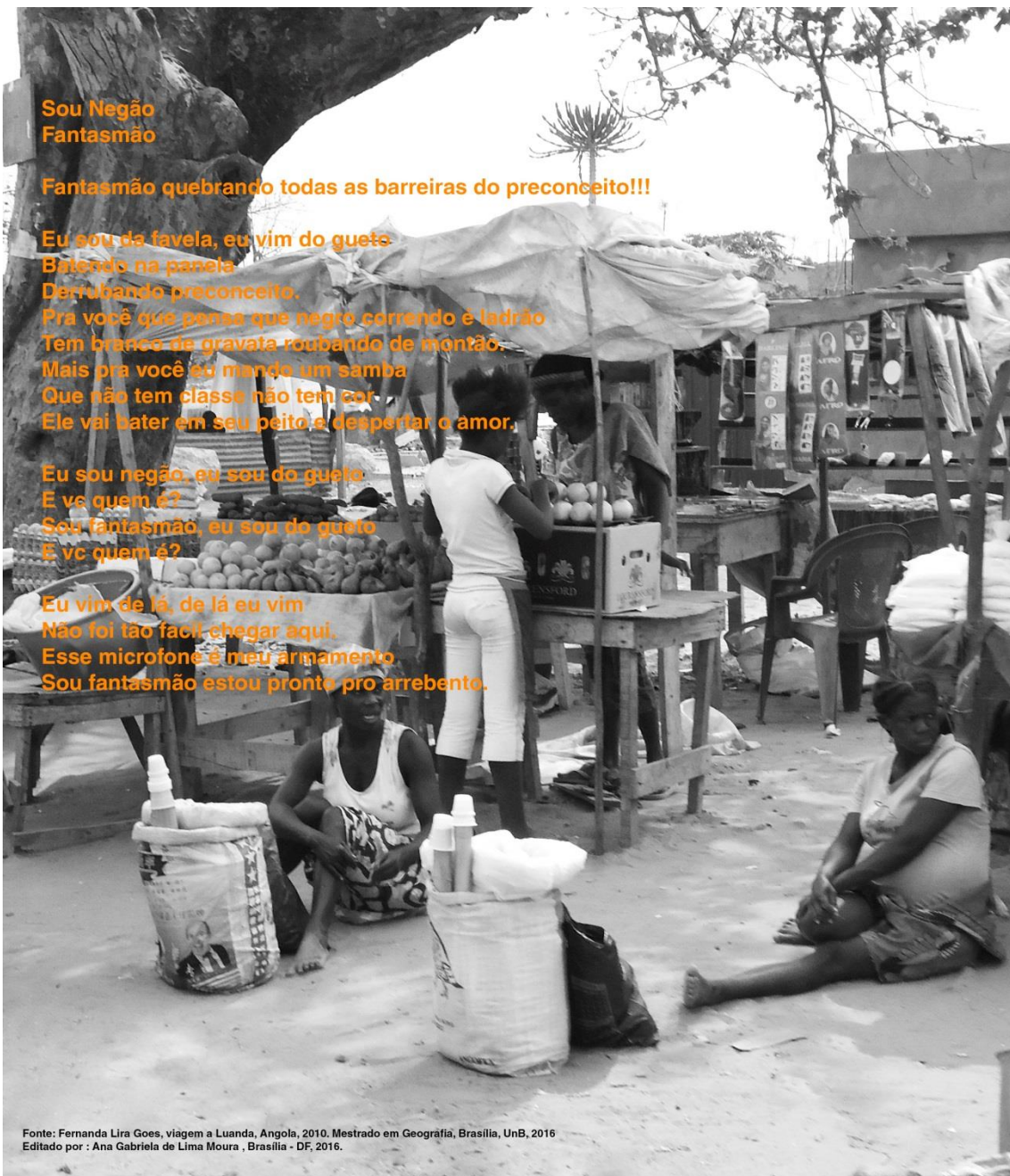


FOTO 4

Luanda que eu vi em 2010: Guerreira Rainha Ginga; pátio interno do prédio do governo; sede da empresa pública de petróleo, Sonangol; copiadora; presença de carros estrangeiros; ouro negro na praia.



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.



**Sou Negão  
Fantasmão**

**Fantasmão quebrando todas as barreiras do preconceito!!!**

**Eu sou da favela, eu vim do gueto  
Batendo na panela  
Derubando preconceito.  
Pra você que pensa que negro correndo é ladrão  
Tem branco de gravata roubando de montão.  
Mais pra você eu mando um samba  
Que não tem classe não tem cor  
Ele vai bater em seu peito e despertar o amor.**

**Eu sou negão, eu sou do gueto  
E vc quem é?  
Sou fantasmão, eu sou do gueto  
E vc quem é?**

**Eu vim de lá, de lá eu vim  
Não foi tão fácil chegar aqui.  
Esse microfone é meu armamento  
Sou fantasmão estou pronto pro arrebento.**

Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016  
Editado por : Ana Gabriela de Lima Moura , Brasília - DF, 2016.

## **CAPÍTULO 2 UMA BREVE PERSPECTIVA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA AFRICANISTA NO PERÍODO DE 2003 A 2015**

As relações entre o Brasil e os povos de África não são novidade na história política e social da população brasileira. Enquanto negras e negros afrodescendentes, recordamos continuamente a migração forçada de africanas e de africanos. Para estabelecer um diálogo sobre o que se pretende definir acerca de raça e cor, negra e preta, compartilho alguns conceitos relacionados à identidade negra como categoria de análise do objeto assim determinada durante todo o trabalho. Inicialmente, escolhi três acepções sobre a identidade negra:

[...] saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida à expectativa alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 17-18).

Também uso de modo agregado o conceito daqueles e daquelas que se consideram negros e negras, pessoas de raça, cor, preta e parda, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que como negras e negros assumiram frente ao Estado brasileiro uma identidade afrocentrada. “Aqueles que se autoidentificam, seja por classificação racial, seja por método de identificação qualitativa, independente da identificação biológica (e genética), mas por pertencimento de autoatribuição. Aqueles que por preconceito de marca, são as vítimas do racismo” (OSÓRIO, 2009). Ademais, se o interesse for a compreensão da discussão sobre o pertencimento e a racialidade negra, concorda-se com Fanon (2008, p. 103): “[...] os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência, foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta”. Em Fanon (2008), a negritude é abstrata, a negritude surge pelo poder e pela dominação, a negritude está posta pelo colonizador, pelas elites estrangeiras, pelos outros, pelos que impõem à negra o lugar do mal. Apesar da tentativa de aculturar o negro e a negra, especialmente por meio da doutrina da inferioridade do mestiço, nós negras e negros sabemos muito bem quem somos neste país (IANNI, 1987).



A negritude abordada no Brasil não tem relação direta com o conceito de negritude de L. Senghor e Aimée Cesaire durante a terceira fase do Pan-Africanismo. Para L. Senghor, “a negritude inicialmente se afirmava em que a razão é helênica e a emoção africana”. Ao contrapor as acusações de neorracismo, argumentava que o negro não estava desprovido de razão, mas que “sua razão não é discursiva, é sintética. Não é antagônica, é compreensiva, constitui uma forma diferente de conhecimento; a razão do negro não empobrece as coisas, não as molda segundo normas rígidas, eliminando a raiz e a seiva: flui nas artérias das coisas, identifica-se com os contornos para habitar o coração vivo da realidade” (DEVÉS-VALDÉS, 2008, p. 107-108). Ainda que não seja uma aclamação de causa e efeito, com certeza há relação entre as negritudes, pois foi em Fanon que se consolidou o chamado na terceira fase do Pan-Africanismo da juventude pela luta da independência dos povos e países africanos. E uma das leituras de ser negro e ser negra aqui se apropria de Fanon.

Negros e negras, sequestrados em seus territórios e coisificados nos porões dos navios negreiros, como produtos de comércio exterior, desembarcados no Brasil no período de 1451 a 1870 em um total de 4.029,80 (em milhões) (ALENCASTRO, 2000, p. 69). Grupos de negras e de negros de diversos povos africanos foram transportados durante o segundo fluxo América-África-América, sob o modelo da violência do mundo colonial. E resistiram à animalização, enquanto o tráfico negreiro se constituiu em um dos maiores genocídios, pela capacidade mortífera da máquina escravagista atuante no Oceano Atlântico (ANJOS, 2014; FANON, 2005). O crime de genocídio foi definido pela Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio, no artigo II, assinada em 1948 e ratificada inclusive pelo Brasil, tendo entrado em vigor em 1951.<sup>3</sup> Os puristas de plantão irão enfatizar a adoção da convenção em 1948, portanto, posterior ao período do Trato dos Vivos (1451-1870), para desclassificar o genocídio do povo negro africano. A Convenção só foi escrita e aderida pelo sistema de nações após ter sido motivada pelo crime de genocídio cometido pelo povo branco europeu, Holocausto, ou seja, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o crime do

---

<sup>3</sup> “Na presente Convenção, é considerado o crime de genocídio, qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: (a) matar membros do grupo, (b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo, (c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capaz de ocasionar-lhe à destruição física total ou parcial, (d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo, (e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.” (Tradução livre. Texto oficial e original nos idiomas oficiais da ONU). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%2078/volume-78-I-1021-English.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

genocídio do povo negro africano não deixou de existir porque as nações e povos no mundo ainda não haviam criado uma norma, regra, lei, regime que caracterizasse e repudiasse o genocídio. O crime do genocídio do povo negro, ainda é uma realidade no Brasil. Assumir o genocídio do povo negro neste país é um posicionamento político para além de regras, de leis, de normas estabelecidas pelo sistema jurídico daqueles e daquelas que dominam a hegemonia dos poderes (FLAUZINA, 2006). Deste modo, trata-se de uma luta pela sobrevivência do povo negro, uma resistência para não ser morto.<sup>4</sup>

Após a criminalização do tráfico com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, seguida pela abolição do trabalho escravo, em 1888, os governos estiveram concentrados em dificultar qualquer possibilidade de negras e de negros, fossem escravos libertos, fossem nascidos livres, vivenciem a nacionalidade brasileira como cidadãos dentro dos princípios de igualdade enquanto um povo (PENHA, 2011). Políticas públicas por meio de regras jurídicas, de orçamentos públicos e de forças políticas, principalmente no uso de representantes do Estado, foram implementadas e continuam a ser a maneira mais eficaz para a permanência do racismo no Brasil. Uma das políticas racistas de maior efetividade e eficácia foi a Lei de Terras, de 1850, que incapacitou o acesso de negros e de negras à propriedade privada da terra, e, portanto, à moradia e a qualquer bem-estar da vivência resultante da interação com a terra (BRASIL, 1850). Uma vez que o sistema capitalista estava posto, haja vista os levantes revolucionários na Europa, o impedimento de acesso à propriedade privada da terra dificultava condições de acesso à renda (MARX & ENGELS, 2010, p. 52-54). Outra ação impeditiva foi a política do branqueamento, um incentivo à mestiçagem, possível pelo estímulo à migração europeia, primordialmente, italiana, de brancos e de brancas para o trabalho assalariado, especialmente nas fazendas de café (PENHA, 2011, p. 61-62). Para Octavio Ianni, a política do branqueamento refletia a ideologia do branco, aquela que “atua no sentido de promover ou facilitar o ajustamento e o predomínio dos brancos às situações sociais em que se apresentam também negros e mulatos seja quando consideramos os círculos de convivência social, seja no que diz respeito aos níveis da estrutura social” (IANNI, 1987, p. 322). Enquanto a ideologia racial do negro seria “fundada numa relação de inferioridade em face do branco que detém presumivelmente o poder, exprime uma consciência de submissão” (IANNI, 1987, p. 322). Ainda traz a

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

ideologia do mulato, como o singular que reflete a bipolarização de consciência de uma pessoa em mobilidade, em busca de uma segurança impossível, enquanto descendente de negro, do negro escravizado, pela ambiguidade de ascensão social e pertencimento à camada inferior, e por perceber a relação negro-branco, e mulato como abstrações falsas (IANNI, 1987, p. 322-325). A ideologia do negro e do mulato em Ianni ausenta-se no que Neusa Santos Souza avança: nem o negro se sujeita à inferioridade presumida em relação ao branco ou a qualquer submissão, nem o mulato abstrai a relação negro-branco. “O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático da sua identidade” (SOUZA, 1983, p. 18). Por causa desse custo, sim, “o negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos, e falar a linguagem do dominante” (SOUZA, 1983, p. 29). Ainda assim, “castrado em sua iniciativa, tolhido em sua espontaneidade, o negro passou a reagir, ao invés de agir e até mesmo evitar a ação” (SOUZA, 1983, p. 30).

O branqueamento não foi e não é exclusivo ao Brasil ou àquela época. “Já faz algum tempo que certos laboratórios projetam descobrir um soro para desempreecer; os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal” (FANON, 2008, p. 104-105). Fanon discute a situação em que seu paciente negro está diante da vontade inconsciente de branquear, para se imiscuir do peso da negritude, precisa de sua ajuda para mostrar ao mundo que esse complexo de inferioridade só é possível em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça (FANON, 2008, p. 95). “Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo”. E continua: “o negro não deve mais ser colocado diante desse dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a manter as distâncias; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais” (FANON, 2008, p. 95-96). Essa fase do capitalismo brasileiro se não foi determinante, foi um instrumento acelerador para o estabelecimento do território negro nos bolsões de pobreza enquanto o lugar da



desigualdade racial, pois o trabalho com acesso a salário, ou seja, o uso do próprio corpo como fonte de renda, era prerrogativa do corpo branco.<sup>5</sup>

Não por acaso, a racialidade afrodescendente é o instrumento simbólico construído para as aproximações entre o Brasil e países africanos (SARAIVA, 1995, p. 26). Os laços culturais associados aos vínculos de afetividade entre os povos colonizados pelo mesmo colonizador português branco surgiram como um discurso reforçado pela espontaneidade de negros e de negras afro-brasileiros carentes de África (FANON, 2008, p. 151-156). Saraiva indica que “a retórica da africanidade brasileira foi produzida nesse período” (SARAIVA, 1995, p. 26). E que este discurso foi útil para a aproximação com o Sul, essa retórica de que aqui também temos negros e negras permanece na política externa brasileira. África surge como uma contrapartida às relações Norte-Sul privilegiadas por outros chefes de Estados, em apoio à solidariedade ocidental-cristã-lusófona. O discurso simbólico serviu como controle da massa negra insatisfeita e desejosa por se insurgir contra um quadro político em relação ao qual há muito desconfiava. Fanon nos lembra que essa massa negra, a qual chamou “a massa da favela”, é a ponta de lança urbana para a insurreição (FANON, 2005, p. 147-151). Portanto, manter relações performáticas com África tornou-se uma decisão atraente para qualquer governo brasileiro que queira dialogar com os movimentos negros (PEREIRA, 2009) no cenário da política doméstica. Ainda questiono essa aproximação entre Brasil e países do Sul refletida na política externa brasileira para África, por meio de relações comerciais, de um discurso diplomático de retórica. Ao fazer este questionamento em uma conversa casual com um colega, fui indagada: “Então, se não for assim, vai ser como?”. Ficou a sensação de que se não for por meio do imperialismo, da exploração, não há outra opção do Brasil se relacionar com África. Inicialmente, perguntaríamos aos negros e negras como faremos; em seguida, questiono exatamente esse modelo ideológico branco de assumir que tem a opção, e única, a ser imposta.

## **2.1 Panorama dos primeiros passos da política externa brasileira para África**

---

<sup>5</sup> Encerrar o debate e elaborar um conceito de território negro não é objeto desta pesquisa, entretanto, um rascunho sobre este conceito é elaborado por todo o texto como uma maneira de refletir sobre uma categoria primordial para a análise, mesmo que entendida de modo inicialmente intuitivo.

O Brasil sentiu-se confortável para assumir, na Organização das Nações Unidas (ONU), posições de amizade preferencial junto aos Estados Unidos e aos países africanos exatamente no contexto internacional de preponderância dos vencedores da Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 1996, p. 25-26). Diante de temas como o colonialismo, o apoio oferecido era moeda de barganha para receber financiamento ao desenvolvimento de uma industrialização direcionada à substituição de importações. A posição brasileira estava clara: seguir as potências coloniais (SARAIVA, 1996, p. 125,126). Qualquer aproximação com os africanos não passava da possibilidade em ter mais um voto na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em um cenário de lutas pela liberdade e da probabilidade de as colônias tornarem-se independentes. Houve voz discordante ao posicionamento brasileiro, a lembrar-se do Senador Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista, questionador da colonização portuguesa em África (SARAIVA, 1996, p. 127).

Estava posta uma percepção da distância entre Brasil e os países africanos. Segundo Saraiva, os anos 1940 e 1950 serviram para sustentar o debate dissidente da construção de uma política externa africanista. Na cena doméstica, a democracia racial apontava serelepe nas casas-grandes e nos sobrados de uma elite branca (SARAIVA, 1996, p. 128-129). A política africana do Brasil emerge em 1961, com a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e de João Goulart, dissidentes auspiciosos. Entretanto, com a derrubada da democracia pelo golpe militar de 1964 e a implantação de uma ditadura até os anos 1980, o discurso culturalista estava pautado e o aprofundamento das relações com África subordinado ao Norte, como características da diplomacia do Brasil. África ocupava três territórios decisivos: o primeiro, nas trocas comerciais com a Nigéria; o segundo, na tentativa de apropriação dos recursos naturais estratégicos e na possibilidade de assumir a indústria da reconstrução, especialmente em Angola; o terceiro, e pela resistência da população negra afro-brasileira, no posicionamento político frente ao regime do Apartheid na África do Sul. Nos anos 1990, durante a diplomacia de Fernando Henrique Cardoso, as relações com África foram de distanciamento, ou segundo Saraiva, uma fase de opção seletiva (SARAIVA, 1996, p. 217; SARAIVA, 2012). De fato, houve um afastamento consciente, uma vez que os esforços diplomáticos e comerciais estiveram direcionados aos Estados Unidos e à Europa. Em 1983 havia 34 diplomatas brasileiros em África, com diminuição para 24 em 1993 (SARAIVA, 1996, p. 218). O perdão da dívida de alguns países africanos foi

considerado outro marco do declínio do comércio (SARAIVA, 1996, p. 218-219). Angola cessou o envio de barris de petróleo como alternativa pagadora da dívida com o Brasil (SARAIVA, 1996, p. 219). Simultaneamente, os movimentos negros questionavam o discurso culturalista na cena nacional (SARAIVA, 1996, p. 219-222). O afastamento não interrompeu as relações, a diplomacia presidencial estava construindo o que viria a ser o principal instrumento de retórica da política externa africanista. Fernando Collor de Mello visitou, em 1991, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue. Itamar Franco foi representado pelo chanceler Fernando Henrique na posse do presidente Nelson Mandela, em 1994. Cardoso, então presidente, visitou a África em 1996.

## **2.2 Política externa africanista dos governos Lula (2003 a 2010)**

A política externa africanista do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006, se aproximou mais do continente vizinho. Pensar a aproximação como um modo progressista das relações com África é um marco da frustração da política externa de Lula. O debate que se ausentava era o modo de se aproximar. A perspectiva de África como território do dinheiro não cabia mais ao Brasil, mas, entretanto, foi essa política executada.

Em uma narrativa guiada pelo território do dinheiro e um cenário com base na globalização, o que houve foi o estabelecimento de diversas iniciativas e mesmo continuidades de ações durante o governo Lula. A base da política africanista de Lula não destoava da manifestação do discurso culturalista, mas avança de tal modo que enfoca o discurso da dívida histórica, política e social do Brasil com as Áfricas. Se no discurso de laços de amizade a aproximação mantinha-se no nível de uma *pax* atlântica (PENHA, 2011, p. 189-193), no discurso da dívida há uma formação de um território Brasil-África. O Brasil assume uma posição de país emergente, de potência, e se coloca à disposição de países africanos em uma retórica de que vai colaborar no desenvolvimento mútuo por meio da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e crescimento inclusivo.

Segundo Saraiva (2012), essa África da política externa africanista de Lula, é uma África que ocupa um lugar diferente na ordem internacional do século XXI (SARAIVA, 2012). Seria a transição positiva do continente africano em três linhas: “a) no avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados; b) no crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e preocupação social; e c) na elevação da autoconfiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos” (SARAIVA, 2012). As linhas apontadas por Saraiva confirmam a mudança do mesmo pela mesma. Primeiro, África não avança na democracia, porque não constrói uma democracia, não desenvolve a cidadania, África negocia com as elites estrangeiras e com o capital um cenário possível para as trocas comerciais, pois as lutas de independência e libertação e as guerras civis no período pós-colonial geraram conflitos difíceis e dispendiosos para as trocas comerciais internacionais. O que se percebeu foi a imposição de regimes ditatoriais disfarçados de democráticos para suprir a necessidade de paz comercial, ou seja, manutenção de um cenário coerente com as políticas estrangeiras de exploração da natureza africana. Segundo, a primeira década do século XXI foi um momento de crescimento econômico mundial. Não é que se negue que em alguns países africanos o PIB cresceu 10% ao ano. Entretanto, seria ingênuo esquecer que isso não significa condição social digna. A dignidade que Fanon atribui ao povo colonizado pela terra, como garantia do pão, em contraste com a dignidade da pessoa humana, idealizada, a qual o colonizado desconhece (FANON, 2005, p. 61). Terceiro, a classe dirigente, domesticada pelo colono, veio de fora, não se parece com os locais, ocupa o processo decisório nos países africanos e é invejosa (FANON, 2005, p. 56-57). Fanon apontou que “não há um colonizado que não sonhe ao menos uma vez por dia, em instalar-se no lugar do colono”. Essa classe dirigente africana é a classe que substituiu a classe dirigente colona, é o colonizado invejoso, que se permite a manutenção da ação para vivenciar os privilégios.

No lado brasileiro, a elite que executa a política externa africanista de um governo político-partidário também possui expectativas com interesses definidos. Lula não apenas segue a diplomacia presidencial de Cardoso, mas profissionaliza o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) como instrumento eminente desse modelo de política africanista, seguidor do modelo de política externa em que a mais

valia é o objetivo. Durante os dois mandatos, esteve pelo menos uma vez por ano em África, tendo visitado 24 dos 54 países africanos, conforme visto no quadro 1.

De certo modo, aprofundou as ações de fortalecimento da carreira iniciadas por Cardoso, quando alterou o acesso por meio de reformulações do concurso e ampliou o quadro (LIMA, 2015. p. 28-32). Não que o concurso seja exatamente uma democratização para que negros e negras adentrem na carreira diplomática, visto que as exigências de mérito, a exemplo de fluência em inglês e outros idiomas estrangeiros, são mecanismos de exclusão. Do início do governo Lula ao final do mandato em 2010, houve aumento expressivo do corpo diplomático brasileiro. Com o estímulo para servir em postos considerados de categoria C e D, dos quais muitos são países africanos, indiretamente incentivou o aumento de diplomatas nessas representações. Não apenas aumentou o corpo diplomático, mas também fortaleceu a carreira. Em 2002 o salário inicial da carreira era de R\$ 2.500,00, aumentado para o subsídio de R\$ 4.555,98 em 2003 para aqueles do cargo de Terceiro Secretário, e de R\$ 12.413,03 em 2010.<sup>6</sup> A carreira de diplomata passa a fazer parte dos cargos de gestão do Estado brasileiro que passaram a receber subsídio (LIMA, 2015, p. 34).

Com o quadro ampliado e a carreira fortalecida, o Brasil abriu ou reabriu ao todo 20 representações em África, de acordo com mapa 2, em que algumas servem às relações brasileiras com mais de um país africano.<sup>7</sup> Em reciprocidade, países africanos inauguraram 11 representações no Brasil, entre embaixadas, consulados honorários e consulados-gerais, conforme mapa 1.<sup>8</sup> Há 10 países africanos que mediam as relações com o Brasil por meio de representações em Washington D.C., nos Estados Unidos, com exceção de Djibuti, que baseia estas relações pela embaixada em Havana, Cuba; e Seicheles, por meio da Missão Permanente na ONU, em Nova York, nos Estados Unidos.

---

<sup>6</sup> Valores de salário e subsídio iniciais da carreira de diplomata com base em editais de concurso para carreira diplomática no Brasil. Disponível em: [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br). Acesso em: 06 de outubro de 2015.

<sup>7</sup> Tunísia, Togo, Tanzânia, Sudão do Sul, Sudão, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Congo, Mauritânia, Mali, Maláui, Líbia, Libéria, Guiné-Equatorial, Etiópia, Djibuti, Comores, Cameroun, Burkina Faso, Benin.

<sup>8</sup> Zimbábue, Zâmbia, Tanzânia, Sudão, Quênia, Namíbia, Maláui, Guiné-Bissau, Etiópia, Burundi, Benin.

**QUADRO 1****Visitas do Presidente Lula e da Presidenta Dilma a África (2003-2014)**

| Ano  | Países visitados   |
|------|--|
| 2003 | São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Líbia     |
| 2004 | São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde  |
| 2005 | Camarões, Gana, Nigéria, Guiné Bissau e Senegal                                    |
| 2006 | Argélia, Benin, Botsuana, África do Sul e Nigéria                                  |
| 2007 | Burkina Faso, Congo, África do Sul e Angola  |
| 2008 | Gana e Moçambique  |
| 2009 | Líbia  |
| 2010 | Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul e Moçambique |
| 2011 | África do Sul, Angola e Moçambique   |
| 2012 | *  |
| 2013 | África do Sul, Guiné Equatorial, Etiópia e Nigéria,                                |
| 2014 | *  |

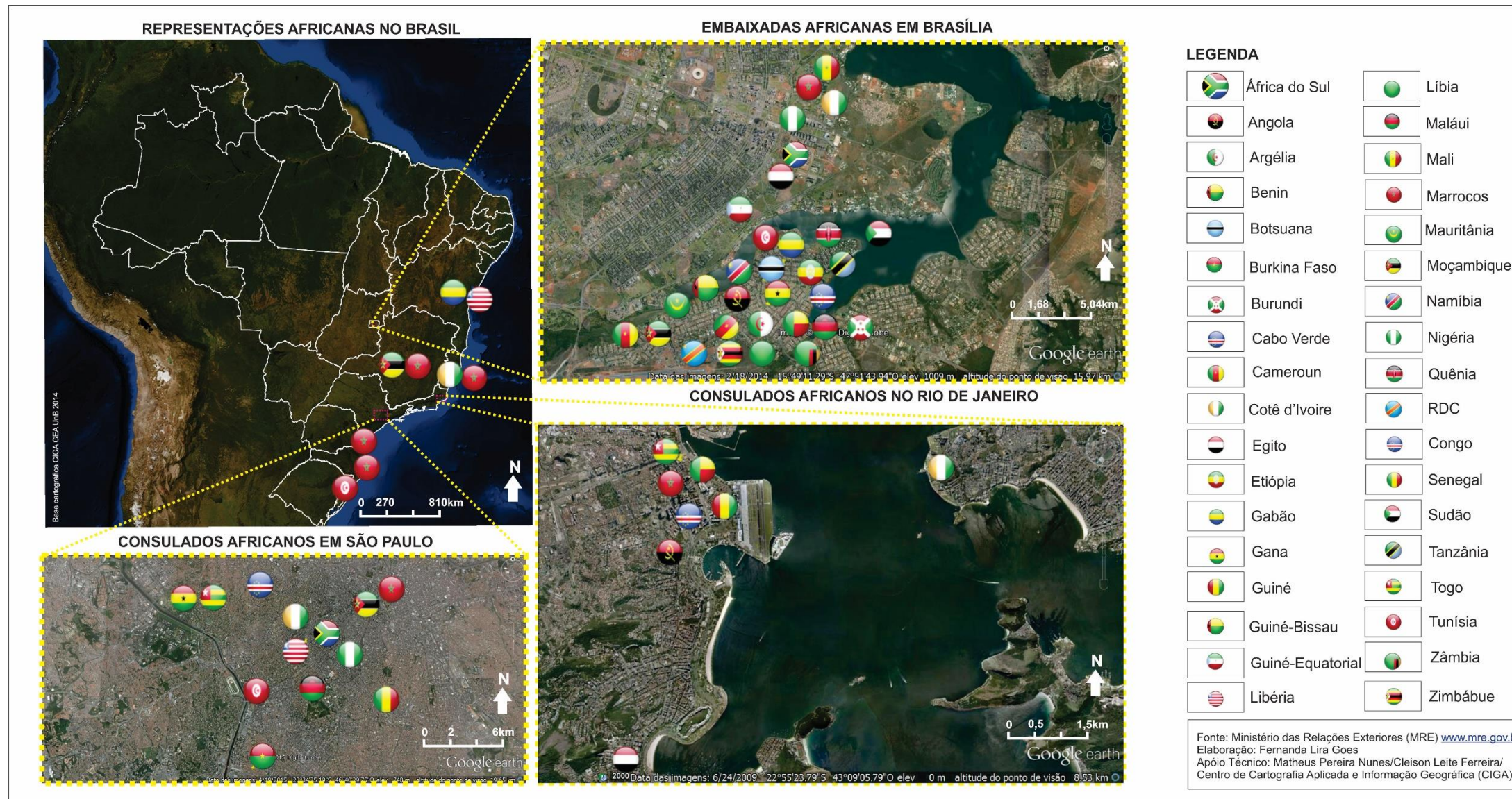
Fonte: Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, Itamaraty). IPEA/Banco Mundial. Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília: IPEA, 2012. p. 43.

Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

\* Não houve viagens à África.

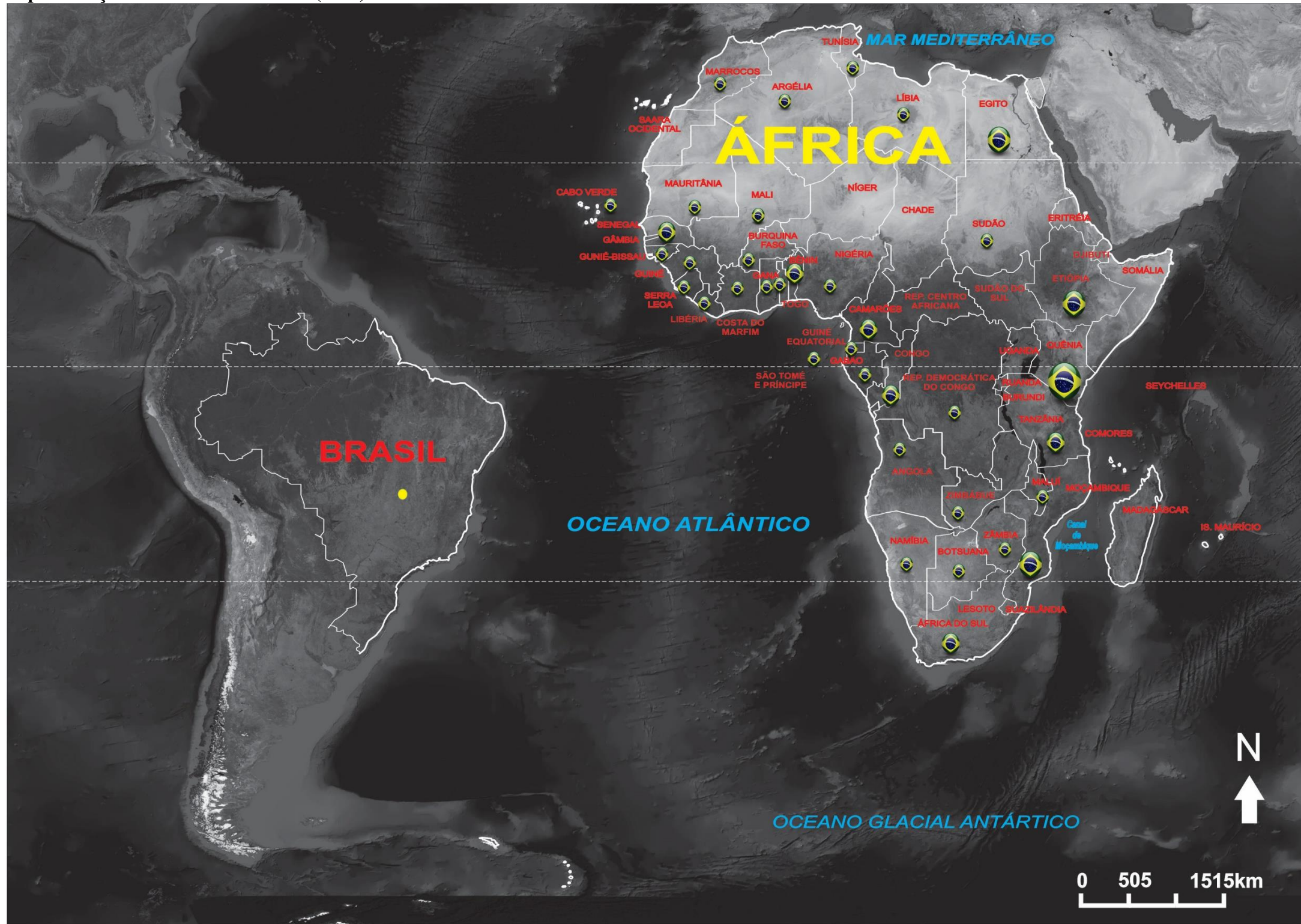


MAPA 1  
 Representações africanas no Brasil (2015)





MAPA 2  
 Representações brasileiras em África (2015)



**LEGENDA**

|  |          |
|--|----------|
|  | 1 Brasil |
|  | 2 Brasil |
|  | 3 Brasil |
|  | 4 Brasil |

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE) [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)  
 Elaboração: Fernanda Lira Goes  
 Apoio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
 Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.



Enquanto diálogos multilaterais por meio de blocos perdiam força, um território Brasil-África se manifestou como instrumento de poder e de geopolítica no Atlântico. Em um cenário onde o neoliberalismo recua na periferia, a globalização assume uma ordem de Estados e do capital das grandes empresas e as nações emergentes se empoderam: “as possibilidades de movimento do país requeriam avaliação das assimetrias determinadas pela distribuição desigual de poder e de benefícios na ordem internacional” (CERVO & BUENO, 2014, p. 526). O considerado contra poder dos países emergentes perpassou uma iniciativa de insurgência das potências do Sul. Cervo e Bueno alcunham a política externa do governo Lula como um “multilateralismo de reciprocidade”, na economia internacional, no comércio internacional, na segurança, nos temas ambientais e sobre o clima e na saúde e direitos humanos (CERVO & BUENO, 2014, p. 530-544).

No discurso de posse, o então Presidente Lula já apontava como seria a política externa africanista. De acordo com esta agenda, foi realizado o Fórum Brasil-África, no primeiro ano do mandato, no qual “ficou clara, na preparação do fórum, a relativa falta de conhecimento, ou muitas vezes a informação desatualizada e incompleta, sobre a realidade africana” (COELHO & SARAIVA, 2004, p. 10). O discurso oficial pregava uma ação política com países africanos, não apenas aqueles da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),<sup>9</sup> mas com base no princípio básico de solidariedade, e o instrumento seria a cooperação, em sua instância máxima a cooperação técnica (COELHO & SARAIVA, 2004, p. 11). Para as relações futuras com países africanos, os temas que se destacaram nos debates do Fórum foram: integração regional, boa-governança, democracia, combate à corrupção, endemias e pandemias, à fome e à pobreza; com a participação da União Africana (UA) e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) (COELHO & SARAIVA, 2004, p. 12). Do lado africano, o discurso estava alinhado. O Presidente da República de Cabo Verde, à época, Pedro Pires, indicava os fatores de aproximação física, afinidade cultural e simpatia como tendência geral para intensificar as relações entre os parceiros. “Tem sentido perguntar hoje: se outrora estivemos ligados em benefício de outros e em nosso detrimento, por que não ousamos construir hoje, que somos sujeitos do nosso próprio devir, novos elos, mais éticos e mais frutíferos, entre os nossos povos” (COELHO & SARAIVA, 2004, p. 20). E confirmava o que a diplomacia brasileira já havia especulado sobre a necessidade de aprofundar os saberes sobre África e uma organização em escala de relações,

---

<sup>9</sup> São membros da CPLP em 2015, além do Brasil: Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

“(d)esconhecimento e indiferença recíprocos e, por vezes, alguma falta de visão de longo prazo contribuíram para que se tivesse desperdiçado boas vontades e oportunidades de aprofundamento que no passado se abriram às relações afro-brasileira” (COELHO & SARAIVA, 2004, p. 21).

A aproximação com o Sul foi executada com o fortalecimento de diversas iniciativas, em que África tornou-se parceira. Na CPLP, os objetivos vão além da projeção da língua portuguesa. Para o Brasil, incluem desde a promoção do reforço institucional nos países membros; a concertação político-diplomática, posicionamento frente a temas da agenda internacional; apoio mútuo a cargos nas candidaturas em organismos internacionais; superação de crises político-institucionais; cooperação nas questões eleitorais; reforçar a participação social nas atividades comunitárias. Cabe ilustrar algumas ações marcantes como a participação nas crises políticas em Guiné-Bissau nos anos de 2009 e 2010; o apoio concedido a que o Brasil ocupe assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e à candidatura ao cargo de Diretor Geral para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO); a formação de especialistas em gestão de saúde pública, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); a adoção de Manual e Código de Conduta de observação eleitoral; a estratégia da CPLP para os Oceanos; um plano para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.<sup>10</sup>

As relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops), que já fazem parte da CPLP, à exceção de Guiné Equatorial, novo membro a adotar o português como língua oficial portuguesa, também foram aprofundadas. Um direcionamento destas relações entre América do Sul e Brasil com África ocorreu por meio de tentativas de diálogos. No formato da Cúpula América do Sul-África (ASA); pela Cúpula América do Sul-Países Árabes, inclusive países na região ao norte de África; pelo Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), mas foi com a União Africana (UA) que o estímulo esteve mais exposto e direcionado.

“No contexto da alta prioridade que o país atribui à África”, os esforços foram direcionados por meio da UA, diretamente com a reabertura da Embaixada do Brasil na Etiópia, onde é a sede da UA. Os acordos de cooperação foram assinados nas áreas de desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável na cadeia de algodão, agricultura e

---

<sup>10</sup> O Ministério das Relações Exteriores (MRE) apresentou uma síntese sobre a Política Externa do Brasil durante os dois mandatos do governo Lula, de 2003 a 2010. Acesso em: 12 de janeiro de 2011. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). À época, fiz o download do pdf da Política Externa relacionada a África.

pecuária. De acordo com o Itamaraty: “o incremento das relações com a UA, portanto, tem por objetivo principal facilitar a implementação das atividades de cooperação entre Brasil e os países membros do organismo. A UA atuaria neste caso como mediador, seja por meio dos acordos já assinados com o Brasil (os quais estender-se-iam a países que não dispõem de acordos-quadro com o Brasil), seja pelos canais de interlocução de que dispõe”<sup>11</sup>.

A Cooperação internacional para o desenvolvimento, especificamente, a cooperação Sul-Sul, enquanto atributo da política externa brasileira para África, foi de extrema importância no governo Lula. Aliás, podemos afirmar, sim, que foi este o governo brasileiro que usou o instrumento de cooperação internacional como principal ferramenta de política externa. Ainda me pergunto, até que ponto existe cooperação?

Durante seu governo, o Presidente assumiu que “a cooperação para o desenvolvimento internacional é peça-chave para uma ordem internacional mais justa e pacífica” (SILVA, 2010, p. 6). E continua por caracterizar esta cooperação brasileira, pelo “uso de soluções criadas e desenvolvidas internamente (...) para apoiar países com dificuldades semelhantes na superação de seus obstáculos ao desenvolvimento (...), princípio da não indiferença, (...) respeito à soberania e a defesa da autodeterminação, (...) não impõe condicionalidades nem visa a objetivos políticos imediatos. A cooperação brasileira é especializada, pois conta com engajamento de órgãos e entidades públicos, universidades e organizações da sociedade civil. É também participativa, pois inclui países parceiros desde a fase de negociação, que adaptam e contextualizam as ações para a realidade local” (SILVA, 2010, p. 6). E respondo imediatamente: essas ações não são mais que ações midiáticas de retórica para que as verdadeiras ações, ou seja, o acesso das empresas brasileiras para exploração do território africano, sejam executadas com total sucesso.

A cooperação internacional brasileira está em fase de quantificação para poder conhecer melhor essa política e seus efeitos. No período de 2005 a 2009, o total de recursos humanos, físicos e financeiros investidos a fundo perdido pelo governo brasileiro foi de quase R\$ 2.9 bilhões, nas modalidades de ajuda humanitária, bolsas de estudo para estrangeiro e cooperação técnica, científica e tecnológica, e as contribuições para organizações internacionais (IPEA, 2010, p. 12-13). Essas foram as categorias oficiais do governo assumidas como a cooperação internacional do Brasil.

---

<sup>11</sup> O Ministério das Relações Exteriores (MRE) apresentou uma síntese sobre a Política Externa do Brasil durante os dois mandatos do governo Lula, de 2003 a 2010. Acesso em: 12 de janeiro de 2011. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). À época, fiz o download do pdf da Política Externa relacionada a África.

Os países do continente africano estiveram em sintonia com o Brasil na agenda da cooperação internacional. África recebeu 7,26%, aproximadamente R\$ 10 milhões da contribuição brasileira relacionada a assistência humanitária internacional, ficando atrás da América Latina e Caribe com 76,27%, da Ásia com 16,44%. Uma das iniciativas de concessão de bolsas de estudos para estrangeiros tem atenção especial a alunos de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde, por meio do Programa de Incentivo à Formação Científica, em uma parceria entre o Departamento de África (DEAF), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (MRE, 2011, p. 32). Com relação à Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, cabe frisar que a CPLP recebeu 20% do montante feito pela cooperação multilateral. Entre os Países Palops, o maior valor no período foi para Guiné Bissau, 6%, Moçambique e Angola, 4% cada (MRE, 2011, p. 35-36). O trabalho de pesquisa agrícola e a experiência na cultura de cacau contribuiu para a troca de conhecimentos na produção de cacau em países como Camarões e Congo (MRE, 2011, p. 37). Das contribuições a bancos regionais e Organizações Internacionais, ressalta-se a contribuição total de R\$ 20,4 milhões no período de 2005 a 2009 feita ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD). “Os recursos desse fundo financiam, em termos concessionais, projetos dos países mais pobres do continente africano” (MRE, 2011, p. 39). A respeito da cooperação que envolve refugiados, em 2009 haviam 4.294 no Brasil, dos quais 40% eram angolanos. O valor total no período de 2005 a 2009 é de aproximadamente R\$ 1,9 milhão.

Do total da cooperação brasileira nas áreas de cooperação técnica, cooperação científica e tecnológica, cooperação educacional e cooperação humanitária, África recebeu R\$ 65 milhões, 22.6%, para o ano de 2010 (IPEA, 2013). Angola foi o quinto país receptor do continente, com total de R\$ 4.652.166, 7.2%. Portanto, os números que refletem o Brasil na cooperação internacional Sul-Sul nos mostram uma África em situação relevante e uma Angola privilegiada. Por que Angola? Por que os outros países africanos em situação fragilizada não foram os escolhidos para receber mais recurso? Por que as relações não foram também direcionadas para os outros países de origem da diáspora africana? Minhas percepções são de que apesar do discurso africanista universal, há uma África específica para o interesse brasileiro nesse período de política externa africanista.

A minha primeira impressão é seguir o pensamento marxista de que a mais valia, o lucro, direciona o processo decisório. Por este motivo, fico tentada a pensar que na economia

internacional acentua-se a participação de empresas brasileiras ligadas à política externa. “O objetivo do Brasil, neste campo, consiste em formar empresas fortes para competir em escala global, com apoio logístico do Estado e financeiro de instituições nacionais, como o BNDES e o Banco do Brasil. Se Cardoso privatizou, Lula conglomerou. Por trás da formação dos oligopólios brasileiros atuantes em África está a influência da política africanista do presidente Lula. Apesar desse passo prévio, o Brasil tem longo caminho a percorrer antes de atingir a densidade dos países ricos do Norte, cujas multinacionais cooptam o respectivo governo (...) e alcançam ao termo, regras internas e intergovernamentais a seu favor” (IPEA, 2013, p. 545). Essa campanha de internacionalizar o Brasil vem aliada à retórica da cooperação Sul-Sul, pois nada mais imperativo aos outros que um instrumento de falsa benevolência. A reciprocidade a entrada das grandes empresas brasileiras em África estava alinhada à cooperação para assuntos de interesses comuns, travestidos de um imaginário de trocas de experiências. A apropriação do capital público para o fortalecimento de empresas transforma uma política externa, e neste caso para África, em um processo de conflito pelo poder da continuidade de uma hegemonia da elite brasileira na geopolítica do Brasil em África. Essas que seriam as relações de afetividade e aproximação cultural entre povos negros brasileiros e africanos, entre povos colonizados, entre grupos dominados, aparecem como uma ligação permeada pela geopolítica de suas elites hegemônicas. Uma geopolítica com elementos definidos. Os territórios são Brasil e África, mais especificamente Angola; os atores e agentes são bem determinados pelos Estados brasileiro e angolano, e pelas grandes empresas, neste caso a Odebrecht, situados pelo conflito do poder do território do dinheiro.

Em seguida, apresenta-se a continuidade temporal da política externa africanista no próximo mandato executivo.

### **2.3 O período da política africanista da Presidenta Rousseff**

A política externa do governo Dilma segue caracterizada por uma fase de certa inércia, quando comparada ao africanismo do período Lula. A crítica principal focou na ausência do uso de diplomacia presidencial por Rousseff. A presidenta foi à África do Sul, Angola e Moçambique ainda no primeiro ano de mandato. Ao todo, fez apenas duas visitas a África. Porém, apesar deste aparente distanciamento, o que se percebe é que a diplomacia africanista

do período Lula possibilitou a Rousseff o privilégio da inércia. Sem demasiadas investidas de uma política externa africanista, o intercâmbio comercial não apenas manteve-se como continuou crescendo. As exportações do Brasil para África subiram de US\$ 2,4 bilhões em 2002 para US\$ 12,2 bilhões em 2012, conforme o gráfico 1. O aumento também é visível quando comparado com os outros grupos e blocos de integração econômica que incluem países africanos, como CPLP, Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês), União Aduaneira do Sul da África (SACU, sigla em inglês), Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC, sigla em inglês), União Econômica e Monetária do Oeste da África (UEMOA, sigla em inglês).

Com as importações a continuidade de fluxo foi semelhante, aumentamos as importações de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 14,3 bilhões, no período. A exceção ocorreu em 2009, provavelmente em decorrência da adversidade em função do período complicado no sistema financeiro internacional com a crise. Mas nada que demonstre impacto estrutural nas importações entre Brasil e países africanos.

As trocas comerciais entre Brasil e África são comumente negativas para o Brasil, que importa mais e exporta menos de África. Entretanto, a participação brasileira nas áreas de mineração, petróleo e gás e na indústria da reconstrução eliminam qualquer possibilidade deste resultado ser percebido de forma inconveniente, uma vez que as três áreas são estratégicas ao avanço do comércio entre Brasil e África, assim como ao aprofundamento da participação brasileira na exploração da natureza africana.

O resultado corrente da soma entre a exportação e a importação entre Brasil e África apresenta um crescimento nas trocas comerciais, conforme o gráfico 1. Algumas questões impulsionaram esta situação como a política externa africanista de base diplomática presidencial; o cenário de crescimento de África; o cenário de crescimento do comércio internacional na escala mundial; a estabilidade econômica brasileira, mesmo durante a crise financeira de 2008.

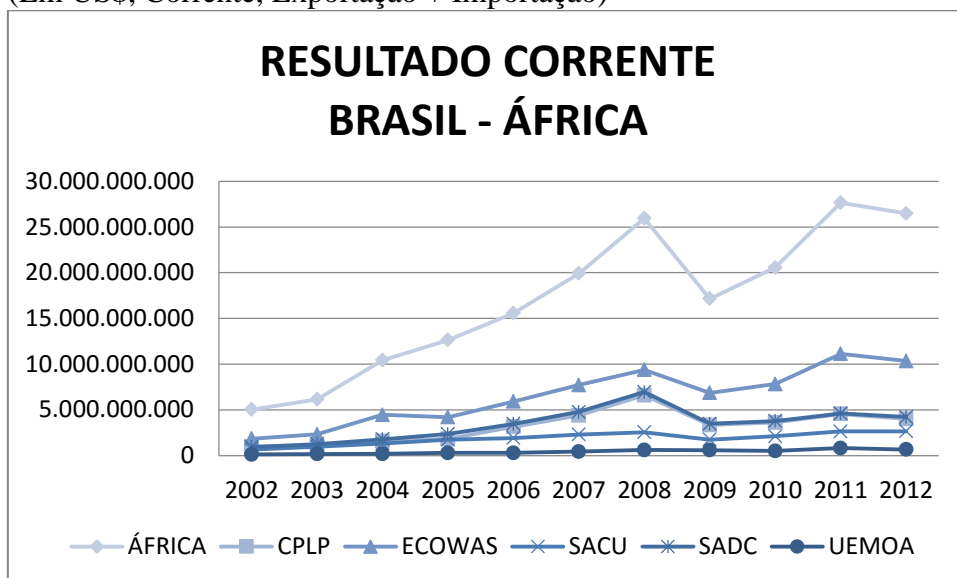
As relações entre Brasil e Angola, especificamente, também foram apreciadas conforme o cenário específico. Angola obteve crescimento do PIB de até 10% durante os anos 2002 a 2012. Enquanto o Brasil estava direcionando o aprofundamento das relações comerciais com o continente, e fortemente com Angola, as trocas entre os dois países cresceram. No gráfico 5, diferente das trocas entre Brasil e o restante do continente africano,

com Angola houve um instrumento especial: o financiamento do BNDES que facilitou as exportações e as importações brasileiras com Angola.

As considerações sobre a política externa no contexto político complementam a percepção do instrumento do financiamento do BNDES como escala de geopolítica entre Brasil e África, entre Brasil e Angola, no aspecto específico.

Ainda, atenção imediata ao processo político doméstico no Brasil que impossibilitou demais investidas na política externa africanista e mesmo na política externa mais ampla. Causadas, principalmente, pelas insatisfações do resultado eleitoral com a vitória da Presidenta Dilma, entre 2014 e 2016, houve diversas manifestações contrárias ao governo em um projeto acirrado pela expulsão da Presidenta do posto de Chefe do Executivo. Aqueles e aquelas contrárias à tentativa de golpe político, por meio de um processo de impeachment, ocuparam as ruas em solidariedade à legítima permanência do governo, haja vista as críticas presentes ao modelo de governança. O imbróglio político impeliu ações na política africanista, a exemplo da ausência de demais viagens a África. Portanto, uma política externa africanista de inércia, desde 2011 até 2016.

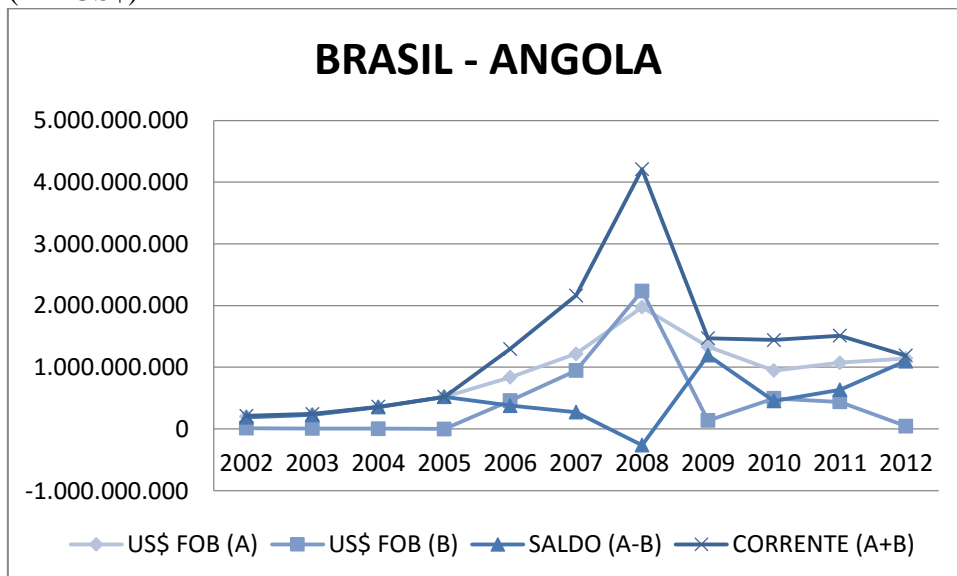
**GRÁFICO 1**  
**Resultado do intercâmbio comercial Brasil e África**  
 (Em US\$, Corrente, Exportação + Importação)



Fonte: MDIC, [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br).

Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2015.

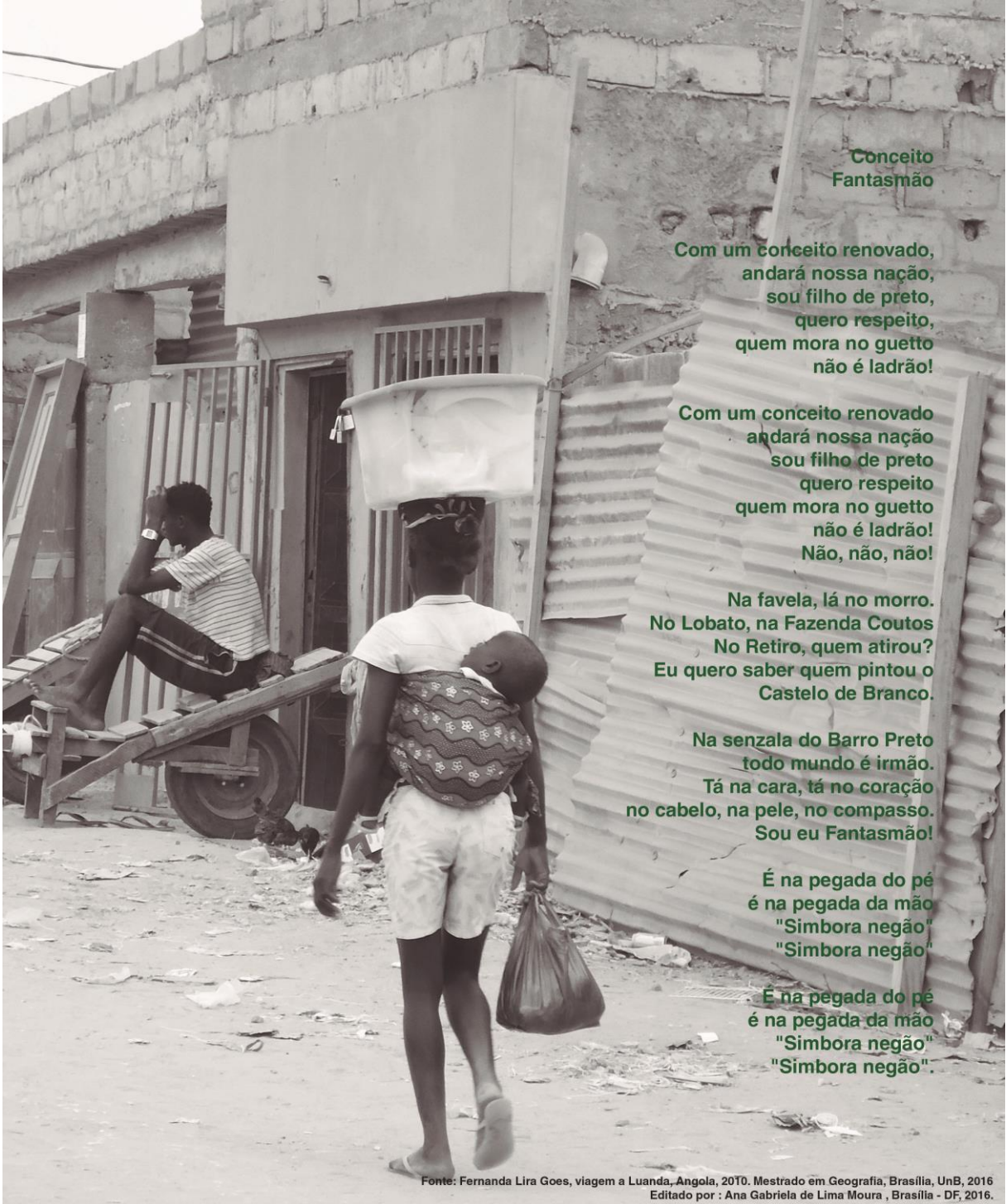
**GRÁFICO 2**  
**Resultado do intercâmbio comercial Brasil e Angola**  
 (Em US\$)



Fonte: MDIC, [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br).

Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2015.





**Conceito  
Fantasmão**

Com um conceito renovado,  
andarà nossa nação,  
sou filho de preto,  
quero respeito,  
quem mora no guetto  
não é ladrão!

Com um conceito renovado  
andarà nossa nação  
sou filho de preto  
quero respeito  
quem mora no guetto  
não é ladrão!  
Não, não, não!

Na favela, lá no morro.  
No Lobato, na Fazenda Coutos  
No Retiro, quem atirou?  
Eu quero saber quem pintou o  
Castelo de Branco.

Na senzala do Barro Preto  
todo mundo é irmão.  
Tá na cara, tá no coração  
no cabelo, na pele, no compasso.  
Sou eu Fantasmão!

É na pegada do pé  
é na pegada da mão  
"Simbora negão"  
"Simbora negão"

É na pegada do pé  
é na pegada da mão  
"Simbora negão"  
"Simbora negão".

Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016  
Editado por : Ana Gabriela de Lima Moura , Brasília - DF, 2016.

## CAPÍTULO 3 PODER BRASILEIRO PELO BNDES EM ÁFRICA

### 3.1 BNDES como concentrador de poder

A geopolítica se coloca como projeção de poder de ator, atores, agentes, sobre um determinado território. O território é o território do dinheiro, o território em África, Angola e Brasil. Ator, atores e agentes são o Estado brasileiro, o BNDES, o Estado angolano, a empresa Odebrecht. E o poder será então aquele inicialmente estabelecido, mas dinâmico. O poder tem cor, raça, corpo, mobilidade, humor. O poder sabe o lugar que ocupa. O poder produz o território usado que ocupa.

“O poder é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Raffestin, ao analisar a percepção de Foucault sobre o poder, nos revela que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Esse é o poder que será base para a noção de geopolítica neste trabalho. Um poder com intenção, multidimensional, pertencente às relações. Um poder que assume, participa, lidera. Um poder que tem protagonismo, haja vista discursos contrários. Um poder que oprime a resistência. Estou falando, sim, de um poder racista. Estou partindo de um pressuposto de que o racismo e o capitalismo estão intimamente relacionados. Essa complementariedade aparece na política externa brasileira para África e é constituída de aspectos políticos em uma economia internacional. Essa relação entre raça e classe não é novidade no debate social, político, econômico; não se quer explorar este aspecto neste trabalho, entendendo que esta similitude está superada nas discussões. O próprio Fanon aborda a relação construída entre o capitalismo e o racismo, quase uma dependência. No caso brasileiro o racismo serve de base para a sustentação do capitalismo. Esta última afirmativa merece atenção e aprofundamento que não é o escopo deste trabalho, me fortifiquei em negros e negras que já acumularam mais compreensão como Carlos Moore, Paul Gilroy, Angela Davis e Stuart Hall, além do próprio Fanon.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A abordagem entre raça e classe pode ser absorvida em alguns trabalhos dos quais faço gosto: O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e a escravidão (Carlos Moore, 2010); O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência (Paul Gilroy, 2001); Mulher, raça e classe (Angela Davis, 2013); Da diáspora: identidades e mediações culturais (Stuart Hall, 2013).

Assim, cabe apresentar o contexto no qual se assume um poder específico desta geopolítica estabelecida pelo financiamento do BNDES. Se David Harvey estiver certo, e eu não estou apta a discordar, o cenário onde se processa a execução da política externa do Brasil para África é mais uma experiência de deslocamento temporal. O excedente de capital e mão de obra gerados no Brasil seriam transferidos a África enquanto modo de anulação do espaço pelo tempo. No contexto da globalização contemporânea, o Brasil assume participação especial neste território. “Contudo, sustento que a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação (circulação do capital com estímulo ao lucro). Se, por exemplo, houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade da obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos. Além disso, também sustentarei que, sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 128). Ao retomar o estudo de Marx, Harvey qualifica a circulação em três tempos: rápido, médio e longo prazo. No último, uma das possibilidades é a alocação para infraestrutura, no qual o capital se mantém imobilizado. Porém, é ainda nesta velocidade que o capital se torna mais criativo, e o capital fictício assume o dinamismo. Se o espaço é a barreira a ser anulada, o capital anula a barreira espaço pelo tempo.

Quando o Brasil estabelece uma política externa africanista com o discurso afroafetivo das relações culturais, instala um movimento de estímulo às empresas brasileiras para a construção de infraestrutura em África. O banco, o BNDES, serve de aporte financeiro para a realização da política em sua concretude. Não estamos mais no plano das ideias, na ilação das teorias por um sustento abstrato. Empiricamente, o racismo estrutural da sociedade brasileira, imbricado pelo capitalismo, degenera as relações entre Brasil e África. Neste estudo, submete um afrocinismo retórico para apodrecer as relações entre Brasil e Angola. As fotos 1, 2 e 3, no primeiro capítulo, não são uma percepção dispersa. São resultado de uma observação consciente de um território do dinheiro. Assusta quando o lugar do colonizador é ocupado pelo Brasil. Mas não há que se negar.

Neste sentido, apresentar os dados empíricos é apenas um encerramento desta argumentação que vem confirmar as propostas de intervenção brasileira sobre Angola. Os dados usados para confirmar as ideias serão do próprio BNDES, constantes no site oficial do banco. Ao acessar a sua página oficial, as informações sobre internacionalização estão na seção “Novo BNDES Transparente”. A disponibilidade de dados é novidade ao costume da

instituição. Como pode-se perceber, os dados referentes ao financiamento para que empresas brasileiras executem obras e serviços no exterior não constam em alguma seção comum do site, como relatórios padrões, mas em um acesso que se denomina transparente. A ausência de transparência tem como prerrogativa uma alcunha que defenda um discurso de transparência. Se o BNDES fosse realmente transparente, esses dados seriam coloquiais como as informações disponibilizadas pelo banco de modo mais periódico e completo, amplo (Anexo 2).

Em seguida, na seção “BNDES Transparente”, as informações estão em “Detalhe sobre financiamento à exportação e obras no exterior”. Posteriormente, há uma página sobre “Consulta a financiamento de exportação”, onde é possível navegar nos financiamentos de exportação para obras no exterior, com “dados disponíveis para operações de exportação pós-embarque de serviços de engenharia, contratadas junto a entes públicos desde 2002”. Assim como consultar financiamento de exportação pós-embarque e pré-embarque. Neste trabalho, analisaremos as informações disponibilizadas pelo banco sobre os financiamentos relacionados a operações pós-embarque para obras e serviços no exterior, ou seja, serviços de engenharia realizados após 2002. Esta escolha está diretamente relacionada com o período da política externa africanista em que se faz a crítica ao discurso e ao modelo de execução da política.

Para consultas sobre financiamentos de exportação para obras no exterior, o banco disponibiliza a informação por exportador, a empresa brasileira; por país; local da obra ou serviço de engenharia; e data de contratação. Informações adicionais estão disponíveis como valor da operação em dólar, moeda, custo financeiro, juros, prazo total, ramo ou gênero da atividade, área operacional responsável, modalidade de apoio, forma de apoio, produto e garantia.

Diante do conhecimento das informações presentes no site oficial do banco, e por querer confirmar que estes eram os dados disponíveis, enviei ao BNDES um pedido de informações sobre financiamento de empresas brasileiras, inclusive Odebrecht, em África, especialmente em Angola. A resposta do banco, figuras 1 e 2, orienta a acessar o site oficial do banco, portanto aos dados já conhecidos.

Ademais, apesar de a tabela sugerida pelo banco apresentar informações do “financiamento a exportações brasileiras de serviços de engenharia e construção, contratadas

desde 2002, junto a governos e entidades públicas estrangeiras”, o banco informa que “o BNDES não financia projetos em outros países, mas a exportação de produtos brasileiros” e, complementa, que “nestas operações de financiamento, o devedor não é a empresa brasileira exportadora, mas o próprio importador ou outra pessoa jurídica constituída no exterior que assume a obrigação de pagamento resultante da exportação”.

Fiquei encafifada com algumas considerações do BNDES às quais pontuo. Se o banco nega “financiar projetos em outros países” estrangeiros, quando o banco financia uma empresa brasileira que executa uma obra ou serviço no exterior, eu posso afirmar que se trata de um financiamento de um projeto em outro país. Quando há uma concessão para que a dívida do financiamento seja de responsabilidade estrangeira, ou seja, o devedor não é a empresa brasileira exportadora, mas o próprio importador ou outra pessoa jurídica constituída no exterior, posso afirmar que o financiamento do BNDES passa pela empresa brasileira para servir ao estrangeiro. Ao responsabilizar o estrangeiro pela dívida, verifica-se um instrumento de transferência do financiamento da empresa brasileira para o importador, que pode ser o Estado estrangeiro, ou mesmo uma pessoa jurídica estrangeira, inclusive com participação da própria empresa brasileira. Indiretamente, há uma política de financiamento do BNDES a Estados estrangeiros e empresas brasileiras no exterior. Sem as demais informações necessárias para se comprovar que nem os Estados estrangeiros, nem as empresas brasileiras, ainda que figuradas como pessoas jurídicas estrangeiras, são responsáveis pelo pagamento, reembolso do financiamento, pode-se considerar que o financiamento é uma modalidade razoável de se transferir o dinheiro do Brasil para o estrangeiro.

Além da negativa do banco, questiona-se o uso do dinheiro público, subsidiado por juros de 2,79% a 8,69% ao ano, mesmo porque o objetivo do banco propicia esta disponibilidade para interesses e processos decisórios dos quais não há conhecimento pleno. A ausência de transparência da tomada de decisão dificulta a compreensão das escolhas de financiamento, das empresas financiadas e dos aspectos envolvidos nos contratos acordados.

Ao conceder o financiamento, inexistem capacidades do banco em verificar as situações sociais destes países estrangeiros, onde são executadas as obras e os serviços pelas empresas brasileiras clientes do financiamento. Por exemplo, a relação íntima do BNDES com Angola, país de origem de 40% dos refugiados estrangeiros no Brasil. Pergunto, por que um banco público brasileiro financia obras e serviços de engenharia em um país, onde um grupo de refugiados políticos solicitam asilo ao Brasil? Qual a dimensão geopolítica brasileira

que apesar do conhecimento desta situação social e política em Angola, ainda assim apoia o governo contemporâneo ao período do financiamento, portanto também apoia o Estado angolano? Qual a necessidade brasileira de explorar a natureza em Angola, de explorar Angola?

Essas questões servem muito mais para guiar a análise dos dados brasileiros, na política externa africanista; o financiamento do BNDES a empresas brasileiras em África, a geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola; e menos para serem diretamente respondidas. Servem sim como interrogações de uma dialética comigo mesma, para orientar um pensar que precisa estar explícito por meio da escrita. Servem como questionamentos balizadores de uma argumentação crítica afroconvidativa. Angola é um país único. Brasil é um Estado. Uma empresa brasileira, apoiada pelo Estado brasileiro, por meio de dinheiro público, dinheiro do povo brasileiro, para explorar a mais valia em Angola, é a demonstração de um banco branco, com dinheiro negro.

A geopolítica brasileira construída na política africanista foi executada durante o governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em que um dos marcos foi a reconstrução da política externa africana na primeira década do corrente século (GOES, 2006). Para alcançar o aprofundamento das relações entre Brasil e África, diversos atores nacionais da parceria público-privada foram estimulados a atuar de modo mais presente. Neste sentido, a partir de 2003, o BNDES iniciou atividades direcionadas ao incremento da participação de empresários brasileiros nas relações comerciais com a África, principalmente nas exportações para aquele continente. O que me surpreende é que há uma associação espontânea entre aproximação diplomática e política, seguida pelas relações comerciais de exploração da natureza. E no caso do Brasil com os países africanos, a diáspora não é uma perspectiva em debate, o esforço segue a rota dos minérios, do petróleo e gás, da indústria da reconstrução em países saídos de conflitos armados, como guerra civil. O modelo brasileiro de relações internacionais com esses países esteve no limite de um discurso político cultural, mas a essência da execução foi a busca por o lucro, o território do dinheiro.

No período de 2003 a 2012, houve forte estímulo ao aumento das exportações brasileiras pensadas para diversificar a pauta e os parceiros, inclusive aprofundar o intercâmbio com África. Nos governos anteriores, já havia iniciativas de estímulo ao comércio exterior como o Programa de Financiamento às Exportações Brasileiras (Proex/Equalização), criado em 1991. O Proex é um exemplo de instrumento que foi mantido

no período da reconstrução da política externa africana.<sup>13</sup> O BNDES foi um dos órgãos a participar do esforço brasileiro para aumentar as relações comerciais com África e, portanto, favorecer o comércio exterior entre Brasil e aquele continente. A partir de 2003, o banco assume posição mais enfática na internacionalização das empresas brasileiras. No caso das empresas com atuação em África, o banco disponibilizou financiamentos direcionados a determinados países africanos.

Neste aspecto, fica a pergunta: por que ainda se pensa o comércio e a cooperação como únicas pautas nas relações entre Brasil e África? Por que não se reclama aos grupos afrodescendentes negros e negras no Brasil e aos povos e etnias africanas as demais possibilidades dessas relações? Se comércio e cooperação forem as instancias dessa aproximação, até que ponto esses produtos, esses serviços, esses mecanismos de apoio, como o financiamento, são as alternativas defendidas? O modo como o processo decisório está concentrado em grupos que substituem e negociam com as elites colonizadoras e com aquelas apoiadas pelos colonizadores em si é uma opção que segrega racialmente. Grupos dispostos a negociar a anulação de quaisquer outras possibilidades de aproximação. Um processo decisório de poderosos em um banco poderoso. Poder como categoria de geopolítica. Um poder com raça e cor: um poder branco. Branco porque o modelo de exploração é aquele usado para a colonização do Norte sobre o Sul. O mesmo modelo de exploração que o Brasil propõe em Angola.

A capacidade financeira do BNDES é homóloga a um ator com condições de concorrer no âmbito internacional. Quando comparado com o Banco Mundial (Bird), que em 2010 emprestou US\$ 18,6 bilhões, o BNDES concedeu US\$ 96,32 bilhões, enquanto para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o valor foi de US\$ 11,4 bilhões (*Estado de São Paulo*, 10/03/2011). De 2005 a 2011, o volume de crédito do Banco saltou 391% em cinco anos e prosseguiu no mesmo ritmo em 2012, com anúncio de aumento do crédito pelo Tesouro Nacional de aproximadamente 45 bilhões (*Correio Brasiliense*, 04/04/2012). Em 2012, o total de reembolso foi de 156 bilhões, seguido por US\$ 190 bilhões em 2013, e 188 bilhões em 2014. Em 30 de junho de 2015, o reembolso estava em US\$ 69 bilhões e o ativo total do BNDES era de US\$ 293,8 bilhões. O BNDES é um banco poderoso. Pode parecer uma afirmação bem simples, e realmente é das mais básicas. De algum modo Fanon já sabia que o BNDES era um instrumento do poder. Um instrumento da elite colonizadora, um meio

---

<sup>13</sup> Lei n. 8.187 de 1991.

de sustentar a opressão dos colonizados pelas elites negociadoras, e repito, a elite branca brasileira, a elite branca angolana. O poder do BNDES não está no ativo total do banco, porque esse ativo é do povo brasileiro. O ativo, que em Milton Santos representa o dinheiro ideológico, apesar de ser o dinheiro, o acúmulo do trabalho do povo negro brasileiro, é usado por um grupo que segue o modelo branco de tomada de decisão. Uma elite branca que se apropria do dinheiro negro. O banco é branco, o dinheiro é negro. Não vou precisar lembrar que o dinheiro no Brasil é negro porque sempre foi negro. Não defendo esta ideia como ato de fé, ao qual a branquitude insiste em desqualificar. Vou recordar: o ciclo extrativista de exploração do Pau Brasil escravizou indígenas para o trabalho, o acúmulo do capital era indígena; o poder sobre este lucro foi branco, dos colonizadores do Norte. O ciclo da cana de açúcar escravizou negros e negras africanos e nascidos no Brasil, um acúmulo negro e mais uma vez o poder sobre este acúmulo era branco. O mesmo modelo colonialista foi replicado no ciclo do ouro, ciclo da borracha, ciclo do café, e mesmo na industrialização. O proletariado brasileiro tem raça e tem cor. Motivo suficiente para a política do branqueamento ainda estar na zona de desconforto de quem nega o racismo e as desigualdades raciais causadas pelo preconceito e pela discriminação racial.

Os desembolsos a exportação vão de US\$ 6,4 bilhões em 2006, com diminuição para US\$ 4,2 bilhões em 2007, e crescimento contínuo de 2008 (US\$ 6,6 bilhões) até 2010, quando alcança o valor máximo da série, US\$ 11,6 bilhões. Coincidentemente, 2010 é o ano no qual as informações sobre subcréditos para Angola não foram disponibilizadas pelo Banco. Nesse sentido, fiz um novo pedido de informação ao BNDES para saber se não houve financiamento a empresas brasileiras, especialmente Odebrecht, para obras e serviços em Angola em 2010, ou se houve e as informações não estavam disponíveis. Eis que a resposta oficial do banco confirmou minha primeira hipótese.

Por fim, informamos que, como se pode verificar no Portal do BNDES, em 2010, não houve contratação de operações no âmbito das Linhas BNDES Exim Pré-embarque e BNDES Exim Pós-embarque tendo como beneficiária final a Construtora Norberto Odebrecht. e como país de destino das exportações a República de Angola.

- *Serviço de Informação ao Cidadão*, BNDES, recebida em 2 de maio de 2015.



## FIGURA 1

### Resposta do BNDES ao pedido de informação, parte 1

• Pedido de Informação 99903000472201541

Pedido de Informação 99903000472201541

Oct 19 at 12:04 PM

sic@bndes.gov.br

To: liragoes@yahoo.com

Prezada Fernanda,

Em atenção ao seu pedido de informação nº 99903000472201541

, cumpre-nos esclarecer que, por intermédio de suas linhas de apoio à comercialização no exterior de bens e serviços, o BNDES não financia projetos em outros países, mas a exportação de bens e serviços produzidos no Brasil, tendo por objetivo o aumento da competitividade das empresas brasileiras, a geração de emprego e renda no País e a entrada de divisas, contribuindo para a melhoria, dentre outros indicadores, da balança comercial. Em quaisquer das modalidades de apoio à exportação, os desembolsos de recursos são efetuados em Reais, no Brasil, diretamente ao exportador brasileiro, com base nas exportações efetivamente realizadas e comprovadas. Nestas operações de financiamento, o devedor não é a empresa brasileira exportadora, mas o próprio importador ou outra pessoa jurídica constituída no exterior que assume a obrigação de pagamento resultante da exportação.

Com o objetivo de atender ao princípio constitucional da publicidade e oferecer plena transparência às suas operações de financiamento, o BNDES divulga os seguintes dados em seu Portal:

(i) mapa interativo com informações sobre as operações de financiamento a exportações brasileiras de serviços de engenharia e construção, contratadas desde 2002, junto a governos ou entidades públicas estrangeiras. Neste painel, as operações podem ser consultadas por exportador, país de destino das exportações e data de contratação; e são apresentadas informações detalhadas como: projeto ao qual as exportações se destinam, valor do financiamento, taxa de juros, prazos e garantias.

Na mesma página, há um link para download destas informações em formato excel pesquisável. Na planilha, são informados o exportador, a descrição do projeto, o país a que se destinam as exportações, a data de contratação, o valor da operação, custo financeiro, juros, prazo total, garantia, dentre outros dados. A aplicação de filtro nas colunas "exportador" e "país" permite identificar as operações de financiamento às exportações da Construtora Norberto Odebrecht S.A. para Angola, no período solicitado, com o valor do financiamento e os projetos aos quais as exportações se destinaram. ([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/consulta\\_as\\_operacoes\\_exportacao/painel\\_consulta\\_pos\\_embarqu\\_e\\_obras.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/painel_consulta_pos_embarqu_e_obras.html))

## FIGURA 2

### Resposta do BNDES a solicitação de informação, parte 2

• Pedido de Informação 99903000472201541

Adicionalmente, no link abaixo, são apresentadas as seguintes informações:

- (ii) os desembolsos anuais e mensais consolidados das modalidades Pós-embarque e Pré-embarque;
- (iii) os desembolsos anuais, por destino das exportações brasileiras apoiadas pelo BNDES de forma direta no âmbito da modalidade Pós-embarque; e
- (iv) os desembolsos anuais, por empresa exportadora, no âmbito da modalidade Pós-embarque, desde 2009;

\*([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/Estatisticas\\_Operacionais/exportacao.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/exportacao.html))

É possível baixar os dados constantes dos itens ii, iii e iv no formato excel. Nestas planilhas, pode-se identificar os desembolsos anuais consolidados decorrentes de exportações para Angola e de exportações realizadas pela Odebrecht.

Por fim, esclarecemos que o BNDES está impedido de divulgar informações individualizadas sobre os valores desembolsados, em razão do sigilo bancário a que está obrigado, por força do artigo 1º da Lei Complementar nº 105/2001, combinado com o artigo 22 da Lei 12.527/2011, e com o artigo 6º, inciso I, do Decreto 7.724/2012.

Informamos que esta demanda será encerrada no e-SIC e que, no caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa de acesso, poderá ser apresentado recurso ao Comitê da Lei de Acesso à Informação do BNDES, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão

Um dos aspectos do financiamento do BNDES é o uso do dinheiro público subsidiado. O subsídio embutido nos empréstimos, vindo do Tesouro Nacional, capta pela taxa Selic com valor inferior ao emprestado, por exemplo, em março de 2011, este valor era de 11,75%, para ser emprestado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do BNDES a 6%.<sup>14</sup> Essa diferença nos juros estimula grandes empresas, com capacidade de usar financiamento de bancos privados, a se apropriar do financiamento de um banco público. As empresas não vão desistir de um financiamento subsidiado que lhes possibilita pagar menos pelo mesmo dinheiro que pagariam mais, a menos que o BNDES reveja a sua política de financiamento.

De acordo com o banco, no processo de análise das operações, os itens são classificados como bens ou serviços em função: “i) das características do contrato comercial; ii) do faturamento com base em avanço físico do empreendimento; e iii) do cronograma de desembolso”. As condições financeiras para o produto BNDES Exim Pós-embarque estão relacionadas às linhas de financiamento de bens, de serviços, de aeronaves. Os encargos podem ser por taxa de desconto e no caso da taxa de juros, inclui custo financeiro, remuneração básica do BNDES e taxa de risco de crédito.

Os serviços que podem ser financiados pelo produto BNDES Exim Pós-embarque relacionados a comércio e serviços e construção, ou seja, aos objetos deste estudo, incluíram construção de edificações residenciais e não residenciais; autoestradas, ruas e infraestruturas aeroportuárias, assim como pistas de decolagem; pontes e túneis; portos; barragens e dutos; linhas de comunicação e de transmissão; usina de energia e subestação; minas. Ou seja, a capacidade do BNDES tem o potencial da construção de infraestrutura de um país. O banco tem condições de reconstruir um país assolado por conflito armado. Importa perguntar a quem cabe a decisão de um banco público brasileiro, voltado para o desenvolvimento nacional, reconstruir a infraestrutura de um país estrangeiro?

Os recursos do BNDES para financiamento de longo prazo são originados de diversas fontes como Tesouro Nacional, como FAT/PIS-PASEP, captações externas, patrimônio líquido, outras fontes governamentais e obrigações. Completam essas fontes outros fundos governamentais, como o Fundo de Marinha Mercante e o FI-FGTS. O Tesouro Nacional é a maior fonte de recursos do banco, uma vez que concentrava 46% em 2010. Em 2015, os

---

<sup>14</sup> Valores de 2011 para alguns contratos, subcréditos, apenas como exemplo de diferença da taxa de juros que o BNDES paga para o dinheiro do Tesouro com a relação a taxa de juros que o BNDES empresta. Essa diferença dos juros confirma o argumento do subsídio. Não é que se critique o subsídio ou políticas de subsídios no Brasil, ao contrário, este trabalho questiona o uso de políticas de subsídios para grandes empresas e para obras e serviços que estão mais distantes do interesse público comum.

recursos do Tesouro somados ao FAT/PIS-PASEP somaram 83,55% dos recursos totais do Banco. “O saldo das obrigações do BNDES com o Tesouro Nacional em 30 de junho de 2015 era de RS 521,2 bilhões” (BNDES, acesso em 10 de março de 2016, disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)). Como a fonte de recursos do banco é majoritariamente pública, não é indevido afirmar que a arrecadação brasileira e a arrecadação de trabalhadoras e trabalhadores financiam as ações do BNDES. E mais, essa realidade é a reprodução cíclica do acúmulo de capital no Brasil. Pois, desde quando os colonizadores do Norte invadiram as terras brasileiras, e obrigaram africanos e seus descendentes a trabalhar em regime forçado de escravidão que a mais-valia no Brasil, o acúmulo é resultado do esforço de negros e negras, enquanto os benefícios são auferidos por brancos e brancas. Há um modelo de exploração de mão de obra, inicialmente, em regime escravo, e, posteriormente, em regimes similares à escravidão; seguido por alguns avanços nos direitos trabalhistas, mas que ainda não são capazes de eliminar as desigualdades raciais no Brasil. Portanto, o acúmulo de capital público no Brasil, por quase 500 anos, é resultado do trabalho de um grupo populacional que não tem qualquer ingerência sobre o processo decisório do uso deste dinheiro. Estou me referindo a um lucro, um acúmulo, um dinheiro, no sentido amplo miltonsoniano, que uma vez arrecadado e uma vez pago por trabalhadores e trabalhadoras é direcionado ao BNDES, onde a decisão do uso é de um grupo específico, seguindo o modelo de exploração branco que beneficia grandes empresas, alguns Estados e muitas elites. Um modelo de exploração reproduzido pela substituição de uma elite colonizadora, por uma elite colonizada. Um modelo de exploração branco. Esse dinheiro acumulado tem cor, tem raça. O poder sobre esse dinheiro tem cor, tem raça. Portanto, um modelo próximo a percepção de Fanon sobre a substituição de elites. Um banco branco, que se apropria de um dinheiro negro.

Ainda no ensejo de favorecer o processo de exportações, foi criado em 2004 o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), com a participação do BNDES.<sup>15</sup> O COFIG trabalha por meio de reuniões mensais e as deliberações são tomadas por consenso. Os projetos que implicam a concessão de financiamento com recursos do BNDES para os países africanos passam pela aprovação da diretoria do banco mediante deliberação e apreciação do COFIG. Também são observadas as disponibilidades orçamentárias do Proex/Equalização e os limites do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Cada operação de crédito negociada bilateralmente entre o Brasil e um país africano é acordada por meio de um

---

<sup>15</sup> Decreto n. 4.993, de 18 de fevereiro de 2004.

instrumento jurídico internacional, geralmente um Protocolo de Entendimento entre as partes, além de um Acordo Operacional.

Ao agir como instrumento de política externa brasileira, o BNDES atua como ente executor de cooperação internacional Sul-Sul entre Brasil e África quando financia as exportações para aquele continente. Pelo menos é o discurso que pavimenta as atividades do Banco em países africanos. No discurso do BNDES (figura 7), o banco financia empresa brasileira, que realiza serviço ou obra em um país em África. Portanto, o modo de execução das concessões de crédito ocorre de maneira similar a um empréstimo a determinado Estado parceiro. O solicitante estrangeiro demanda a linha de crédito e o banco analisa a capacidade de pagamento e os dados macroeconômicos do cliente em questão. O histórico das relações entre os países contribui para os acertos políticos das negociações, e ademais a vontade política de quem decide no banco de apoiar ou não determinada empresa brasileira e certo país estrangeiro. Ao ser concedida a linha de crédito a determinado país cliente, são acertados os prazos de financiamento, os custos financeiros das operações e as garantias oferecidas pelo Estado requerente da linha do crédito à exportação.

O banco oferece apoio às exportações em moeda nacional - real (R\$). O crédito é feito ao importador africano que geralmente não tem capacidade de quitar a dívida à vista com o exportador brasileiro. As condições para o importador da África incluem prazos de longo prazo, que vão dos 5 aos 25 anos, para quitar a dívida com o banco, provavelmente incluso período de carência. Em situações específicas, o prazo pode ser ampliado, visto que são passíveis de negociação. Nos anos de 2002 a 2015, os custos estão estabelecidos em taxa fixa em dólar e os juros podem variar de 2,79% a 8,61% ao ano, nos subcréditos para serviços e obras. Há grande preocupação do BNDES com relação às garantias oferecidas pelo requerente do financiamento. O Banco trabalha com Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com lastro no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para cobertura dos riscos políticos e extraordinários com amparo no compromisso de manutenção do fluxo financeiro.

Uma das condicionalidades da liberação do crédito está na autorização do desembolso. O exportador brasileiro só recebe o desembolso para cobrir o pagamento da dívida do importador africano mediante o cronograma da execução da obra ou da entrega do produto. Nos casos de comércio e serviços e construção, o exportador brasileiro receberá os pagamentos a cada etapa concluída no cronograma de trabalho. Cabe ao importador africano confirmar a execução do cronograma da obra ou a recepção dos produtos em boas condições.

Uma das características desses financiamentos é entender a possibilidade de o contrato poder ser feito diretamente com o importador, que pode ter participação africana. Apesar dos riscos de o contrato ser direto com o importador estrangeiro, o BNDES tem defendido que esse tipo de atuação internacional está de acordo com a Resolução n. 50 de 1993 do Senado Federal Brasileiro, que dispõe sobre as ações de financiamento externo com recursos orçamentários da União (Senado Federal, 1993). O crédito é passado ao exportador brasileiro, que recebe em reais, mesmo que a fatura seja em dólar.

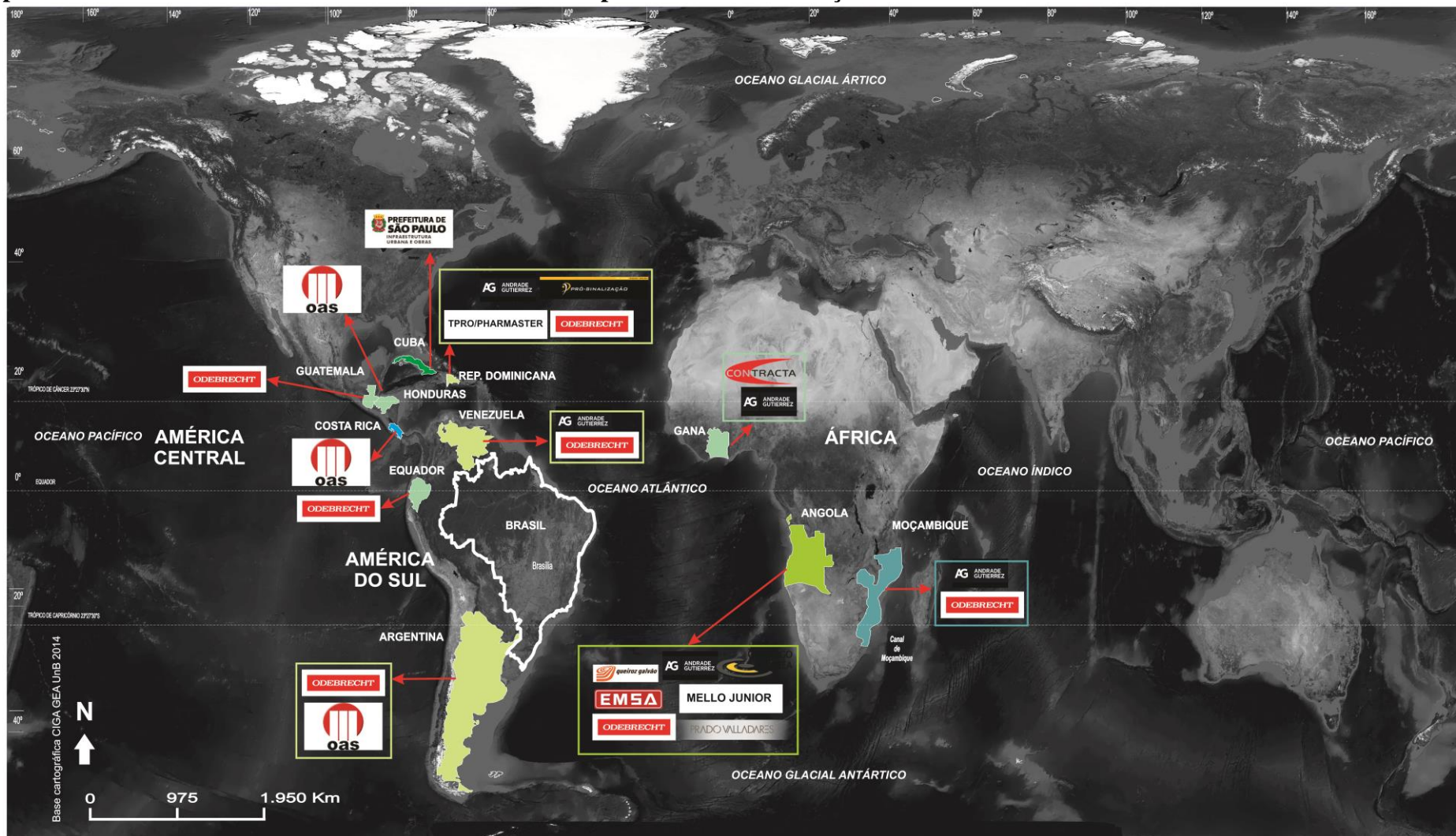
A internacionalização do BNDES para as empresas brasileiras ocorre por meio de operações de exportação pós-embarque, que inclui as operações de exportação de serviços de engenharia e os financiamentos de exportação pós-embarque de outros bens e serviços. A modalidade de apoio é reembolsável e a forma de apoio é direta. Ao todo estão disponíveis informações sobre 575 subcréditos. Um mesmo contrato pode compor diversos subcréditos. O menor valor de subcrédito, no período de 2002 a 2015, foi de US\$ 4.569, para a Argentina, em 2011; e o maior foi de US\$ 865.423.450, para a Venezuela, em 2010.

As empresas brasileiras que receberam no período de 2003 a 2015 financiamento do BNDES para internacionalização estão dispostas no mapa 3. As empresas brasileiras, exportadoras, que receberam financiamento do BNDES, estão concentradas em 11 países. Na América do Sul, estão na Argentina, no Equador e na Venezuela. Na América Central, atuam na Costa Rica, em Cuba, na República Dominicana, na Guatemala e em Honduras. Em África, dos 54 países, o financiamento do BNDES por meio de empresas brasileiras, exportadoras, concentra-se em Angola, Gana e Moçambique.

O modelo que se configura a partir do financiamento do BNDES para ação das empresas brasileiras em países da América do Sul e África não esteve presente nos países do Norte. Devido a uma convicção de que este modelo não seria aceito naqueles países do Norte, como nos da Europa e nos Estados Unidos, optou-se por direcioná-lo aos países do Sul, como Argentina, Guatemala, Gana, Moçambique. A ausência não se especula apenas pela negação. Há uma provável perspectiva exposta no território usado, no território do dinheiro, no mapa 3. Se a elite do Norte colonizou os países do Sul, estabelecendo um diálogo para manutenção da exploração, essa mesma elite do Norte não aceita que o modelo aprendido pela elite do Sul lhe seja objeto de opressão. Portanto, o Brasil aprendeu o modelo sob o qual aceita ser intermediário, por meio da intervenção da Cooperação Triangular, do Norte, para os países do Sul.

### MAPA 3

## Empresas brasileiras clientes do financiamento do BNDES para internacionalização no mundo



#### LEGENDA:

##### VALORES POR PAÍS:

|           |           |               |
|-----------|-----------|---------------|
| Até 100   | 301 A 500 | 1 A 3 BILHÕES |
| 101 A 300 | 501 A 1   | ACIMA DE 3    |

#### EMPRESAS FINANCIADAS:

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

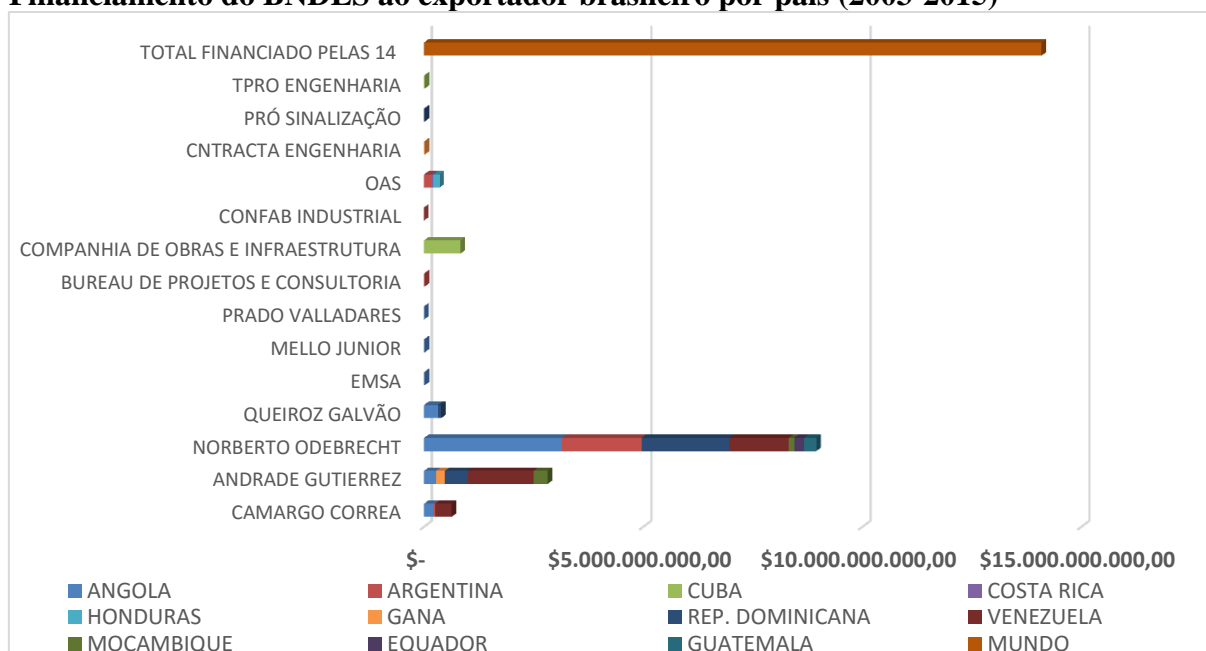
Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
 Elaboração: Fernanda Lira Goes  
 Apoio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/  
 Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
 Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007.  
 Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.



De acordo com o BNDES, 14 empresas receberam financiamento como exportadoras para países estrangeiros em projetos de um único ramo ou gênero de atividade, de comércio e serviços, e construção. As empresas, clientes, exportadoras, para o período de 2002 a 2015, foram Odebrecht (Construtora Norbeto Odebrecht), CONFAB (CONFAB Industrial S/A), Bureau (Bureau de Projetos e Consultoria LTDA), Pró Sinalização (Pró Sinalização Viária LTDA), Andrade Gutierrez (Construtora Andrade Gutierrez S/A), Camargo Corrêa (Construtora e Comércio Camargo Correa S/A), Queiroz Galvão (Construtora Queiroz Galvão S/A), EMSA (EMSA Empresa Sulamericana de Montagens S/A), Prado Valladares (Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento S/A), Companhia de Obras (Companhia de Obras e Infraestrutura), Mello Junior (Mello Junior Empreendimentos e Participações LTDA), TPRO/Pharmaster (TPRO Engenharia S/A / Pharmaster do Brasil Consultoria), OAS (Construtora OAS S/A), Contracta (Contracta Engenharia LTDA).

No gráfico 3 pode-se perceber o direcionamento do financiamento aos 11 países e às 14 empresas, por meio dos valores absolutos em dólares (US\$). Odebrecht e Andrade Gutierrez concentram a participação no financiamento do BNDES. Angola é o principal país cliente.

**GRÁFICO 3**  
**Financiamento do BNDES ao exportador brasileiro por país (2003-2015)**



Fonte: BNDES. Acesso em: 10/03/2016. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).  
Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

As empresas estão localizadas em seis estados brasileiros, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rondônia. São Paulo concentra oito das 14 empresas: CONFAB, Bureau, Pró Sinalização, Camargo Correa, Companhia de obras, TPRO/Pharmaster, OAS, Contracta. Seguido pelo Rio de Janeiro, onde estão Odebrecht e Queiroz Galvão, e Minas Gerais, com Andrade Gutierrez e Mello Junior. Na Bahia, no Goiás e em Rondônia, há uma empresa, Prado Valladares, EMSA e Camargo Corrêa respectivamente.

### **3.2 BNDES: território de empresas brasileiras em África**

Precisei alterar o período de análise em função das informações disponibilizadas pelo BNDES sobre as empresas exportadoras brasileiras que receberam financiamento. Portanto os mapas e demais percepções visuais podem ser elaborados com o período além daquele determinado no recorte espaço-tempo inicial da metodologia deste trabalho, qual seria, 2002 a 2012, e provavelmente acato a disponibilidade de dados, que vão de 2003 a 2015. Entendo que o uso desse novo período amplia a temporalidade e compartilha informações importantes.

O perfil dos exportadores brasileiros com atuação em África tem sido majoritariamente de grandes empresas, sejam privadas, sejam públicas. A principal área de atuação dessas empresas em África consiste em infraestrutura, com participação forte também nos setores de petróleo e gás e de mineração. Estas empresas atuam em 18 países africanos, majoritariamente no Norte e no Sul da África (IPEA, 2012, p. 83-102).

As empresas brasileiras não estão apenas nos países de maior aproximação diplomática e política do Brasil, como os membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). A principal característica comum da presença dessas empresas nos países africanos é a condicionalidade do potencial de natureza a ser explorada e simultaneamente a participação na reconstrução de países que passaram por período de conflitos, a exemplo de guerra civil. O que se percebe é que a junção desses fatores implica em mais empresas brasileiras no mesmo país.

No período total disponibilizado pelos dados de 2003 a 2015, dos 575 subcréditos do BNDES Exim Pró-embarque, do ramo ou gênero de atividade de obras e engenharia, serviços e construção, 91 estão direcionados a África, para Angola, Gana e Moçambique. Gana



aparece em 2011 e 2013. Moçambique em 2011, 2013 e 2014. Angola tem subcréditos no intervalo de 2007 a 2015.

O menor subcrédito direcionado a África foi de aproximadamente US\$ 2 milhões para a segunda etapa da construção da Estrada do Golfe – Troco Gamek, antigo Controlo, em Angola, por meio de uma segunda linha de crédito em 2008, com juros de 6,43% ao ano, com prazo de 120 meses. O maior valor foi de US\$ 320 milhões para Moçambique em 2014, com juros de 6,53%, em 180 meses. As empresas que receberam financiamento para atuar em África foram Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Contracta, EMSA, Mello Júnior, Norberto Odebrecht, Prado Valadares e Queiroz Galvão.

Não haveria restrição do banco para apoiar a atividade de pequenas e de médias empresas (PMEs) como parceiras exportadoras brasileiras em África. Entretanto, a menor participação das PMEs ocorre porque elas nem sempre possuem capacidade de exportação. Das linhas de crédito para África, há o exemplo de parceria com três PMEs que estão nos projetos angolanos. O que se percebe é que a parceria com as grandes empresas caracteriza uma relação tradicional com o BNDES, enquanto o apoio à exportação oferecido às PMEs brasileiras para atuar em África é pontual (Ipea, 2012, p. 91). As dificuldades para competir no cenário internacional aliadas à ausência de forte apoio à internacionalização de PMEs implica que haja poucas PMEs brasileiras naquele continente. Aqui não se finaliza esta análise, visto que é necessário verificar a internacionalização das PMEs brasileiras nos diversos países para se compreender se é uma característica estrutural ou um cenário ímpar para o continente africano. O que se pode averiguar é que mesmo que haja poucas PMEs brasileiras nos demais países, a quantidade delas em África sinaliza preferência pelo apoio às grandes.

# MAPA 4

## Financiamento do BNDES a empresas brasileiras em África



### 3.2.1 Odebrecht, cliente tradicional

A Norberto Odebrecht Construtora Ltda. inicia suas atividades sob o comando do líder de mesmo nome em 1945, na cidade de Salvador, como uma tentativa de fazer frente às dificuldades impostas à construção pela Segunda Guerra Mundial. Desde o princípio, a empresa estava disposta a dividir os ganhos com os mestres de obra, a quem designava responsabilidades sob suas construções. De acordo com Ivo de Santana (SANTANA, 2004, p. 104-149), as fases como empresa local (1945-1954), regional (1955-1969) e nacional (1970-1979) são basilares para o momento posterior dos anos 1980 em diante, como multinacional, empresa internacional, a exemplo da presença em Luanda (foto 5).

No primeiro momento, as construções de plataformas para a Petrobrás ao sul da Bahia foram ímpares no conhecimento de tecnologias modernas e nas relações com consultorias norte-americanas. Em seguida, com apoio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ao parque industrial da região, a Odebrecht torna-se “polo dinamizador da economia baiana” ao executar obras como o Centro Industrial de Aratu, barragem de Pedras do Rio de Contas, Ponte Propriá-Colégio, entre as 500 obras realizadas no Nordeste. Foi na fase nacional que a construtora diversificou a atuação em obras de grande porte como o Aeroporto Internacional do Galeão, Siderúrgica Usiminas, Ponte Colombo-Sales. Santana nos ressalta que o cenário econômico internacional com o choque do petróleo, e a recessão doméstica no Brasil, levaram à escassez de obras de engenharia, o que levou a Odebrecht concorrer no mercado exterior. A construtora avançou para o estrangeiro onde realizou o Aeroporto de Bagdá, rodovias no Gabão, cidade militar na Arábia Saudita. Ivo afirma que a consolidação da internacionalização da Odebrecht se dá pelo contrato da construção da Hidrelétrica de Charcani V no Peru e dos túneis de desvio do rio Maule no Chile. Além disso, a empresa amplia a diversificação em áreas de petróleo e gás como na indústria da petroquímica, perfuração de poços de petróleo no mar em fusões e criações de empresas como OPI, CBPO, Salgema, Polioleofinas, PPH, Unipar, Tenenge, OPP, Triken, OSI.

“Nos anos 1990, a Odebrecht passa a participar de projetos nos Estados Unidos, tornando-se a primeira empresa brasileira a vencer uma concorrência pública naquele país” (SANTANA, 2004, p. 110). A empresa avança na Europa com a *holding* Odebrecht. Assim como aprofunda a diversificação na área de petróleo e gás e assume o controle da Copene. Odebrecht, então assume um dos primeiros lugares no ranking mundial de construtoras (SANTANA, 2004, p. 112).

FOTO 5

## Presença da Odebrecht em Luanda (2010)



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.



A Odebrecht pode ter recebido financiamentos do BNDES em tempos anteriores ao período do estudo. Com certeza, no período completo disponibilizado pelo BNDES de 2003 a 2015, a empresa, recebeu muitos subcréditos. A empresa, apesar de atuar em todo o Brasil, tem os contratos situados a partir da sede no Rio de Janeiro. Dos 575 subcréditos oferecidos pelo BNDES para o período, 440 foram destinados à Odebrecht. O que implica na percepção de concentração, ou mesmo certa situação de privilégio da empreiteira, diante da disponibilidade e do acesso ao financiamento do BNDES. Os subcréditos destinados à Odebrecht foram direcionados a obras e serviços em sete países: Angola, Argentina, Equador, Guatemala, Moçambique, República Dominicana e Venezuela.

Cabe apontar a ausência de dados dos subcréditos do BNDES para determinados anos. Os dados disponíveis não estão completos em todos os anos, tampouco para todas as empresas. Para Angola, por exemplo, o valor total de financiamento é referente ao período de 2007 a 2015, com exceção do ano de 2010. Não há dados disponíveis de financiamento do BNDES a Odebrecht para Angola no período de 2003 a 2006. Em relação à Argentina, há informações de 2005 a 2015, com exceção de 2006. Para o Equador, os dados são relativos aos anos de 2012 e 2013. Guatemala tem disponibilidade de informações apenas para o ano de 2013. Moçambique está presente em dois anos, 2011 e 2013. Para a República Dominicana há dados de 2003 a 2015, com exceção para 2004, 2005 e 2012. Venezuela, 2004, 2009, 2015.

Os valores dos subcréditos para Odebrecht variam de US\$ 4.569, o menor, como parte do contrato da construção da planta de tratamento e do sistema de distribuição de água de Paraná de Las Palmas, na República da Argentina, obra que consta com financiamento no período de 2005 a 2015, em um valor total de quase US\$ 294 milhões. E o maior subcrédito foi de US\$ 656 milhões para a construção de uma central termelétrica a carvão com duas unidades de geração na República Dominicana, único subcrédito da obra, realizado em março de 2015. Do total, de quase US\$ 9 bilhões recebidos pela Odebrecht por meio de financiamento do BNDES, conforme tabela 1, Angola concentra mais de US\$ 3 bilhões, o que representa em torno de 40% do financiamento que a Odebrecht recebeu no período. República Dominicana, Venezuela e Argentina, em ordem hierárquica, compõem os países com maiores concentrações. Pela ausência dos dados disponíveis pelo BNDES, não há como perceber se esta concentração do financiamento do banco para a Odebrecht em suas ações em Angola é uma constante no processo histórico da empresa, ou se é um comportamento recente. A afirmação estabelecida é que de acordo com o BNDES, Odebrecht concentra o financiamento para Angola.

O financiamento do BNDES para o exportador brasileiro de 2003 a 2015 abrange mais de US\$ 14 bilhões. Do primeiro lugar, pelos seus US\$ 9 bilhões, a Odebrecht é seguida pela Andrade Gutierrez com US\$ 2,8 bilhões, e pela Companhia de Obras e Infraestrutura, com US\$ 832 milhões. Diante da atuação internacional da Odebrecht, África tornou-se um território relevante, especialmente nos anos 2000. Angola, então, é a porta de entrada para a Odebrecht naquele continente.

TABELA 1  
**Valor total dos subcréditos do BNDES a Odebrecht (2003-2015)**

| <b>PAÍS</b>          | <b>TOTAL</b>               |
|----------------------|----------------------------|
| ANGOLA               | \$ 3.144.839.908,00        |
| ARGENTINA            | \$ 1.809.428.529,00        |
| EQUADOR              | \$ 227.197.110,00          |
| GUATEMALA            | \$ 280.000.000,00          |
| MOÇAMBIQUE           | \$ 125.000.000,00          |
| REPÚBLICA DOMINICANA | \$ 1.999.626.703,00        |
| VENEZUELA            | \$ 1.359.392.485,00        |
| <b>TOTAL</b>         | <b>\$ 8.945.484.735,00</b> |

Fonte: BNDES. Acesso em: 25/11/2015. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).  
 Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

### **3.3 Parceria estratégica Brasil e Angola**

Diante da aproximação do Brasil com Angola, em junho de 2010, os presidentes das duas Repúblicas assinaram uma Declaração conjunta sobre o estabelecimento de Parceria Estratégica. A Declaração (anexo 1), sobre a Cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento, determina o desenvolvimento do comércio recíproco e demais questões atreladas a esta aproximação. Um dos aspectos deste trabalho é analisar a parceria hegemônica das elites brasileiras e angolanas na disputa de poder pelo acesso ao financiamento subsidiado do BNDES como instrumento facilitador dos objetivos da Declaração estratégica.

2010 é o ano promissor, pois foi nesse ano que houve o maior desembolso do BNDES. Entretanto, apesar de ter sido o ano da assinatura da Parceria Estratégica, não há disponibilidade sobre os dados do financiamento do BNDES para Angola. A dúvida que se quer calar é se realmente não houve qualquer financiamento do BNDES para Angola em 2010, ou se há algum impedimento à transparência dos dados.

Com certeza, Angola não surge no mapa das relações com o Brasil em 2010, como pode ser visto na foto 6. As aproximações entre os dois países sempre foram intensas. Não é muito lembrar que o mesmo colonizador português invadiu as terras dos reinos de Ngola, Congo e manifestou a violência branca sobre os povos negros não apenas na exploração da natureza de terras africanas. A tortura branca de Portugal alcançou níveis considerados crimes contra a humanidade pela escravização de negros e negras, seguido pelo tráfico dessas populações a diversos países como o Brasil.

FOTO 6

**Obra de infraestrutura da orla de Luanda (2010)**



Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.



As resistências operaram de lá e de cá, as lutas da Rainha Ginga de Matamba e Ngola (Nzinga Mbande Ngola) e as insurreições dos Malês e de Zumbi dos Palmares são exemplos pontuais das constantes insurreições expressas pelos negros e pelas negras na contramão do sistema. Em Angola, os africanos incitaram a devolução da violência pelos mesmos instrumentos e pegaram em armas; aldeias foram abandonadas e a população se protegeu em áreas distantes do controle colonial; emigraram para os países vizinhos, atuais República do Congo e República Democrática do Congo (Ex-Zaire); e, por fim a prática de cultos religiosos de crenças africanas (Silvério, 2013, p. 432-433).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a tardia independência de Angola do domínio colonial de Portugal, em 1975. Os anos seguintes se debruçaram em uma violenta guerra civil entre grupos políticos apoiados por elites internacionais. Não seria simplista afirmar que de um lado estava o povo, cansado de ser colonizado e disposto a uma liberdade plena, e do outro, dois grupos das elites angolanas que disputavam o poder de governar aquele país independente, mas uma nação em construção.

A divisão em três períodos da guerra civil em Angola propõe uma das análises mais acuradas e honestas da História do país após a independência. *Black Gold*, o ouro negro, foi o motivo para quase trinta anos de conflitos. A morte da liderança do MPLA, Agostinho Neto, em 1979, implicou na substituição por Eduardo dos Santos. No primeiro momento, ainda sob forte influência da Guerra Fria, o MPLA, de ideologia autodeclarada marxista-leninista, recebe apoio da URSS e de Cuba. Dos Santos é engenheiro de petróleo e representava, junto com o MPLA, um partido autoritário composto por uma pequena elite angolana. Do outro lado a UNITA era liderada por Jonas Savimbi, diretamente defendido pelas nações liberais, como Estados Unidos, país que o convidou para visitar Washington D.C., em 1986, e alcunhado como “o vencedor da democracia”. Para a população angolana, Savimbi ficou mais conhecido pelas ameaças de horror, pelas torturas, pelos crimes sexuais. A opressão sexual de Savimbi era cometida ainda contra esposas de seus líderes, obrigadas a passar pelo estupro de Savimbi antes do casamento, e mesmo mulheres de sua família, como sua sobrinha adolescente Raquel Matos, que teve toda a família morta e ficou presa sob a violência sexual de Savimbi como uma de suas amantes. Uma das frases conhecidas do período era “MPLA rouba, UNITA mata” (MEREDITH, 2005, p. 600-616).

O acordo de paz de 1991 foi pouco efetivo, pois as tropas da UNITA foram reduzidas de 200 mil para 50 mil. Angola estava com dois terços das rotas e estradas impossibilitadas por minas terrestres deixadas pelos dois lados. A primeira tentativa eleitoral ocorreu em 1992, sob observação da UNAVEM I, Missão das Nações Unidas para verificar a desmobilização e monitorar o processo eleitoral, com orçamento limitado e pouco pessoal. As ameaças de Savimbi caso Dos Santos ganhasse levaram à conhecida Operação de Limpeza, na qual ambas

campanhas infligiram uso beligerante extremo. Uma segunda tentativa, com a ida de Savimbi para Huambo, e a permanência de Eduardo dos Santos no Futungo das Belas, resquício da construção russa, em Luanda, levou à Guerra das Duas Cidades, de 1992 a 1994. A assinatura do Protocolo de Lusaka seria uma alternativa a paz por meio da UNAVEM II construída a partir de um orçamento maior e quantidade de tropas mais próxima da necessidade, similar à operação de paz realizada em Moçambique. Não fosse a manutenção de Savimbi do tráfico de diamantes da província de Lunda com o Zaire. As forças de Savimbi sentiram a diminuição do apoio com o colapso do regime de Mobutu em 1997, ano também da eclosão da guerra civil no Congo, Brazzaville. Esses dois fatos impediram o tráfico de diamantes pelo Zaire e pelo Congo. Entre 1992 a 1997, os ganhos de Savimbi com o tráfico de diamantes era estimado em US\$ 2 milhões. Apesar da tentativa pacífica de um governo de aliança entre MPLA e UNITA, a última ofensiva contra a UNITA, iniciada em 1998, durou até 2002 com a prisão e morte de Savimbi (MEREDITH, 2005, p. 600-616).<sup>16</sup>

Os números dessa guerra impressionam pelas violências e pela ausência de qualquer julgamento, nenhuma das partes foi mencionada em crimes contra a humanidade. Entre mortos e mutilados, foram um milhão de pessoas, sem esquecer os milhões de deslocados. A elite do MPLA usou o lucro do comércio do petróleo para enviar seus filhos para serem educados no exterior e também patrocinaram tratamento médico no exterior. Os partidários, funcionários públicos, se transformaram na elite rica de um país em brutal situação de desigualdade. Em 2002, um ano antes do ano-base dos dados de financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior, de uma população de 14 milhões de pessoas, 59 funcionários públicos de Angola possuíam US\$ 4 bilhões, em um país com PIB de US\$ 10,2 bilhões. Muitas tentativas estrangeiras do FMI e do governo suíço buscaram investigar as contas de Angola em função das diferenças entre o que o governo declara ter recebido com o comércio de petróleo e o que agências como British Petroleum e Elf-Aquitane informaram comercializar. O pagamento da dívida angolana com a Rússia, sob o escândalo alcunhado como Angolagate, foi considerado pelos angolanos como questão soberana para não ser informada as autoridades europeias. O presidente Eduardo dos Santos mantém o discurso de eleições livres e constantemente nega futuras candidaturas, mas é o líder e Presidente de Angola desde o falecimento de Agostinho Neto em 1979 (MEREDITH, 2005, p. 600-616).

A aproximação da Odebrecht com África é pelo caminho dos países de língua oficial portuguesa. Com as dificuldades no cenário econômico interno e a ressecação no Brasil, nos inícios dos anos 1980, a Odebrecht decide diversificar a atuação e inaugura atividades na

indústria da petroquímica, bem como aprofunda a internacionalização na linha de engenharia. Para Odebrecht, naquele momento, “deveríamos buscar boas oportunidades nas quais pudéssemos nos diferenciar em relação às outras empresas, e especialmente onde houvesse interesse do governo brasileiro em estreitar relações com o país cliente” (SANTANA, 2004, p. 112).

A ida da missão comercial brasileira chefiada pelo então Ministro Delfim Neto a Moscou, na antiga URSS, afinou o diálogo com os russos, que queriam que o Brasil aumentasse a importação daquele país. Sem a possibilidade da intervenção no comércio, propuseram uma obra que se mostrou não executável para o Brasil. Ainda pensando em aumentar as exportações entre os dois países, sugeriu-se o projeto trilateral da construção do Complexo Hidrelétrico de Capanda, em Angola. A previsão inicial era de US\$ 650 milhões, com pagamentos por meio de petróleo, visto que a guerra civil dizimou a economia angolana, enquanto o país se encontrava em situação de dificuldade de liquidez.

Para o governo brasileiro, havia certo estímulo na participação deste projeto, pois junto à diversificação da pauta de exportação havia o apoio à ampliação do mercado aos países não tradicionais. A ironia do processo foi, exatamente, que durante uma ditadura militar, o Brasil se aproximou de países com regimes autodeclarados socialistas e comunistas. Esta percepção reafirma o argumento ao qual aqui se disserta, de que o modelo explorador do colonizador foi a opção da elite política brasileira para aliar-se à grande empresa em busca de influência política, lucros comerciais e dominação da natureza de outros países em desenvolvimento (SANTANA, 2004). Naquele momento o financiamento foi facilitado pelo Banco do Brasil. O pagamento do país cliente viria em petróleo à Petrobrás. Nos anos 2000, o financiamento continuaria público por meio do BNDES, com plena manutenção à participação no acesso do petróleo.

A execução da obra foi interrompida em certos momentos (1992-1997, 1999) pelos guerrilheiros atuantes no conflito armado da guerra civil angolana. Desse modo, a aproximação com os movimentos locais, MPLA, e com apoio russo, permitiu a finalização da obra. O incidente do sequestro de engenheiros e equipe de brasileiros não danificou as boas relações entre os dois países, nem entre a Odebrecht e Angola. Ao contrário, a participação do Ministério das Relações Exteriores foi constante nas negociações. A própria Odebrecht define o período da construção de Capanda como “uma verdadeira cidade autossuficiente”, pelo menos “até construir uma pista de pouso para Boeings” (SANTANA, 2004, p. 119). A geopolítica brasileira para colonizar Angola estava posta. A hidrelétrica de Capanda é a concretização do território do dinheiro, do modelo de exploração brasileiro, de uma perspectiva de poder sobre a natureza angolana. A Odebrecht assumiu que era responsável por uma cidade em Angola. Portanto, Capanda era uma cidade brasileira em Angola, um território

Brasil. Capanda chegou a seus 3 mil funcionários, um legado de trabalhadores capacitados para as diversas atividades na indústria da reconstrução de países egressos de conflitos. Não foi difícil para a Odebrecht manter a atividade naquele país, pois já havia estabelecido o treinamento profissional e a transferência de tecnologia necessários para a continuidade do uso do modelo. Bastava, assim, manter as negociações com o MPLA e estabelecer o financiamento brasileiro para continuar a atuar nas construções em obras e serviços naquele país. E o Brasil aceitou o convite.

O projeto de urbanização de Luanda Sul, em Luanda, e a Casa de Angola, em Salvador, refletem a manutenção das boas relações entre Brasil e Angola. Esta estratégia de se manter na mesma rota do governo brasileiro fez da Odebrecht uma grande empresa multinacional. Um modelo explorador branco, que coopta as elites de países negros, oprime seus povos pelo direcionamento do dinheiro para o aumento do lucro, por meio da pressão do grande capital. Em Fanon, a substituição de elites. Em Milton Santos, o território do dinheiro. Esse dinheiro brasileiro que propiciou um estímulo a esta construção estava pautado no racismo, afinal quem mantinha o poder do processo decisório e o modelo de execução estabelecido era um padrão do Norte, das elites colonizadoras.

### **3.4 Brasil e Angola: território do dinheiro**

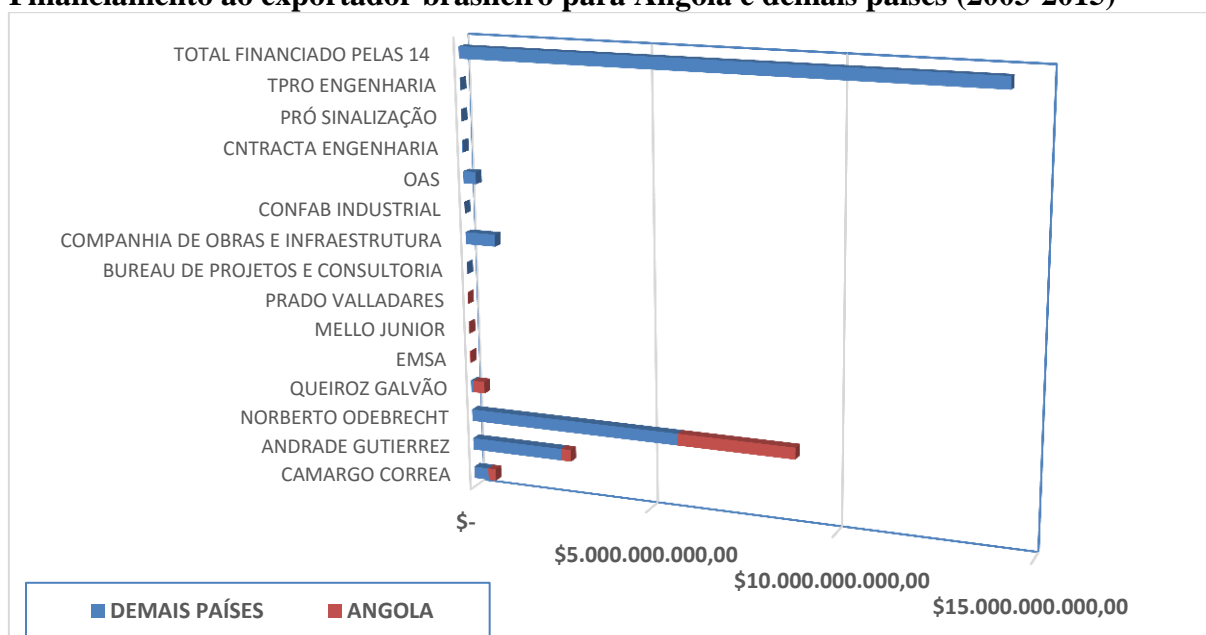
As consequências para o Brasil e para Angola de um processo de produção do território a partir de grupos dominantes, de uma elite brasileira, que dialoga com os grupos dominantes da elite angolana são, portanto, um branqueamento ideológico de territórios negros. Não é que o branqueamento se dê apenas pelas relações raciais interpessoais, como no Brasil, onde a política do branqueamento aconteceu por meio do incentivo à migração de brancos da Europa para que a mestiçagem estabelecesse um novo parâmetro populacional. Nem também pela política do branqueamento a partir da defesa de um discurso de retórica como foi o mito da democracia racial, na qual se apresentava um país onde o racismo era leve ou no limite não haveria discriminação de raça/cor, mas sim de classe. O branqueamento que se coloca na geopolítica brasileira está posto nas condições da produção do espaço diante das relações entre Brasil e Angola determinadas pelo financiamento do BNDES. Estou defendendo que há um branqueamento sendo estimulado pelo grande capital, imposto pelo grupo que aceita implementar essa política – a elite no poder, que no Brasil também é majoritariamente branca –, que reproduz o modelo explorador do colonizador branco, em um território negro. O território usado é Angola, portanto, branqueada pelo dinheiro que oprime. O território do dinheiro é produzido pela opressão branca.

Angola é o país com maior concentração do financiamento do BNDES para o período, até mesmo quando somado todo o financiamento do BNDES para o conjunto dos demais países. Angola acumula aproximadamente US\$ 3,2 bilhões, dos quase US\$ 14 bilhões (ver gráfico 4). Por um lado, não sou capaz de definir com total certeza as razões pelas quais o BNDES financiou tantas empresas brasileiras para lá realizarem obras e serviços. As motivações estratégicas dessas decisões não me foram divulgadas. Por outro, o processo histórico das relações entre Brasil e Angola, o desenvolvimento das atividades da Odebrecht em Angola, os dados oficiais do BNDES me proporcionam indicar alguns aspectos de potencial importância para este tipo de direcionamento do financiamento. Em especial, uma característica me chama atenção: a natureza, a natureza usada, o território usado, o petróleo.

Nas primeiras atividades de empresas brasileiras em Angola, a Odebrecht esteve presente como protagonista da execução da obra da Hidrelétrica de Capanda. A história da Odebrecht está intrínseca ligada à história contemporânea de Angola, ao processo de internacionalização das empresas brasileiras e à participação do BNDES como financiador das atividades desenvolvidas pela Odebrecht em Angola. Como banco, o BNDES precisaria de alguma moeda de troca válida para substituir o dinheiro emprestado, caso houvesse qualquer dificuldade ao pagamento. Angola então ofereceu petróleo, não apenas como garantia, mas principalmente como moeda de troca. Para o Brasil, estar em Angola, onde há produção de petróleo, é uma estratégia geopolítica de ocupar um território estrangeiro onde o petróleo funciona como garantia para o financiamento do BNDES. Enquanto explora o petróleo angolano, o Brasil acumula ainda mais ao explorar também a indústria da reconstrução. Para Milton Santos, o petróleo é considerado natureza, ainda que haja um consenso difundido de que agregar valor a natureza é torná-la recurso natural. Portanto, atrelar certa concentração do dinheiro no território angolano exime o Brasil do risco de perda. Mais importante, coloca o Estado brasileiro em lugar privilegiado da disputa pelo petróleo e pelo território usado. Não à toa, a empresa brasileira que concentra o financiamento do BNDES em Angola é a Odebrecht, empresa que optou pela diversificação das atividades de construção ao se inserir na indústria petrolífera.

## GRÁFICO 4

### Financiamento ao exportador brasileiro para Angola e demais países (2003-2015)

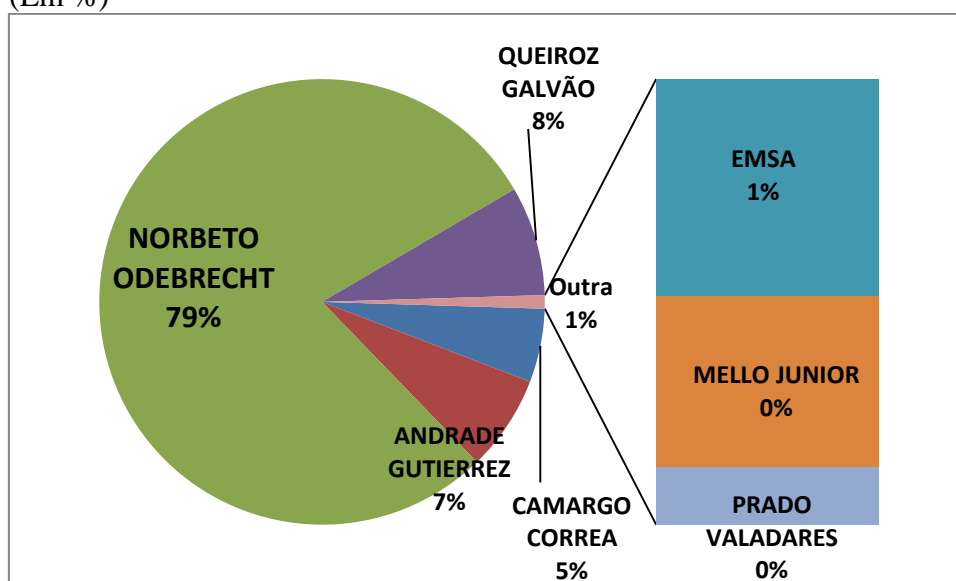


Fonte: BNDES. Acesso em: 10/03/2016. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).  
Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

## GRÁFICO 5

### Financiamento do BNDES para empresas brasileiras em Angola (2007-2015)

(Em %)

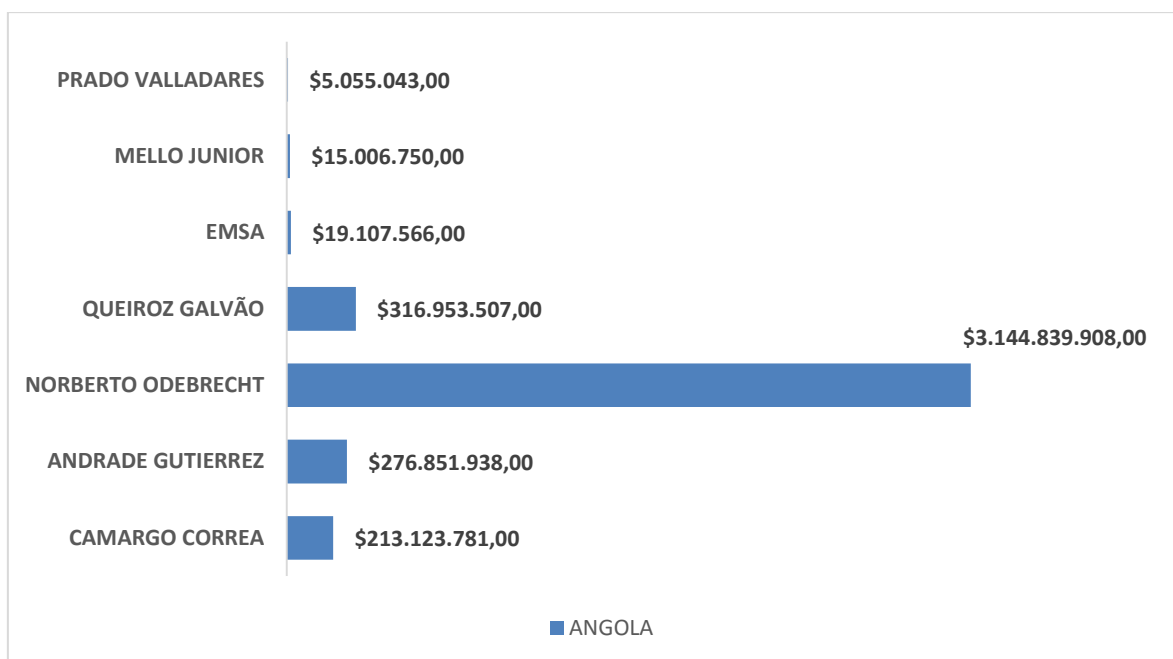


Fonte: BNDES. Acesso em: 25/11/2015. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).  
Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

O recorte dos dados foi estabelecido a partir da categoria de contratação por país. No caso da análise do financiamento do BNDES para empresas brasileiras que executaram obras e serviços em Angola, importa que dos quase US\$ 14 bilhões financiados, quase US\$ 4 bilhões foram direcionados a Angola. A Odebrecht recebeu aproximadamente 80% deste financiamento aos angolanos, conforme pode ser observado no gráfico 5. As outras empresas participaram de modo mais semelhante entre elas com relação aos valores recebidos por meio de financiamento. A Queiroz Galvão foi responsável por 8%, seguida pela Andrade Gutierrez com 7% e Camargo Correa com 5%. Os dados referentes às empresas exportadoras que receberam subcrédito para obras e serviços de engenharia em Angola estão listadas apenas a partir de 2007 até 2015, com exceção de 2010.

A concentração da Odebrecht com relação a outras sete empresas brasileiras também pode ser percebida quando observo os valores absolutos dos subcréditos (ver gráfico 6). Dos quase US\$ 4 bilhões do financiamento do BNDES direcionado para Angola, a Odebrecht recebeu US\$ 3,15 bilhões. As demais empresas brasileiras praticamente estiveram em segundo plano. Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa receberam financiamentos nos valores aproximados respectivos de US\$ 317, US\$ 277 e US\$ 213 milhões. EMSA, Mello Júnior e Prado Valladares obtiveram participação residual com US\$ 19, US\$ 15 e US\$ 5 milhões.

**GRÁFICO 6**  
**Financiamento ao exportador brasileiro para Angola por exportador (2007-2015)**



Fonte: BNDES. Acesso em: 10/03/2016. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).  
Elaboração: Fernanda Lira Goes. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016.

O financiamento do BNDES para obras e serviços em Angola está concentrado na província de Luanda, conforme pode ser observado no mapa 5. Majoritariamente, as obras foram realizadas pela Odebrecht, com participação pontual de outras empresas brasileiras em determinados projetos (ver mapa 6). Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Prado Valladares e Mello Júnior realizaram obras e serviços de infraestrutura de rua, avenidas e estradas, com exceções de poucas construções prediais.

O financiamento também esteve direcionado a outras províncias angolanas, especialmente, onde foi necessária a realização de grandes obras de infraestrutura. Em Benguela, a Odebrecht executou a construção de um aeroporto e de obras de distribuição de água (ver mapa 7). No Malanje, foram realizadas obras consideráveis no complexo hidrelétrico de Capanda (ver mapa 8). Nas províncias de Kwanza Norte, Kwanza Sul e Uige foram desenvolvidas obras de infraestrutura, rodoviária e hidrelétrica. O financiamento do BNDES transforma Angola ao usar o território onde há algum objetivo estratégico de exploração da natureza em território do dinheiro (ver fotos 5 e 6).

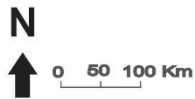
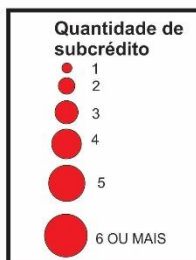


MAPA 5

Financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola



Base cartográfica CIGA GEA UnB 2014

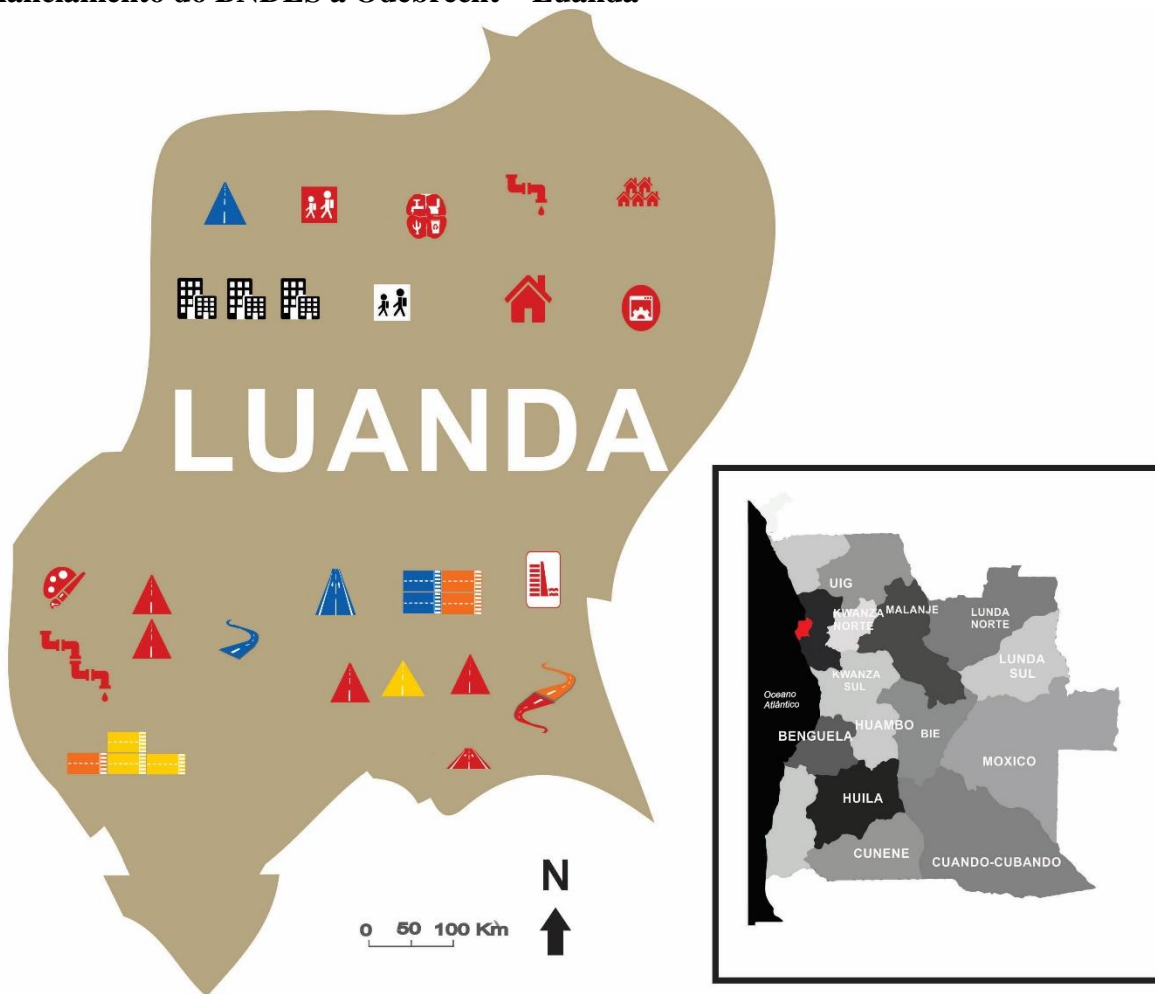


Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
 Elaboração: Fernanda Lira Goes  
 Apoio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moura/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
 Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NFRAC-TERVUREN - Bélgica.



MAPA 6

Financiamento do BNDES a Odebrecht – Luanda



|  |  |  |   |
|--|--|--|---|
|  | Mello Júnior US\$ 15.006.750<br>Escola nacional de Administração   |  | Norberto Odebrecht US\$ 22.277.650<br>Formação, Trabalho e Desenvolvimento                          |
|  | Prado Valladares US\$ 5.055.043<br>Centros Integrados de Formação Tecnológica,<br>2 unidades regionais Petróleo e Petroquímica,<br>1 unidade Hotelaria e Restauração |  | Norberto Odebrecht US\$ 68.709.750<br>Construção de casas populares                                 |
|  | Camargo Correa US\$ 53.186.360<br>Sexta avenida Luanda   |  | Norberto Odebrecht US\$ 106.107.636<br>Abastecimento de água para Luanda                            |
|  | Camargo Correa US\$ 25.778.331<br>Quinta avenida Luanda  |  | Norberto Odebrecht US\$ 122.828.901<br>Via Expressa Luanda-Viana                                    |
|  | Camargo Correa US\$ 58.972.451<br>Estrada do Golfe Viana/Rua do Sanatório  |  | Norberto Odebrecht US\$ 73.995.405<br>Via Expressa Luanda-Kifangondo                                |
|  | Queiroz Galvão US\$ 25.199.218<br>Avenida N'gola-Kiluange  |  | Norberto Odebrecht US\$ 255.034.646<br>Auto-estrada Periférica de Luanda<br>Viana-Cabolombo-Futungo |
|  | Queiroz Galvão US\$ 87.599.358<br>Via Expressa Luanda-Kifangondo   |  | Andrade Gutierrez US\$ 87.401.414<br>Via Expressa Luanda-Viana                                      |
|  | Queiroz Galvão US\$ 148.326.516<br>Auto-estrada periférica de Luanda<br>Cacuaco-Viana  |  | Andrade Gutierrez US\$ 59.700.181<br>Avenida N1gola-Kiluange  |
|  | Queiroz Galvão US\$ 44.700.499<br>Estrada Viana-Calumbo  |  | Andrade Gutierrez US\$ 50.208.995<br>Quarta avenida Luanda  |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 145.063.435<br>Saneamento Básico para Luanda   |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 26.484.759<br>Abastecimento de Água para o Pólo<br>Industrial de Viana, Luanda   |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 281.031.372<br>3 mil unidades habitacionais e<br>infraestrutura habitacional para 20<br>mil unidades   |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 36.731.899<br>Barragens Controle de cheias e<br>regularização de margens de três rios<br>Luanda  |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 21.538.674<br>Obras de arte da Via Marginal Sudoeste   |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 26.645.241<br>Centro Integrado de Formação<br>Tecnológica, Angola  |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 26.645.241<br>Centro Integrado de Formação<br>Tecnológica, Angola  |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 91.710.661<br>Estrada da Samba   |  |   |
|  | Norberto Odebrecht US\$ 30.957.319<br>Estrada do Golfe/Gameko/Antigo Controlo  |  |   |




65 subcréditos para a província de Luanda no período de 2002 a 2015. Total de US\$ 2.032.826.299 financiados em obras e serviços no exterior para o mesmo período.

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) Elaboração: Fernanda Lira Goes  
 Apoio Técnico: Matheus Pereira Nunes / Cleison Leite Ferreira / Ana Gabriela de Lima Moura / João Emanuel de Oliveira Coelho / Rodrigo Vilela.  
 Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA).

# MAPA 7

## Financiamento do BNDES a Odebrecht – Benguela



-  Norbeto Odebrecht US\$ 101.139.475  
Programa de desenvolvimento integrado  
Infra estruturas da Província de Benguela
-  Norbeto Odebrecht US\$ 147.387.205  
Sistema de abastecimento de água  
Cidades de Benguela, Lobito, catumbela e Baía Farta
-  Norbeto Odebrecht US\$ 110.500.000  
Construção do Aeroporto Internacional na Comuna de Catumbela



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
Elaboração: Fernanda Lira Goes  
Apoio Técnico: Mathheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moura/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.

# MAPA 8

## Financiamento do BNDES a Odebrecht – Malanje



0 19 38Km



|   |  |
|---|--|
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 35.355.863</b><br>Pólo Industrial na Barragem de Capanda<br>Produção de alimentos <i>in natura</i> |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 15.657.457</b><br>Sistema de aproveitamento de energia elétrica - Capanda                          |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 646.496.090</b><br>Sistema de transporte de energia elétrica Uige-Maquela do Zombo                 |



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
Elaboração: Fernanda Lira Goes  
Apóio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moural/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NFRAC-TERVUREN - Bélgica.

# MAPA 9

## Financiamento do BNDES a Odebrecht – Kwanza Norte



0 10 20 Km



|  |  |
|--|--|
|  | <b>EMSA US\$ 19.107.566</b><br>Infra-estrutura rodoviária de Boa Vista                         |
|  | <b>Camargo Correa US\$ 15.622.898</b><br>Infra-estrutura rodoviária de Boa Vista               |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 332.704.586</b><br>Aproveitamento hidrelétrico de Cambambe           |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$131.696.719</b><br>Barragem e aproveitamento hidrelétrico de Cambambe |



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
Elaboração: Fernanda Lira Goes  
Apóio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moura/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.



# MAPA 10

## Financiamento do BNDES a Odebrecht – Kwanza Sul

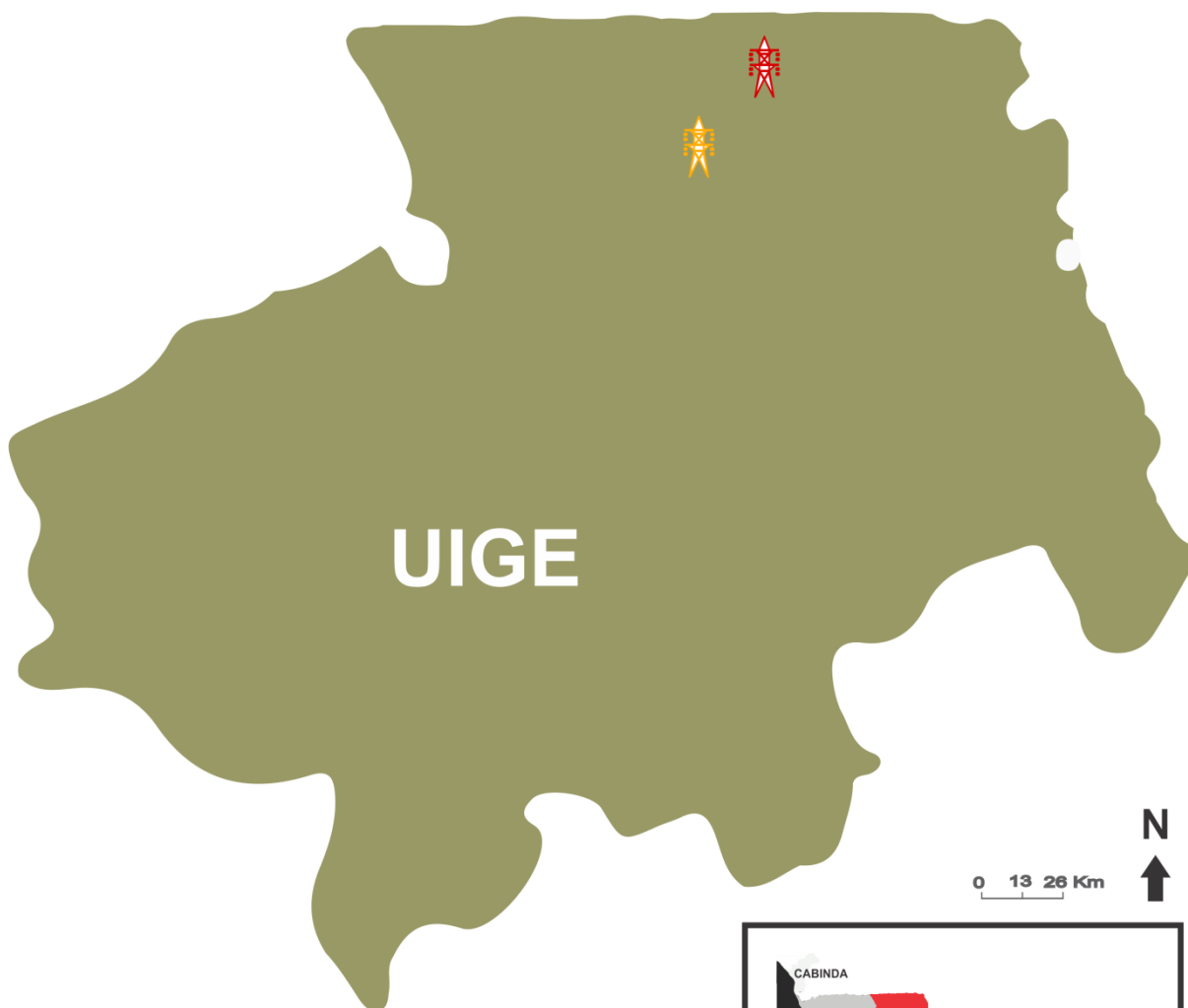




|   |   |
|---|---|
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 40.671.888</b><br>Programa integrado de infra estrutura da provincia de Kwanza Sul              |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 55.934.554</b><br>Pavimentação, drenagem e iluminação<br>Plano de desenvolvimento de Kwanza Sul |

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
Elaboração: Fernanda Lira Goes  
Apóio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moura/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.



MAPA 11  
**Financiamento do BNDES a Odebrecht – Uige**



|   |   |
|---|---|
|  | <b>Camargo Correa US\$ 118.536.192</b><br>Sistema de transporte de energia elétrica Uige-Maquela do Zombo     |
|  | <b>Norbeto Odebrecht US\$ 195.168.778</b><br>Sistema de transporte de energia elétrica Lucala-Pambos de Sonhe |



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)  
 Elaboração: Fernanda Lira Goes  
 Apoio Técnico: Matheus Pereira Nunes/Cleison Leite Ferreira/Ana Gabriela de Lima Moural/ Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)  
 Mosaico de Imagem de Satélite NASA - USA 2007. Cortesia do Setor de Geologia e Cartografia do NRAC-TERVUREN - Bélgica.



Que bloco é Esse (part. Criolo)  
Ilê Aiyê

Noje terra vai tremer  
Noje terra vai tremer  
Vulcão da Bahia é tambor de Ilê Aiyê  
Vulcão da Bahia é tambor de Ilê Aiyê

Onça para na pedra  
Pedra não segura mar  
Quem segura mar é Iua  
Num agrado pra Iemanjá

Liberdade é um balão  
Que a alma quer voar  
Lave a boca, limpe os pés  
Na pisa que for levar

Somo crioulo doido e somo bem legal.  
Temos cabelo duro é só no black power.  
Somo crioulo doido e somo bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.

Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).  
Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).

Branco, se você soubesse o valor que o preto tem.  
Tu tomavas banho de piche pra ficar negrão também.  
E não te ensino a minha malandragem.  
Nem tão pouco minha filosofia, não?  
Quem dá luz a cego é Bengala Branca e Santa Luzia.

Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).  
Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).

Somos crioulo doido, somo bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.  
Somo crioulo doido, somo bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.

Eu sou filho de preto  
Sou brasileiro  
Eu sou filho de preto  
Sou brasileiro

Branco, se você soubesse o valor que o preto tem.  
Tu tomavas banho de piche pra ficar negrão também.  
E não te ensino a minha malandragem.  
Nem tão pouco minha filosofia, não?  
Quem dá luz a cego é Bengala Branca e Santa Luzia.

Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).  
Que bloco é esse? Eu quero saber.  
É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você).

Somos crioulo doido, somo bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.  
Somo crioulo doido, somo bem legal.  
Temos cabelo duro, somos black power.

Fonte: Fernanda Lira Goes, viagem a Luanda, Angola, 2010. Mestrado em Geografia, Brasília, UnB, 2016  
Editado por : Ana Gabriela de Lima Moura , Brasília - DF, 2016.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Na medida em que surgiram constatações a respeito da geopolítica brasileira para Angola por meio do financiamento do BNDES a Odebrecht, pode-se considerar algumas conclusões aqui apontadas, sem qualquer interesse em estabelecer uma ordem hierárquica ou mesmo de encerrar o debate. Porém, antes, gostaria de expor algumas últimas considerações.

Nas minhas reflexões, negar o racismo no Brasil é um projeto de sobrevivência do racismo como mecanismo de opressão do povo negro. Ao negar o racismo como ideologia de Estado, a exemplo da política pública do branqueamento, desqualifica-se a necessidade de uma luta de resistência. Tornar o racismo um item sutil das relações pessoais confirma uma perspectiva na qual nada é consequência do racismo. As condicionalidades envolvidas compõem algumas áreas e temas de estudo que podem ser pesquisadas como relação de causa e consequência do racismo, por exemplo, a defesa de que o acesso à educação superior no Brasil está diretamente ligado ao processo de exclusão do povo negro na educação básica. O que venho colocar é que para além das questões autorizadas a serem suscitadas como possíveis efeitos nocivos do processo histórico de racismo no Brasil, há outras faculdades que implicam na mesma lógica.

De acordo com Theodoro (2008), em suas conclusões a respeito das políticas públicas e da desigualdade racial nos 120 anos após abolição, há quatro principais motivos que sustentam o descompasso do preconceito, da discriminação, da resistência e enfrentamento ao racismo. Primeiro, quando as políticas públicas para combater o racismo são residuais, com orçamento escasso, e diante de um embate sobre a universalidade ou a focal, as energias se perdem diante do processo e não são direcionadas ao objeto real. Segundo, a fragilidade do conceito, pois, políticas que visam combater a desigualdade racial esquecem que estão pautadas nas consequências, e as causas reais são o racismo, o preconceito e a discriminação. Nesse embalo, o racismo sobrevive nas fugas, na injúria racial. Terceiro, a constante relação direta entre o racismo e a pobreza no Brasil, em que pese a branquitude temer a política racial como forma de assumir o racismo e, portanto, direcionar a política assistencialista para o combate à pobreza. E quarto, o racismo de Estado, ou seja, o racismo institucional. Não é que seja necessário oferecer soluções imediatas às questões pontuadas, mas estas servem, sim, de caminho para as conclusões aqui expostas. Theodoro facilita minha tentativa de mostrar que a ausência do Estado brasileiro em assumir o racismo, a incapacidade de avançar nas políticas públicas de combate ao racismo, de estabelecer o racismo como costume na estrutura

brasileira e de alterar o atual sistema do próprio Estado fazem, sim, do Brasil um país com governança racista.

Neste sentido, a política pública descendente de um país estruturado no racismo é inerentemente racista. Este trabalho analisou a política externa africanista executada por um governo com grande expectativa de que fosse transformar a estrutura social e econômica brasileira. Como apontado, o aprofundamento da política africanista do Brasil fortaleceu o racismo do Brasil enquanto país colonizador de Angola. O sistema de financiamento do BNDES para empresas brasileiras em países africanos, em especial Angola, nada mais é do que a manutenção do racismo na política de financiamento do banco. Avanço em uma defesa de que a economia, o grande capital, a mais-valia, os lucros são agentes raciais no Brasil e sobrevivem à base do racismo. O capitalismo brasileiro prescindindo do racismo para se manter.

A política externa africanista do período de 2002 a 2016 ofereceu um cenário propício para a internacionalização de empresas brasileiras. Neste contexto, as grandes empresas foram mais estimuladas a se apropriar de recursos públicos subsidiados por meio de financiamento do BNDES para custear as ações com países do Sul. O exemplo emblemático de África e Angola confirmam as concentrações desses estímulos. Dentre os elementos, os juros baixos são o principal aspecto deste incentivo. A sensação do direcionamento do financiamento a grandes empresas brasileiras é de uma estratégia negociada entre o Estado brasileiro e as elites dominantes, na qual a política é executada pelo banco. O financiamento do BNDES é um mecanismo que expõe as diferenças entre empresas brasileiras de modo a produzir um território do dinheiro pela concentração do dinheiro em um grupo pequeno de empresas. Há um padrão do fluxo do financiamento para grandes empresas brasileiras. No caso das atividades para África, o padrão é reproduzido de modo a contentar as grandes empresas nas áreas de energia, petróleo e gás; mineração e construção e obras. As exigências do BNDES para acesso ao financiamento promovem a manutenção de privilégios a um grupo determinado de empresas que reproduz a exploração colonial da natureza africana. A Odebrecht concentra o financiamento do BNDES no mundo. Com a parceria estratégica entre Brasil e Angola, o padrão do fluxo foi reproduzido também nas concessões de financiamento para as atividades de grandes empresas brasileiras em Angola. A Odebrecht, então, concentra o financiamento para Angola. Esse padrão gerado pelo financiamento do BNDES confirma a opção pelo método em Fanon que apresenta a ausência de uma transformação como a possibilidade de substituição de elites. A elite em Angola recebe a elite brasileira como parceiras de uma mesma exploração do território usado em Angola. Há uma negociação entre os dominadores, entre os colonizadores, que compartilham a exploração da natureza por meio do território do dinheiro. A Odebrecht representa uma versão real do processo abstrato de

geopolítica brasileira para África. O que está posto é o poder do Brasil, Estado e empresas, por meio do dinheiro, no território de África, em Angola. Ainda que Brasil e Angola sejam países colonizados pelos mesmos colonizadores portugueses, os Estados da diáspora africana para o Brasil não necessariamente estão representados pelos fluxos do financiamento do BNDES. Minha sugestão é de que há uma provável justificativa para a ausência da sensibilidade à diáspora como contexto, pois refletiu o fluxo de pessoas em situação escravizada, enquanto o financiamento é imposto pelo fluxo do capital global, pelo dinheiro global, pela perspectiva geopolítica de poder sobre a exploração da natureza angolana, da natureza africana. O mapeamento do território do dinheiro reflete mais o local da natureza valorizada, neste caso, da indústria da reconstrução, do petróleo e gás, e dos minérios. A diáspora serve apenas como incentivo do discurso da política externa africanista do Brasil. Para mim, e o mais importante: a geopolítica do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola é um dos exemplos do racismo na política brasileira.

Se eu pudesse escolher os leitores deste trabalho, encomendaria versões com diferentes conclusões. Ao movimento social, ao movimento negro, convidaria à resistência por meio da luta de libertação. Ao governo brasileiro e ao BNDES, lembraria que o povo brasileiro, os verdadeiros proprietários do dinheiro acumulado, são negros e que, logo, a decisão do processo também deveria a eles pertencer. A capacidade de consciência acerca do racismo seria uma característica a ser inculcada na instituição.

Achei por bem, então, dialogar com quem tem o poder, para que assim me seja oferecido o sopro de esperança. A primeira recomendação ao governo brasileiro é assumir a identidade como ator e agente de uma política racista. Suspender as máscaras brancas e incidir na possibilidade de pensar novas configurações de acesso mais amplo ao financiamento do BNDES para internacionalização em África. Outra perspectiva é conciliar uma política estratégica de geopolítica em Angola que inclua no processo a participação das diferentes diásporas africanas. Um enfrentamento por meio de uma política sensível a equidade racial. Uma política que não esteja apenas induzida pela exploração dos dominadores, onde o Brasil não seja ator dominante, colonialista, e expressão de opressão continuada por meio da violência sistêmica, mas que concentre a possibilidade de uma transformação.

Neste sentido, as possíveis alternativas ao BNDES incluem: novas regras do processo decisório ao acesso do financiamento do banco, na qual haja transparência dos contratos e publicidade dos dados, de modo que a população brasileira possa fiscalizar o financiamento, o exportador, o serviço e as obras. Menor participação no acesso ao financiamento do BNDES de empresas que possuem condição de contrair financiamento em outros bancos. Em

contrapartida, estímulo à participação de pequenas e médias empresas e mesmo cooperativas. Planejamento sobre a estrutura de obras e serviços financiados de modo a se pensar as reais causas e consequências sociais da intervenção do banco naqueles países. Inclusive para que o financiamento esteja atrelado à perspectiva de busca de equidade racial e de renda. Sensibilidade para estruturar uma política de financiamento de empresas brasileiras com aprofundamento nas relações de aproximação entre o Brasil e os países da Diáspora africana.

Ainda que suspeite das desqualificações que essas afirmações me suscitarão, mantenho certa ousadia de resistir e usar a escrita crítica como instrumento de luta que aqui se configura. Essa dissertação tem uma linha condutora que guia a desconstrução de um modelo, ainda que essa ação seja o único avanço deste trabalho: combater o racismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo do. **ÁFRICABRASIL: Atlas geográfico**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria Ltda., 2014.

BNDES - Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

**BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial**. Estado de São Paulo, 10 de março de 2011. Acesso em: 07/02/2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/03/10/bndes-ja-empresta-tres-vezes-mais-que-o-banco>

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, Lei de Terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 26 de agosto de 2015.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2 ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

COELHO, Filipe. **Sistemas financeiros e desenvolvimento econômico. Angola no contexto africano**. Coleção Vagas Universidade/Ciências Sociais e Políticas.

COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva. **Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O pensamento africano Sul-Saariano. Conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (Um esquema)**. Rio de Janeiro: Clacso; Educam, 2008.

FANON, Franz. **A experiência vivida do negro**. In: Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

\_\_\_\_\_. Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Tese (Doutorado) – Brasília, UnB, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2005.

GOES, Fernanda Lira. **A reconstrução da política africana brasileira**. Brasília: UnB, 2006.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajatória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. Tese (doutorado) – São Paulo, USP, 2011.

- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização. Etc., espaço, tempo e crítica.** Revista de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, n. 2 (4), vol. 1. Agosto, 2007. Disponível em: [www.uff.br/etc](http://www.uff.br/etc).
- HARVEY, David. **O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento.** São Paulo: Neils, vol. 13/14, dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. **A geopolítica do capitalismo.** In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009.** Brasília: Ipea: ABC, 2010.
- \_\_\_\_\_. Banco Mundial. **Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento.** Brasília: Ipea, 2012.
- \_\_\_\_\_. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009.** 2. ed. rev. Brasília: Ipea: ABC, 2013.
- LIMA, Rodolfo de Camargo. **Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um perfil.** Dissertação (Mestrado) – São Paulo, USP, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEREDITH, Martin. **The Fate of Africa. A History of Fifty Years of Independence.** Public Affairs: United States, 2005.
- MRE, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br).
- \_\_\_\_\_. **Síntese da Política Externa do Brasil no período de 2003 a 2010.** Disponível em: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br). Acesso em: 15 de abril de 2011.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Reflexos da África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos no Brasil e Portugal.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE.** Texto para Discussão n. 996. Brasília: IPEA, 2003.
- \_\_\_\_\_. Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006.** Tese (doutorado) – UnB, 2009.
- PARADA, Maurício. MEIHY, Murilo Sebe Bon. MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2013.
- PENHA, Eli Alves. **Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.
- PEREIRA, Amauri Mendes. **Teorizações Orgânicas: “Saltos para a Luz” na conjuntura da luta contra o racismo no Brasil.** In.: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (orgs.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **O poder.** In.: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira (1970-1990).** Salvador: Ponto e vírgula publicações, 2004.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e território**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **África parceria do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SILVA, Luiz Inácio da. Prefácio. In.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea: ABC, 2010.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STEINBERGER, Marília. **A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In.: Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2003.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil. 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

**ANEXOS**

Anexo 1- Acordo de Parceria estratégica Brasil e Angola



**DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE O ESTABELECIMENTO DE PARCERIA  
ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
E A REPÚBLICA DE ANGOLA**

A República Federativa do Brasil

e

A República de Angola,

Considerando o patrimônio único de mais de 500 anos de história, cultura e laços de sangue em comum e o forte e sustentado desenvolvimento das relações entre a República Federativa do Brasil (doravante denominada "Brasil") e a República de Angola (doravante denominada "Angola");

Conscientes de que para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades do novo cenário internacional impõem-se ampliar e diversificar as áreas de cooperação para novos domínios ancoradas em princípios e mecanismos institucionais que reflitam as novas situações de Brasil e Angola no contexto internacional;

Considerando que Brasil e Angola estão firmemente comprometidos com a promoção dos direitos e liberdades democráticas; e que são grandes países com sociedades pluralistas, multiétnicas e culturalmente diversificadas;

Considerando que Brasil e Angola defendem uma ordem internacional mais justa, democrática e transparente, apoiada por um sistema multilateral fortalecido, para a consolidação de um mundo multipolar, diversificado culturalmente e regido pela tolerância e prevalência da Lei;



Considerando a prioridade que atribuem à cooperação Sul-Sul no contexto da cooperação internacional e o compromisso de ambos os países com os processos de integração regional de que participam;

Decidem adotar a Parceria Estratégica Angola-Brasil orientada nos seguintes termos:

1. A Parceria Estratégica conforma-se aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e nas normas do direito internacional, em particular no respeito aos princípios de igualdade, benefício mútuo, soberania e integridade territorial, solução pacífica de controvérsias e não-intromissão nos assuntos internos de cada país.

2. A Parceria Estratégica estimulará a concertação nos assuntos bilaterais e internacionais, a diversificação das áreas e dos meios de cooperação, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos

3. A Parceria Estratégica privilegiará a formação e a capacitação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, a criação de parcerias entre entidades do setor público e privado, bem como a realização de investimentos recíprocos e complementares visando ao crescimento das respectivas economias e o maior desenvolvimento dos povos angolano e brasileiro.

4. A Parceria Estratégica promoverá iniciativas, programas e projetos específicos, de interesse comum, nos mais variados domínios, entre os quais político, diplomático, judicial, de segurança pública e defesa, econômico, financeiro, comercial, energético, científico, ambiental, cultural e desportivo, tendo em consideração as seguintes diretrizes.

#### **A. Cooperação política, diplomática, de segurança pública e defesa**

5. Promover o diálogo e o entendimento mediante a intensificação das relações diplomáticas e consulares, de reuniões e troca de visitas de altas autoridades dos dois países, inclusive de reuniões da Comissão Mista, do Mecanismo de Consultas Políticas e de encontros setoriais ou temáticos.

6. Manter consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais, tais que a reforma das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança, as negociações sobre mudança do clima, as negociações comerciais multilaterais, iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações de pós-conflito.

7. Promover contatos mais estreitos entre representantes de todos os órgãos do Executivo, do Legislativo, do Poder Judiciário, de associações profissionais e da sociedade civil de ambos os países.

8. Trabalhar pela reforma do sistema financeiro mundial com o objetivo de torná-lo mais inclusivo, responsável e transparente e assegurar maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios, bem como estimular a cooperação inter-regional com vista a explorar oportunidades de cooperação entre a SADC e o MERCOSUL.

9. Trabalhar para a consecução de um sistema de comércio multilateral mais equilibrado e justo, com a eliminação das distorções do comércio agrícola e sua maior liberalização em benefício dos países em desenvolvimento.

10. Consultar e coordenar, quando apropriado, ações em apoio à proteção e à promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos dois países, bem como nos contextos regional e multilateral.

11. Estimular a cooperação entre os ministérios de defesa de ambos os países em temas de seu interesse, bem como entre os órgãos de segurança pública.

#### **B. Cooperação Econômica, Financeira, Comercial e de Desenvolvimento**

12. Promover a cooperação institucional visando aos seguintes objetivos:

- i) Formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros para o seu exercício.
- ii) Desenvolver um Plano de Trabalho de cooperação industrial entre Angola e Brasil visando à integração produtiva das duas economias e sua melhor inserção competitiva internacional.

13. Incentivar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do comércio recíproco e promover a cooperação empresarial por meio do incentivo à formação de parcerias, em particular de pequenas e médias empresas nos domínios do agronegócio, petróleo, petroquímica, minas e energia, cultura, turismo, infraestrutura, bens e componentes industriais, produtos e serviços da indústria de defesa, entre outros.

14. Promover a cooperação de entidades públicas e privadas no domínio das infraestruturas e dos transportes, em particular aéreos e marítimos, a fim de aumentar e melhorar os serviços entre os dois países.

15. Cooperar para o desenvolvimento das áreas da agricultura, florestas e pescas, telecomunicações e tecnologias de informação, petróleo, energia e águas, mineração e obras públicas.

16. Melhorar a utilização dos mecanismos de financiamento aos programas/projetos e das exportações para crescimento do comércio bilateral e das economias de ambos países.

17. Ampliar os esforços conjuntos em favor da segurança alimentar em ambos os países e no âmbito de suas regiões respectivas.

18. Incentivar a criação de Conselhos Empresariais Brasil-Angola com vista ao aumento do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos.

**C. Cooperação técnica, científica e tecnológica, sociocultural e educacional**

19. Incrementar e estabelecer a cooperação técnica, científica e tecnológica para fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos qualificados e promover pesquisas conjuntas na esfera bilateral, entre outros, nos seguintes domínios:

- Ciência da alimentação, segurança alimentar e produção agrícola
- energia com ênfase em bioenergia
- indústrias naval e petroleira
- mineração
- biodiversidade e biotecnologia
- saúde
- educação e formação
- ensino superior e de pós-graduação
- defesa e segurança pública
- cultura
- comunicação social
- desportos

20. Estimular o intercâmbio entre instituições de ensino, universidades, empresas e instituições homólogas, bem como promover a cooperação educacional mediante o intercâmbio de informação e professores e de experiências, assim como o treinamento de professores, especialistas e pesquisadores.

21. Promover cooperação no domínio do meio ambiente, baseada no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e do Protocolo de Quioto.

22. Fomentar o intercâmbio de experiências e o trabalho conjunto para alcançar as metas de desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, bem como outras metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente na luta contra o analfabetismo, a exclusão social, a pobreza, a fome e as doenças.



23. Promover a cooperação cultural, em particular nas áreas de preservação do patrimônio histórico-cultural e da memória documental, procurando ressaltar o respeito cultural mútuo através da promoção e divulgação cultural, intensificação do turismo e intercâmbio em artes e mídia de ambos os países.

24. Promover o desenvolvimento humano e a reinserção social e econômica por meio de intercâmbios na área dos desportos, grupos de jovens, estudantes e sociedade civil.

#### **D. Cooperação Triangular**

25. Promover a cooperação triangular entre Angola, Brasil e terceiros países nas áreas e modalidades a serem acordadas mutuamente.

26. Trabalhar estreitamente para o estabelecimento de cooperação regional e inter-regional, entre outras, nas seguintes áreas:

- Proteção Civil
- Prevenção e administração de desastres naturais
- Ajuda emergencial e mecanismos de reconstrução pós-desastre.
- Segurança alimentar
- Fortalecimento institucional
- Formação de quadros
- Saúde
- Energia e águas
- Comunicações e tecnologias da informação
- Promoção da língua portuguesa

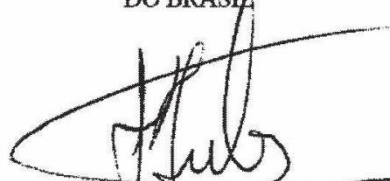
#### **E. Implementação**

27. Estabelecer uma Comissão Bilateral de Alto Nível para coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da presente Parceria Estratégica. Esta Comissão reunir-se-á pelo menos uma vez por ano em ambos os países, alternadamente.

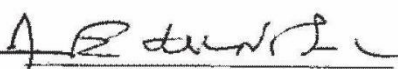
Feito em Brasília, em 23 de junho de 2010.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL

PELA REPÚBLICA  
DE ANGOLA



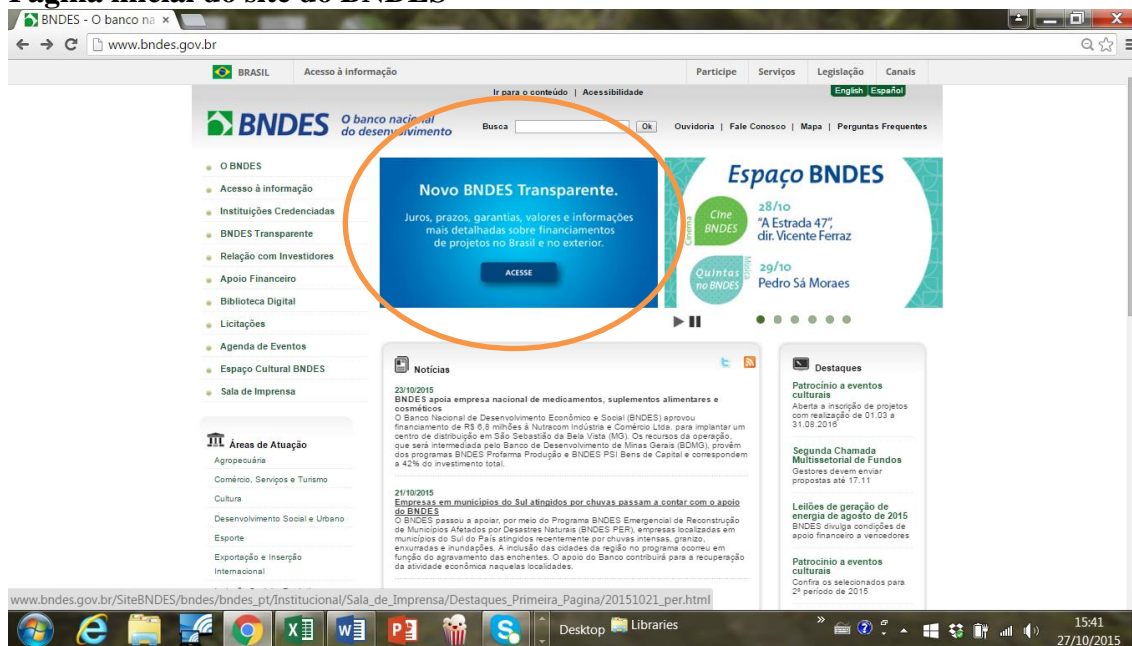
**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente da República Federativa do Brasil



**José Eduardo dos Santos**  
Presidente da República de Angola

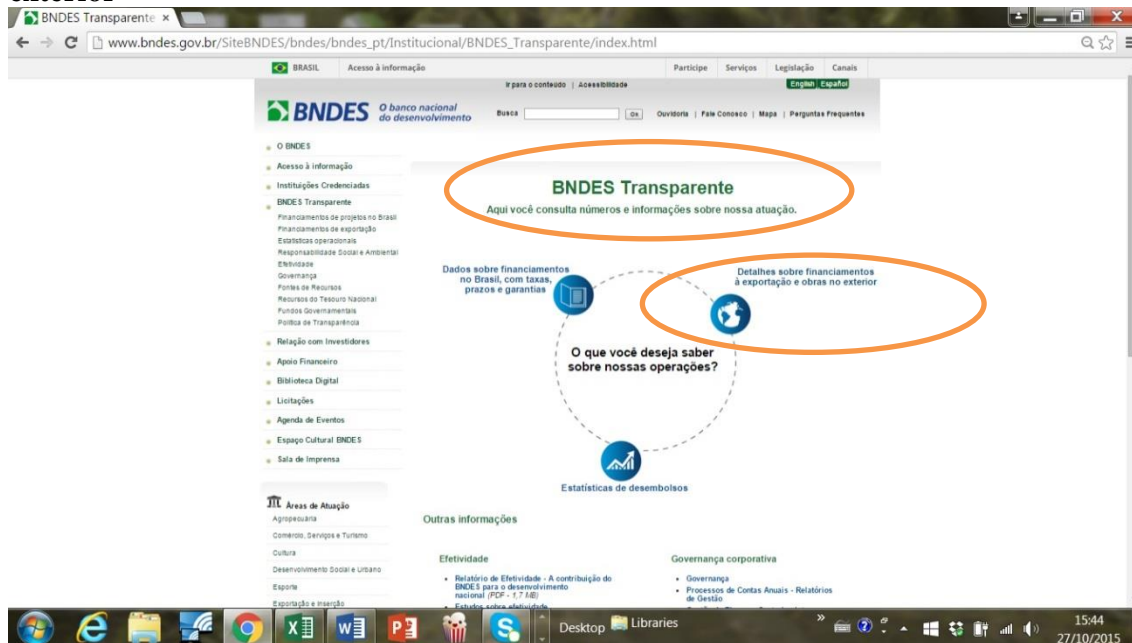
Anexo 2- *Prints* do processo de acesso aos dados oficiais sobre financiamento à exportação e obras no exterior, neste estudo considerados financiamento do BNDES a empresas brasileiras para atividades de construção, obras e serviços no exterior ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).

FIGURA 1  
Página inicial do site do BNDES



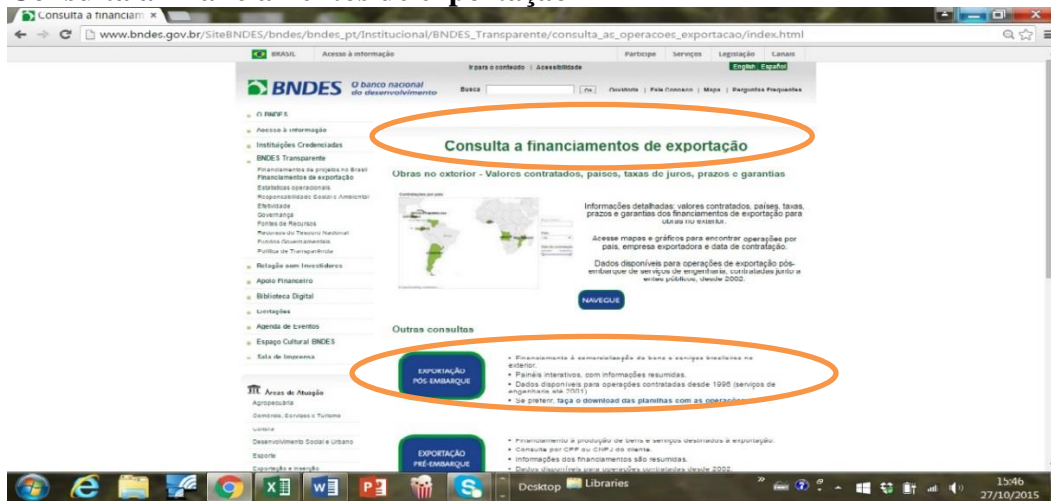
Fonte: BNDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 27/10/2015.

FIGURA 2  
BNDES Transparente: informações sobre financiamentos à exportação e obras no exterior



Fonte: BNDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 27/10/2015.

**FIGURA 3**  
**Consulta a financiamentos de exportação**



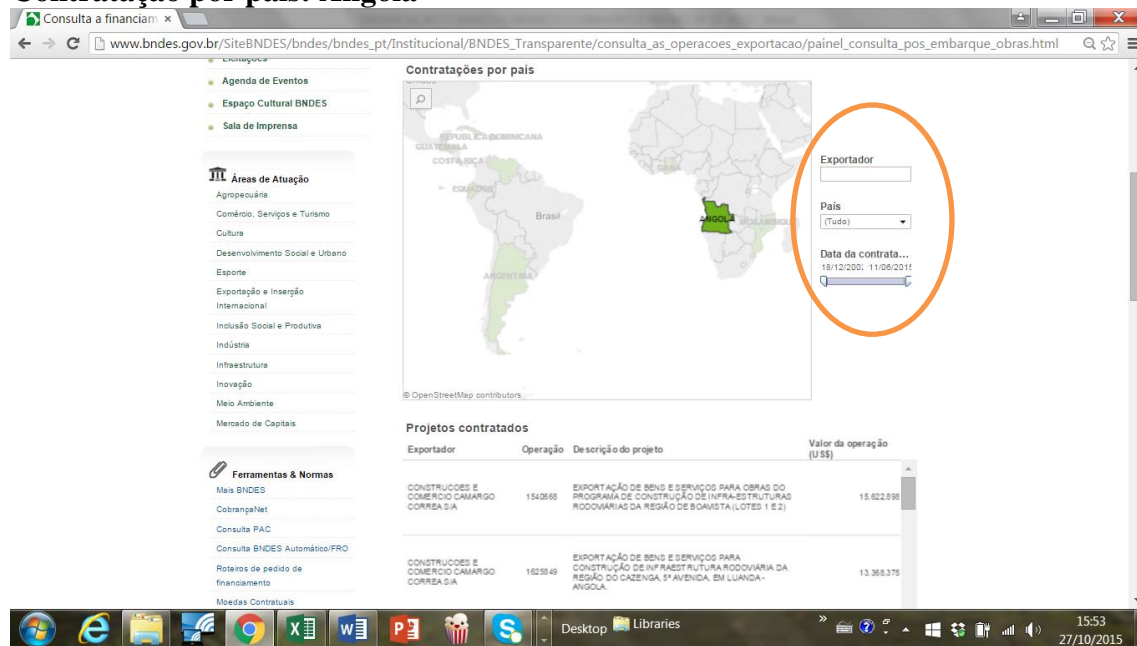
Fonte: BNDDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 27/10/2015.

**FIGURA 4**  
**Consulta a financiamentos de exportação para obras no exterior**



Fonte: BNDDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 27/10/2015.

FIGURA 5  
Contratação por país: Angola



Fonte: BNDP. Disponível em: [www.bndp.gov.br](http://www.bndp.gov.br). Acesso em: 27/10/2015.